

---

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

---

Viviane Letícia Glienke Mariano

A política republicana em Santo Ângelo (1900-1924):  
a experiência política do Coronel Bráulio Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho

PASSO FUNDO  
2007

Viviane Letícia Glienke Mariano

A política republicana em Santo Ângelo (1900-1924):  
a experiência política do Coronel Bráulio Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

Passo Fundo

2007

M333p Mariano, Viviane Letícia Glienke.

A política republicana em Santo Ângelo (1900-1924): a experiência política do Coronel Bráulio Oliveira./ Viviane Letícia Glienke Mariano. – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007.

106f. : il.; 30 cm.

Orientador: Haroldo Loguercio Carvalho

Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

1. Política local. 2. Coronelismo. 3. Política republicana –Tese. I. ACARVALHO, Haroldo Loguercio. II. Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDU: 32

Responsabilidade da Catalogação: Kelly M. Bernini – CRB 10/1541

Viviane Letícia Glienke Mariano

A política republicana em Santo Ângelo (1900-1924):  
a experiência política do Coronel Bráulio Oliveira

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho – UPF – Orientador

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman - UPF – Examinador

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Maria do Amaral – Unijuí - Examinadora

Passo Fundo  
2007

Para você filho, que ainda não entende os motivos que nos afastam, mas aguarda pacientemente nossos momentos juntos.

Agradeço ao Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho, meu orientador por auxiliar-me na busca do conhecimento e diálogo com as fontes. A minha família por impulsionar-me na busca, mesmo quando eu queria desistir.

Ninguém está proibido de fazer  
melhor que eu!  
Martinho Lutero

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Rio Grande do Sul .....	37
Figura 2 – Foto Bráulio Oliveira .....	50
Figura 3 – Foto família de Bráulio Oliveira .....	51
Figura 4 – Galeria dos primeiros prefeitos de Santo Ângelo .....	66

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Receitas e despesas do município .....	30
Quadro 2 – Quanto à renda do município .....	30
Quadro 3 – Matrícula e frequência dos alunos .....	40
Quadro 4 - Demonstrativo do número de escolas .....	41
Quadro 5 – Quadro de comércio .....	42
Quadro 6 – Quadro de indústria .....	43
Quadro 7 – Quadro de igrejas evangélicas .....	44
Quadro 8 – Quadro de igrejas católicas .....	45
Quadro 9 – Quadro de Intendentes e Conselho Municipal.....	91
Quadro 10 – Quadro do Conselho Municipal segundo profissão.....	93
Quadro 11 – Quadro do Conselho procedência .....	94
Quadro 12 – Quadro braulistas e damistas .....	95
Quadro 13 – Número de prédios urbanos.....	97
Quadro 14 – Total de prédios da cidade .....	97
Quadro 15 – Quadro recenseamento da população.....	98
Quadro 16 – Quadro casamentos, nascimentos e óbitos .....	98
Quadro 17 – Quadro de profissões segundo distritos .....	99

## RESUMO:

O presente trabalho de dissertação de mestrado intitulado A política republicana em Santo Ângelo: a experiência política do Coronel Bráulio Oliveira traz à tona a discussão da história política regional. Compreende o período de 1900-1924, no qual Bráulio Oliveira consolidou-se como líder unipessoal da política local e do Partido Republicano Rio-grandense. Tendo como pano de fundo a história política do Rio Grande do Sul, o tema abrange mudanças significativas na sociedade santo-angelense, bem como, a manutenção de uma elite política e o surgimento dos grupos dissidentes dentro do PRR, liderados por Damaso Gomes de Castro. Esses dois líderes dão origem a duas correntes dentro do Partido: braulistas e damistas. Neste contexto, em 1916, assume o poder intencional Álvaro Silveira. Com a renúncia do então intendente assume Major Quinzote, que finaliza esse quadriênio do poder. Em 1920, Bráulio é novamente eleito intendente, mas seu governo não é mais como antes, a sociedade tinha se modificado, e surgiram novos líderes, membros dessa dissidência que leva à Revolução de 1923.

PALAVRAS-CHAVE: política, local, castilhismo, coronelismo, elite.

## ABSTRACT

This Master's dissertation called "The republican politics in Santo Ângelo: Colonel Bráulio Oliveira's political experience" brings along the discussion on the regional political history. It approaches the period between 1900 and 1924, when Bráulio Oliveira was consolidated unipersonal leader of the local politics and the republican party in Rio Grande do Sul. Considering the political history in Rio Grande do Sul as the background to this study, this subject covers significative changes in Santo Ângelo's society. The same way the maintenance of a political elite and the appearance of the dissident groups inside PRR, led by Damaso Gomes de Castro. These two leaders give rise to the two trends inside the party: "braulistas" and "damistas". Inserted in this context, in 1916, Álvaro Silveira takes the stewardship power. Because of the renouncement of the steward, Major Quinzote takes the power and concludes these 4 years. In 1920, Bráulio is once again elected steward, but his government is not the way it was beforehand. The society had changed and new leaders showed up, members of this dissidence that leads to the 1923 Revolution.

KEY WORDS: politics, local, "castilhismo", colonelism, elite.

## Sumário

Introdução .....	13
Capítulo 1	
Poder do PRR.....	16
1.1 Principais idéias políticas.....	17
1.2 Ideologia positivista .....	20
1.3 O Partido Republicano.....	23
1.4 O Poder Municipal.....	25
1.5 Um sistema de dominação chamado coronelismo .....	32
Capítulo 2	
A política em Santo Ângelo .....	37
2.1 A emergência do Bráulio Oliveira.....	49
2.2 Entraves políticos em Santo Ângelo (1916-1920).....	55
2.3 O governo de Álvaro Silveira .....	63
2.4 Eleições em 1920 .....	68
Capítulo 3	
Cruzamentos e permanências do poder .....	76
3.1 Instrumentos de manutenção do poder em Santo Ângelo .....	77
3.2 A política em Santo Ângelo no último quadriênio de Bráulio Oliveira.....	82
3.3 A elite em Santo Ângelo durante a República Velha.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
BIBLIOGRAFIA.....	104

## Introdução

Este trabalho de dissertação A política republicana em Santo Ângelo (1900-1924): a experiência política do coronel Bráulio Oliveira é uma análise histórica do período em que Bráulio Oliveira esteve no poder em Santo Ângelo dos anos de 1900-1924, como intendente deste município e depois como chefe político do PRR, perpetuando no poder seus sucessores.

A história de Santo Ângelo representada pela ação política de Bráulio Oliveira é demonstrativa das práticas políticas típicas da República Velha, ou seja, as relações entre o poder federal, estadual e, por fim, o local.

O objetivo principal da pesquisa é demonstrar de que forma Bráulio Oliveira, típico coronel da República Velha, manteve-se no poder, no período em que foi Intendente em Santo Ângelo e que relações estabelecia com a elite local para ser mantido tantos anos nesta posição.

Deve-se ressaltar aqui, que a permanência desta elite no poder trouxe, de alguma forma, crescimento para a região, pois mudanças trazidas eram em primeiro lugar modificações no próprio sistema, mas também inovações importantes para a elite e que respingavam no cotidiano da população que foi sendo beneficiada com empregos e uma infra-estrutura urbana mais organizada.

Neste trabalho existem três grandes temas que são analisados. No primeiro capítulo, o poder do PRR e toda a discussão teórica sobre a política castilhista e ideologia positivista, até como o poder se dava em Santo Ângelo. No segundo capítulo, trazemos, especificamente, a política em Santo Ângelo e a forma com se deu a emergência de Bráulio Oliveira ao poder. E no último capítulo, analisamos as permanências e os cruzamentos no poder, a política pós-Bráulio e a elite em Santo Ângelo.

Esta dissertação faz parte do Programa de Mestrado em História com ênfase em História Regional e traz para a discussão a temática da região e sua importância para os historiadores que lapidam este tipo de abordagem.

A abordagem política que ao longo da história trouxe vários enfoques para a pesquisa torna a ter relevância no meio acadêmico. Nesta dissertação, utilizamos esta teoria e

confrontamos com os dados locais de modo a construir uma acepção sobre a história política regional e a sua importância na pesquisa local, especificamente em Santo Ângelo.

Esta dissertação procura demonstrar a importância da temática da história política na historiografia, bem como, estabelecer relações entre o poder local e a manutenção de uma elite no poder no período de 1900-1924.

Como recursos metodológicos utilizou-se material já produzido sobre a temática, com autores regionais e também nacionais abrangendo com a necessária profundidade a questão política e organizacional da República Velha. Fizemos ampla e profunda pesquisa ao Arquivo Histórico em Santo Ângelo buscando fontes do período, com materiais que contribuíssem efetivamente para a complementação da teoria.

Lemos e analisamos todos os exemplares do Jornal *A Semana* que se encontram no arquivo, buscando informações sobre a política em Santo Ângelo. Lemos e analisamos os relatórios intencionais que estavam dispostos no mesmo arquivo, buscando dados sobre a população, o cotidiano, escolaridade, saúde, habitação, enfim temas que abrangem a sociedade do período. Visitamos também o Museu Antropológico Diretor Augusto Pestana, em Ijuí, buscando correspondências expedidas e recebidas da Intendência de Ijuí, entre Bráulio Oliveira e Coronel Dico.

A problemática que cerceia esta pesquisa é demonstrar, com as fontes que dispomos, como se dava o poder de Bráulio Oliveira em Santo Ângelo, mas acima de tudo que maquinções eram feitas para este permanecer no poder municipal e no comando do PRR. A que são relegados os opositoristas deste sistema montado e também o que a elite, que teoricamente apoiava Bráulio, ganhava com isso. E uma das questões que talvez não possamos responder por inteiro: quem era essa elite?

Esta temática da política sofreu preconceitos a algumas décadas, sendo retomada, nas últimas duas décadas pelos historiadores. A história política se define não pela sucessão do tempo, mas pela natureza dos fatos pesquisados. Agora, as pesquisas vêm de uma outra forma, com outras críticas e pressupostos, diferentemente da que foi utilizada nos séculos XIX e XX.

História e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil, olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presente, estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história, mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros

mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico.<sup>1</sup>

Desta forma, pode-se entender como a história sempre foi utilizada pelas elites para que esta narrasse a sua versão dos fatos, construindo assim a memória dos heróis e criando ícones pela população em geral, demonstrando que estes nunca poderiam se igualar a quem possuía o poder.

A abordagem de história política que vamos fazer nesta dissertação agrega, segundo Flávio Heinz, à noção de história das elites a esta nova dimensão da história política, a idéia de elite repousa sob um postulado simples: em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos.<sup>2</sup> Uma boa perspectiva deste trabalho se baseia nesta concepção de história política e elites, e como de um modo particular esta elite se manteve no poder por tantos anos e como foi se modificando essa classe.

Cardoso procura descrever vários tipos de história política. Para ele a renovação do campo da história só poderia ocorrer através do contato com a ciência política, adotando uma preocupação de longa duração.<sup>3</sup> A história política que consta neste trabalho é a história política como história narrativa, a história política daquele período com a interpretação de nosso tempo.

---

<sup>1</sup> FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>2</sup> HEINZ, Flavio M. *Considerações acerca de uma história das elites*. *Logos*. Canoas. Vol. 11, n. 1, maio 1999, p. 41.

<sup>3</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História do poder, história política. *Ensaio racionalistas. Estudos Ibero-Americanos, XXIII* – junho 1997.

## Capítulo 1

### O poder do PRR

Júlio de Castilhos (1860-1903) deu origem a uma corrente chamada de castilhismo. O ambiente universitário, nesta época, era muito agitado. Nas faculdades de São Paulo e Recife surgiram novas correntes de pensamento.

O positivismo foi o marco teórico em que Castilhos formou sua personalidade autoritária. Na década de 1890 começa a constituir-se e a ascender uma corrente política de inspiração positivista. Ser positivista nesta época, como dizia José Veríssimo<sup>4</sup> era “uma boa recomendação”. É necessário salientar que se considerar os positivistas brasileiros como “autênticos donos de um fenômeno tão progressista como a República perdendo de vista seu caráter retrógrado e conservador em relação à reforma social.”

Na edição de publicação de 5 de setembro de 1887 do jornal *A Federação*, Castilhos juntamente com Demétrio Ribeiro, publicam artigo por ocasião do trigésimo aniversário da morte de Comte:

Quando se estuda a obra de Augusto Comte com o cuidado que nos impõe os grandes assuntos, não se sabe o que mais admirar: se a grandeza do seu coração se a vastidão do seu gênio. Em lugar de repoltear-se em uma das cadeiras do ensino acadêmico à custa do abandono de suas opiniões, o filósofo preferiu a condenação e a perseguição da ciência oficial, silenciosa conspiradora contra tudo o que ferir-lhe a ignorância e o orgulho. Nestas linhas rapidamente traçadas, mas diretamente inspiradas pelo Positivismo, consagramos as nossas homenagens à memória do Grande Mestre, o primeiro entre os pensadores modernos.<sup>5</sup>

É tão grande a admiração de Castilhos pela pessoa e obra de Comte que chega a chamá-lo de Grande Mestre. Muito embora, posteriormente, constata-se que sua doutrina não foi seguida fielmente na ditadura castilhista e sim, adaptada a esta, conforme as intenções de Castilhos no Rio Grande do Sul. Segundo Rubens de Barcellos, Castilhos achou na meditação da obra de

---

<sup>4</sup> VERISSIMO, José. O positivismo no Brasil. Em Estudos de Literatura Brasileira – 1º série, Rio de Janeiro: Garnier, 1901, p. 56. In: DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Cortes; PAIM, Antonio. *Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro*. Vol 7. Editora Universidade de Brasília, Brasília: 1982, p. 18.

<sup>5</sup> Idem, p. 19.

Comte, e na observação dos fatos históricos, a fórmula mais capaz de resolver, de um ponto de vista humano, o insanável problema político.<sup>6</sup>

Castilhos, sem dúvida, teve uma atuação vigorosa na presidência do Rio Grande do Sul, quanto na direção do PRR. Uma de suas características foi a intransigência com adversários e com os próprios colegas republicanos. Sua atuação fez com que muitos expoentes políticos que fazem posterior frente ao seu poder, saíssem do PRR, como é o caso de Apolinário Porto Alegre, um abolicionista; e Assis Brasil, que num primeiro momento é partidário de Castilhos e depois passa a comandar o partido dissidente, Partido Liberal.

Castilhos é o responsável pela onda de adversários que seu regime cria, era amado ou odiado pelas pessoas que o conheciam, pois, para ele os adversários deveriam ter somente os rigores da lei, da sua lei, “para os amigos pão, para os inimigos pau”.

## 1.1 Principais idéias políticas

Júlio de Castilhos entende como condição fundamental do governante, a absoluta pureza de intenções que se traduz numa ausência de interesses materiais. Assim, a moralidade do governante tem valor de primeira magnitude.

Segundo suas idéias, o governante que se servisse da política para o bem-estar pessoal, seria indigno da função que ocupa. Na verdade, sua teoria é contraditória pois a prática coronelística, instalada nos municípios como forma de controlar e garantir o poder, mantendo currais eleitorais, era a mais pura expressão de vantagens pessoais, mesmo que negado pelos próceres do PRR.

Da mesma forma, a inexistência dos três poderes. Todos deviam entender que a inexistência dos três poderes, divididos e independentes, jamais tivera a força de dar a um regime, ou tirar-lhe o caráter democrático e popular. A questão da nomeação do vice era para Castilhos, um detalhe irrelevante. O princípio constitucional era o da eletividade do chefe do Poder Executivo, e não o dos seus sucessores eventuais. O cidadão investido no encargo

---

<sup>6</sup> DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Cortes; PAIM, Antonio. Op., cit., p. 19.

governamental, tinha o direito legítimo de indicar o seu *alter ego*, à pessoa capaz de executar seu plano de governo.<sup>7</sup>

Embora a carta constitucional rio-grandense houvesse derogado o privilégio legislativo da assembléia política, criara uma fórmula muito mais democrática. O presidente, depois de elaborado o texto de um projeto de lei, enviava-o, juntamente com a justificativa, a todos os intendentes municipais, para que lhes dessem publicidade entre os habitantes. Decorridos três meses, as autoridades locais enviavam ao presidente do estado as emendas e observações formuladas a respeito do assunto.<sup>8</sup>

Ao contrário da filosofia política liberal, que entendia o conceito de bem público como essencialmente ligado ao bem-estar dos cidadãos, Castilhos identifica bem público com segurança do Estado. O conceito de bem público relaciona-se com a imposição por parte dos governantes esclarecidos, dum governo moralizante, que fortalecesse o Estado em detrimento dos interesses individuais e que velasse pela educação cívica dos cidadãos, origem de toda moral social. Para ele tudo era suportável, porém o poder deveria estar nas mãos de um “homem honesto, patriota e bem-intencionado”.<sup>9</sup>

Victor de Britto caracteriza desta forma a concepção castilhista:

A autoridade saída do consentimento geral dos povos não passa de uma fórmula grotesca... A obsoleta democracia foi-se com a bancarrota da metafísica. (...) Isso de soberania popular, de governo, do povo pelo povo, são conceitos vãos, criados para estorvar a ação da autoridade no estudo das questões sociais, cuja solução só se deve inspirar na necessidade histórica e na utilidade pública.<sup>10</sup>

A crise do governo representativo, para Castilhos, provém daqui: se a única alternativa para a estruturação racional da sociedade é a imposição do governante esclarecido, qualquer outro tipo de organização social que não for o seu torna-se necessariamente caótico.<sup>11</sup>

O Rio Grande do Sul, ao final do século XIX e início do XX, apresentava traços distintos, com peculiaridades *sui generis* frente ao resto do país: região fronteira, marcada pela militarização e autoritarismo e relações de dominação sob uma base agropecuária.

Segundo Antonacci, o estado foi projetado como um administrador do bem público, cuja preocupação restringia-se a garantir a liberdade individual e regular o desenvolvimento.

<sup>7</sup> FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999. p. 46-47.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Cortes; PAIM, Antonio. Op. cit., p. 39.

<sup>10</sup> BRITO, Victor de. Apud, DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Cortes; PAIM, Antonio. Op. cit., p. 39.

<sup>11</sup> Idem.

Entendendo que só uma minoria tinha condições para exercer este tipo de governo técnico-administrativo, Júlio de Castilhos concedeu pouca importância ao voto.<sup>12</sup>

O Rio Grande do Sul adquiria uma fisionomia toda própria na medida em que sua Constituição, de inspiração positivista não seguia a Constituição Federal. Devido aos perigos da Revolução Federalista e às constantes desavenças políticas entre os estancieiros gaúchos, o governo federal concordou em permitir que a oligarquia representada por Júlio de Castilhos, se organizasse no poder, segundo suas próprias normas. O progresso econômico do Estado, na produção e comercialização do charque e sua posição estratégica foram a mola desse acordo sempre oscilante por não satisfazer os demais grupos oligárquicos.<sup>13</sup>

Castilhos adotou de Comte, a crença num regime republicano e ditatorial, defendeu as camadas conservadoras, tendo a ordem, como base do progresso social. Para garantir a ordem instaurada e as eleições, Júlio de Castilhos, além de cooptar outros setores, como os ligados à pecuária, procurou conservar o apoio dos colonos imigrantes, pequenos e médios fazendeiros do planalto, que inicialmente aderiram à sua política, e fazendo uso do poder coercitivo. Para tanto, Castilhos montou uma ordem jurídica legalmente constituída que possibilitou a instituição de um Estado de Direito, legitimador da ação do PRR. Ou seja, os usos e abusos do poder pelo aparato estatal, ou a orientação administrativa e ideológica imprimida pelo PRR não eram ilegais, mas, ao contrário, estavam respaldados pela lei. Júlio de Castilhos organizou o serviço policial do estado em 1897. A polícia administrativa, aparentemente independente, é preventiva e de âmbito municipal, e à polícia judiciária coube controlar e dirigir o serviço policial nos municípios e comunicar aos seus superiores todos os acontecimentos ocorridos. Assim, o aparato coercitivo ficava estruturado.<sup>14</sup>

A visão de desenvolvimento histórico de Comte estava, de modo geral, em consonância com a teoria evolucionista que era a tendência dominante na época. No positivismo francês do segundo quartel do século XIX, Comte demonstra uma explicação para o atraso brasileiro, argumentos científicos contra a escravidão e um programa de desenvolvimento nacional. Mas os brasileiros não foram os únicos a se entusiasmarem pelas doutrinas de Comte. Em outros países latino-americanos, especialmente no México, o positivismo comtiano esteve em voga nos anos

---

<sup>12</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Mercado Aberto, 1981, p. 21.

<sup>13</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo uma política de compromissos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992. P. 36.

<sup>14</sup> CRUZ, Beatriz Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986, p. 108.

finais do século XIX. Por toda a América Latina, o positivismo atraía os modernizadores conservadores, que desejavam os benefícios do progresso material sem prejuízo da hierarquia social: Comte parecia oferecer um modelo de desenvolvimento sem mobilização social.<sup>15</sup>

Dentro do partido e de sua ideologia, os líderes Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros sempre foram vistos como figuras inatingíveis, suas decisões raramente foram questionadas e isso demonstra uma hierarquia partidária que era respeitada também na esfera local com os chefes ou coronéis locais e intendentos nomeados pelo presidente do Estado.

## 1.2 Ideologia positivista

O pensamento positivista dominou o Rio Grande do Sul por muitas décadas. Primeiramente, eram os jovens universitários que aderiram ao pensamento de Augusto Comte, depois toda a classe política, ligada ao Partido Republicano tomou a si essa ideologia e adaptou-a como parâmetro ou referencial da ação política do Estado.

Boeira expressa com propriedade a função das ideologias na política deste período, não sendo inteiramente nem máscaras, nem reflexos, nem instrumentos passivos, as ideologias podem conduzir seus adeptos a caminhos contrários a alguns de seus interesses, bem como à defesa de posições que não levam a obtenção de vantagens.<sup>16</sup>

Um fenômeno similar passa-se com a atitude ideológica dos republicanos positivistas com relação à figura do operário. No final do século passado, este identifica-se muito seguidamente com o artesão independente e, em termos numéricos, não chega a representar nenhuma ameaça ao jogo político das elites locais. A idéia de Estado sofre alteração semelhante. Nos anos que antecedem a República, os positivistas do PRR usam Comte para defender a descentralização administrativa e discriminação das rendas. Em tais situações, aderir às posições doutrinárias do partido tornou-se uma forma de definir a identidade política dos republicanos e de resistir às ameaças externas à estrutura de poder vigente.<sup>17</sup>

O positivismo, como se sabe, foi a ideologia adotada pelo grupo que empolgou o poder no Rio Grande do Sul com a instalação da República. Enquanto ideologia importada, sua

---

<sup>15</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.38.

<sup>16</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande do Sul de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.36.

<sup>17</sup> Idem, p. 37.

aceitação pelo contexto social adquiria significância na medida em que fornecesse respostas para problemas existentes.<sup>18</sup>

Ao contrário do que é sustentado pela maioria dos historiadores, entendemos que o positivismo não foi base da teoria política do poder republicano, ou seja, não determinou, como ideologia, uma estrutura estatal autoritária. Entendemos que ele deu forma ao autoritarismo necessário ao poder oligárquico, que existiria independentemente dele.<sup>19</sup>

Recolheram-se da ideologia importada da Europa aqueles aspectos politicamente válidos para manter, no poder, parcela da classe pecuarista, traçando um sistema de alianças com certos setores sociais, com o que se alargava a base social do partido político situacionista e mantinha-se ao mesmo tempo a submissão das camadas populares.<sup>20</sup>

Para Boeira é correto falar de vários positivismos, com conteúdos e funções diferentes. Segundo observa, o positivismo político revela ao investigador uma constante mudança de ênfases, omissão de temas e empréstimos intelectuais, já no período da Propaganda Republicana, sublinha-se o caráter científico do comtismo. Com o declínio das correntes evolucionistas e científicas entre as elites intelectuais brasileiras e o eclipse do positivismo a nível nacional, o PRR passa a sublinhar, de preferência, as virtudes moralizadoras do comtismo. Procura-se, então, aproximar as fórmulas positivistas das virtudes naturais do gaúcho.<sup>21</sup>

Mesmo já existindo o positivismo como pensamento político, essa teoria é constituída, no Brasil, somente com a reunião do grupo de estudantes, do qual Castilhos fazia parte. No entanto, foi com a constituição do PRR que o comtismo encontrou uma via que lhe permitiu prosperar politicamente; os programas e os documentos do PRR passaram progressivamente a valer-se do vocabulário positivista.<sup>22</sup>

O pensamento vigente, no período de Castilhos e mesmo posterior a ele, assentou-se em bases conservadoras, incentivaram um desenvolvimento econômico, mas sem reformas sociais, paternalista, outorgando-se, o Estado, defensor dos interesses de todos os grupos sociais, dos mais aos menos privilegiados; intervencionista, preocupado em promover a acumulação de capitais. Sobretudo propiciou à sociedade não só um

<sup>18</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 80-81.

<sup>19</sup> Idem, p. 97-98.

<sup>20</sup> Idem, p. 66.

<sup>21</sup> BOEIRA. Op. Cit. p. 36.

<sup>22</sup> Idem, p. 38.

equilíbrio de interesses como a manutenção da ordem moral, procurando sempre a regeneração dos homens, por conseguinte, da sociedade.<sup>23</sup>

Segundo Boeira, qualquer ataque ao positivismo – em geral dirigido indiretamente ao grupo no poder – recebe uma réplica imediata da imprensa do PRR (...) A esse período corresponde a liquidação política e ideológica das dissidências no interior do PRR e à definitiva consolidação da versão castilhista do positivismo como ideologia partidária.<sup>24</sup>

Com a morte de Castilhos, este se torna um ícone para todos os republicanos, deixando um legado de Constituição e ditadura no poder. Surge assim o modelo de ditadura castilhista seguido pelos correligionários e comandado por Borges de Medeiros.

A seguir, reproduzimos uma parte da homenagem prestada por Bráulio Oliveira quando da morte do líder e correligionário Julio de Castilhos. Cita ainda que as escolas municipais suspenderam aulas por três dias, e a intendência trabalhou com a bandeira a meio mastro, demonstrando o luto do município.

Qual magestoso cedro de líbano arrancado por forte tufão, cedeu à lei fatal do destino, no dia 24 de outubro de 1903, o vulto gigante do inlyto chefe do partido republicano fragor para a terra que occulta os seus venerandos despojos.<sup>25</sup>

A política castilhista é apoiada através de manifestos, publicações e declarações aos jornais e reconhecida como uma expressão – imperfeita, é certo – das idéias de Comte. A par disso, a propaganda religiosa torna ainda conhecidas as doutrinas positivistas, embora não as torne necessariamente mais aceitas.<sup>26</sup> O Jornal *A Federação* e a propaganda republicana, tinham papel fundamental na coerção e convencimento da população santo-angelense com relação aos ideais republicanos.

Seja o que for, a recomposição do quadro político-partidário não se prestou a atender às reivindicações populares – cada vez mais presentes na arena política, dada a diversificação da estrutura sócio-econômica do país, impulsionada pelo desenvolvimento da cafeicultura no Oeste paulista e pela progressiva institucionalização da ordem social competitiva. – e sequer a criação do partido Republicano veio atender aos anseios democráticos. Ao contrário, as reformas

<sup>23</sup>CRUZ, Beatriz Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1986, p. 107.

<sup>24</sup>BOEIRA. Op. cit., p. 39.

<sup>25</sup>Mensagens apresentadas ao Conselho Municipal de Santo Ângelo pelo intendente Cel. Bráulio Oliveira. 904, p. 1.

<sup>26</sup>BOEIRA. Op. cit., p. 57.

verificadas tiveram por efeito manter a direção do Estado sob o comando dos grupos dominantes, recompondo-se as alianças entre as forças políticas emergentes. Uma vez mais, permaneceu insolúvel o dilema democrático e insuperável: a difícil síntese entre patrimonialismo e liberalismo.<sup>27</sup>

Essa difícil síntese e seus efeitos sobre a expulsão das forças democráticas do âmbito institucional encontraram, por fim, resistências poderosas no plano da burocratização do aparelho de Estado. Durante quase todo o curso do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas que se seguiram à independência do país, o modo concreto de realização da dominação esteve marcado pela indeterminação entre as fronteiras do público e do privado, do espaço civil e da sociedade política.<sup>28</sup>

### 1.3 - O Partido Republicano

Segundo Weber, *poder* é a probabilidade de um ator no interior de uma relação social esteja numa posição que lhe permita impor a sua própria vontade a despeito de resistência, independentemente da base em que tal possibilidade repouse.<sup>29</sup>

Por sua vez, um grupo de liberais, com a linha de orientação de seu partido e cada vez mais convencido de que os males e vícios que grassavam sobre o país, repousavam no regime monárquico, decidiu se afastar definitivamente da agremiação liberal e fundar o partido republicano, com o apoio inclusive de conservadores, lançando o primeiro número do jornal *A República* o famoso manifesto Republicano que refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa. Nesse documento reivindicaram federalismo, verdade democrática e representativa, direitos e liberdades individuais. A partir de 1870, conservadores, liberais e republicanos passaram a se distinguir no plano doutrinário e na prática política.<sup>30</sup>

<sup>27</sup> ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71.

<sup>28</sup> Idem, p. 71.

<sup>29</sup> WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press, London: Collier-Macmillan, 1964, p. 88. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do poder, história política*. Ensaios racionalistas. *Estudos Ibero-Americanos, XXIII* – junho 1997, p.130.

<sup>30</sup> ADORNO. Op. cit., p. 70.

Bem antes do aparecimento do Partido Republicano, que se dá em 1870, os ideais republicanos já vinham sendo divulgados, principalmente através dos liberais-radicais que também ensaiaram um partido político chamado de liberal-radical em 1868.<sup>31</sup>

Pode-se perceber, no objetivo dos programas e manifestos, a influência do positivismo comtiano. Não buscam os republicanos fundamentar teoricamente suas idéias na filosofia positivista de Augusto Comte, mas colocar em prática alguns pontos que demonstram uma república forte, moralista e autoritária.

No Rio Grande do Sul, a história do republicanismo é marcada pelo complexo sistema de conflitos contínuos e sangrentos, entre os sucessores do antigo Partido Liberal que organizaram o Partido Federalista, cuja liderança coube a Silveira Martins, e o Partido Republicano Rio-Grandense, liderado por Júlio de Castilhos.<sup>32</sup>

Transcrevemos abaixo algumas partes do Manifesto Republicano de 1870:

É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria. A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influyendo sobre os negócios internos e externos da nossa pátria, hão criado esta situação deplorável, em que as inteligências e os caracteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse. A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.<sup>33</sup>

No Álbum Ilustrado do Partido Republicano aparece a seguinte declaração:

Somos republicanos. Não pelas nossas individualidades, mas pelo próprio patriotismo, temos necessidade de fazer francamente, perante os nossos patrícios, esta declaração. Como republicanos convictos, sem exaltações imprudentes, tolerantes no terreno das idéias, reivindicamos o glorioso passado que muito caluniam e que outros, mais ingratos ainda, repudiam envergonhados. Havemos de alevantá-lo havemos de rehabilitá-lo.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Cortes; PAIM, Antonio. Op. cit., p. 45.

<sup>32</sup> Idem, p. 106

<sup>33</sup> Idem, p. 20.

<sup>34</sup> TIMM, Otacílio; GONZALEZ, Eugenio. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista/ RS Livraria Selbach, Porto Alegre. 1934 p. VII.

A facção republicana se mantinha no poder sustentando um esquema de alianças para com os outros segmentos sociais secundários e não permitindo o acesso aos cargos políticos da oposição maragato-libertadora, através da fraude eleitoral, e do recurso à força, através da Brigada Militar. Em termos gerais, a presença da bipolarização política ou do “espírito de partido” na historiografia manifestou-se através de duas correntes fundamentais: os defensores dos governos castilhista/borgista e os detratores do governo republicano.<sup>35</sup>

Borges de Medeiros manteve-se dentro da ideologia republicana, inspirado sempre no positivismo. Como Júlio de Castilhos, apoiou-se nestes três princípios: a iniciativa das leis era privativa do poder executivo, sob referendo popular; a competência do poder legislativo era limitada a matéria orçamentária; e o presidente do Estado poderia ser reeleito indefinidamente, com a condição de obter, no mínimo, três quartos da votação popular. (...) Com a dissidência do Partido Republicano e com a articulação, em 1909, e fundação, em 1910, do Partido Republicano Conservador, articulado e criado por Pinheiro Machado, Santo Ângelo sofreu dissensões e diversos elementos republicanos locais, como Joaquim de Moura, Damaso Gomes de Castro, Afonso Cortes Taborda, entre outros, formaram um bloco dissidente, aderido por pessoas de São Luiz Gonzaga que, por questões políticas, haviam se transferido para Santo Ângelo.<sup>36</sup>

O poder da máquina republicana dependia, em larga escala, de seu controle ininterrupto sobre o governo estadual. O poder do governador de cancelar eleições municipais ou de intervir na política local por outras vias mediante decreto, o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele, a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos de seus distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias, e a eficiência da poderosa Brigada Militar Estadual que podia ser utilizada para fins políticos.<sup>37</sup>

#### 1.4 - O poder municipal

O poder municipal reproduzia em muitos aspectos o poder estadual, isso se demonstra na hierarquia das relações estabelecidas na esfera municipal do intendente com seu Conselho e na esfera estadual do governador com os intendentes.

---

<sup>35</sup> PESAVENTO. Op. cit., p. 77.

<sup>36</sup> CRUZ. Op., cit., p. 113.

<sup>37</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre: 1987, p. 94.

Como a regulamentação referente aos municípios foi entregue a cada um dos Estados, não houve uniformidade, no país, quanto à situação jurídica dos mesmos. Em geral, os municípios ficaram com rendas ínfimas e, portanto, com pouca autonomia. O poder privado continuava a ter significativo espaço na vida municipal.<sup>38</sup>

Em Santo Ângelo, o Conselho Municipal reunia-se com frequência para aprovar os orçamentos e leis para o próximo ano. Suas reuniões aconteciam sempre às 12 horas. Bráulio Oliveira, nosso objeto de estudo, antes de ser intendente fez parte do Conselho Municipal. O intendente que quisesse realizar seus projetos teria que, sem dúvida, ter uma relevante parcela da sociedade que o apoiasse e conseqüentemente, ter o Conselho ao seu lado, senão poderia ocorrer o que aconteceu com Álvaro Silveira. Pressionado pelas diversas frentes quando assumiu a intendência em Santo Ângelo, em 1917, afastou-se do cargo por tempo indeterminado e não retornou mais à vida pública em Santo Ângelo.

No Rio Grande do Sul valorizava-se o município, dando-lhe a aparência de participação, mas, na prática, como o presidente do Estado enfeixava também a função legislativa, fazendo com que a Assembléia só tivesse poder ratificador e orçamentário, o domínio sobre o município tornou-se maior, embora não chegasse a suprimir o poder local, porque precisava dele para as atividades eleitorais.<sup>39</sup>

Os antagonismos entre autoridade pública e autoridade privada encontraram na administração da justiça seu ponto crítico e fator responsável pelo retardamento na criação de um aparato burocrático-legal, indispensável ao funcionamento e independência de instituições políticas. O exercício da justiça, como algo público, extravasava os limites da consciência do homem comum. Fazendeiros e agregados solucionavam seus conflitos às custas da violência, como norma de conduta sancionada moralmente, concebendo as situações tensas em que se envolviam como lutas mortais e radicalizando os conflitos até a supressão do adversário. Assim, não só os fazendeiros evocavam, para si, funções policiais e judiciárias, bem como mantinham controle quase absoluto sobre o veredicto do júri e sobre as decisões judiciárias.<sup>40</sup>

Os cargos públicos mais importantes, como os de Juiz de Direito, de Promotor Público e o de Delegado de Polícia, estavam adstritos à esfera estadual. Por todas estas questões, avulta para a vida municipal a importância das boas relações entre o Coronel e os chefes políticos

---

<sup>38</sup> JANOTI. Op. cit. p. 32

<sup>39</sup> FÉLIX. Op. cit. p. 81.

<sup>40</sup> ADORNO. Op. cit., p. 73.

estaduais. Através do chefe político é que o município pleiteava e recebia reforços para sua minguada receita.<sup>41</sup>

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o coronel, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.<sup>42</sup>

Fator que demonstra isso é Bráulio Oliveira que, ao retomar o poder em 1920, arregimenta 1986 votos, enquanto que Álvaro Silveira em 1917 leva às urnas, inexpressivos 77 eleitores. Pedro Arão que faz frente ao grupo dissidente junto com Damaso também teria o controle de significantes 800 eleitores ao seu dispor.

Victor Nunes Leal informa ainda que, a falta de espírito público, tantas vezes irrogadas ao chefe político local, é desmentida, com freqüência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos no lugar.<sup>43</sup> As eleições municipais eram disputadas por grupos dissidentes do PRR ou outros partidos, de modo que quem tivesse o poder da intendência detinha o *status quo* e o controle da máquina pública.

Para falar em termos de generalização, computados os altos e baixos de sua conduta, o “coronel” como político que opera no reduzido cenário municipal, não é melhor nem pior do que os outros, que circulam nas esferas mais largas. Os políticos “estaduais” e “federais” – com exceções, é claro – começaram no município, onde ostentavam a mesma impura falta de idealismo, que mais tarde quando se acham na oposição, costumam atribuir aos chefes locais.<sup>44</sup>

Isso é o que acontece nas intendências, inclusive em Santo Ângelo, onde Bráulio Oliveira conseguiu várias reeleições, mesmo tendo uma oposição formada não foi forte o suficiente e nem inteligente politicamente para derrubá-lo totalmente, pois no momento em que teve o poder, no quadriênio de 1916-1920, tentando mostrar a Borges sua competência administrativa, deixou clara apenas sua ineficiência política.

O município é, no Brasil, a peça básica das campanhas eleitorais. De uma parte, os habitantes do interior que somam mais de 80% da população nacional estão muito mais

---

<sup>41</sup> JANOTI. Op. Cit., p.48.

<sup>42</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. Editora Alfa-Ômega. São Paulo: 1978, p. 23.

<sup>43</sup> Idem, p. 37.

<sup>44</sup> FÉLIX. Op. cit., p. 38.

efetivamente subordinados ao município do que ao Estado ou à União, dada a vinculação política das autoridades estaduais e federais com os dirigentes municipais. Mesmo considerando o cargo sob o aspecto só administrativo, o papel do prefeito na administração municipal é de tal forma preponderante que não se poderia contestar sua excepcional importância para a autonomia local.<sup>45</sup>

A interferência estatal era muito maior, restringindo a autonomia de ação do coronel no município, uma vez que o governo estava imbuído de seu papel como agente transformador, moralizador, pairando acima do indivíduo. Não eliminava, nem poderia, a força dos potentados locais, mas a mantinha permanentemente sob controle.<sup>46</sup>

Para Beatriz Cruz, o município, como parte de uma estrutura, de um todo global, agiliza, a nível local, os objetivos e propostas de uma sociedade. No que diz respeito ao conjunto da sociedade que aloca símbolos, valores, tradições que se expressam pela cultura regional, o município participa e integra os elementos que a compõe, assim como mantém um sistema político que produz e estabelece chefias. O município, via de regra, adquire vida própria e legitimidade quando comprova sua auto-sustentação, quando suas forças produtivas propiciam um desenvolvimento vinculado ao mercado interno, oferecendo possibilidades ao Estado de aperfeiçoamento e reorganização contínua, não só no que diz respeito a sua infraestrutura como na sua superestrutura.<sup>47</sup>

A pretendida autonomia municipal só podia ser cogitada teoricamente, já que o município estava sujeito à legislação estadual e federal, pois mesmo o município disposto a decisões divergentes do plano estadual, como é o caso da eleição senatorial de Hermes da Fonseca, não apoiada por Bráulio Oliveira e Firmino de Paula, o poder permanece sendo de Borges de Medeiros, prova disso é a retirada de Bráulio Oliveira do poder municipal em 1916, e o afastamento permanente de Firmino de Paula da intendência em Cruz Alta.

O objetivo primordial do poder político do município não atende a sociedade local. Faz-se mister decisões sócio-econômicas efetivas, a fim de assegurar a hegemonia de Santo Ângelo num bloco coeso composto pelas forças do trabalho e da cultura. O município deve assumir a feição legitimadora dos interesses locais, não com tendências de desvincular-se da sociedade maior, mas atendendo melhor às necessidades regionais que repercutem nacionalmente.<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> LEAL. Op. cit., p 132.

<sup>46</sup> FÉLIX. Op. cit., p. 76.

<sup>47</sup> CRUZ. Op. cit., p. 89.

<sup>48</sup> Idem. p.90.

## Segundo Relatório de Álvaro Silveira apresentado no ano de 1917:

Regional ou municipal a administração do município faz parte do conjuncto do systema administrativo brasileiro. Ainda que a missão das unidades administrativas seja a satisfação dos numerosos interesses collectivos da sociedade são autônomas entre si em se tratando das relações entre a União e o Estado, e isso se dá de um modo completo, absoluto. Há tão somente uma coordenação resultante das únicas relações legais possíveis, que são apenas de ordem política; já as relações entre a unidade administrativa do Estado membro e a do município não são exclusivamente políticas. Liga-as um laço que colloca o município, mesmo sob o ponto de vista administrativo, debaixo da inspecção do Estado, de modo que aquelle tem a sua actividade sempre na imminencia de uma intervenção deste.<sup>49</sup>

Segundo Leal, estava reservada à República a glória de instaurar no Brasil a verdadeira autonomia municipal. Entretanto, os primeiros arrojados municipalistas bem depressa começaram a esfriar. As constituições estaduais não tardaram a ser reformadas, reduzindo-se o princípio da autonomia das comunas ao mínimo compatível com as exigências da Constituição Federal, que eram por demais imprecisas, deixando os Estados praticamente livres, no regular o assunto.<sup>50</sup>

Neste período, o aparelhamento de intervenção do poder público na atividade econômica seguia, mais ou menos, a estrutura administrativa: enquanto o poder federal controlava os órgãos de ação federal, aos Estados se confiava o controle dos estaduais e, finalmente, à autoridade municipal incumbia-se da tarefa no plano local. A intervenção na economia funcionava assim, como poderosa fonte de poder, que ajudava a consolidar a máquina política na tríplice esfera – federal, estadual e municipal.

Nessa mais ampla composição política, os instrumentos que mais eficazmente garantiam a preponderância do Presidente da República, eram na ordem financeira, os auxílios da União, destinados a suprir a escassez das rendas estaduais e na ordem política, o reconhecimento de poderes (a degola) que podia manter, no Congresso Federal, ou dele expulsar os senadores e deputados que as fraudes e os chefes locais extraíam das urnas.<sup>51</sup> Como entre as relações no Estado e país existia a “política dos governadores”, no município essa atividade era respaldada pela “política dos coronéis”.

De regra, era muito escassa a receita local. Recafam os tributos municipais – nas reses entradas nos açougues, carne abatida, taxa das balanças em que se pesavam todos os gêneros de

<sup>49</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Álvaro Silveira no ano de 1917, p. 8.

<sup>50</sup> LEAL. Op. cit., p.80.

<sup>51</sup> Idem, p.98.

primeira necessidade, taxa do celeiro público (mercado). Havia, ainda, as aferições de pesos e medidas, o produto das multas por infração de posturas municipais e, finalmente, o aluguel das ‘casinhas’.<sup>52</sup> Nem sempre as rendas em Santo Ângelo eram escassas, talvez na maioria dos municípios do país a renda municipal fosse muito pequena, mas para as obras que o intendente fazia, sempre existiam verbas.

A seguir, temos um quadro demonstrativo das receitas e despesas no município de Santo Ângelo desde 1900 até 1929. Observa-se que a receita sempre é maior que a despesa, sobrando em caixa um valor considerável para as obras e construções que o intendente necessitasse.

Quadro 1 - Receitas e despesas do município<sup>53</sup>

Períodos	Receita arrecadada	Despesa effectuada	Medias	
			Receita	Despesa
De 1900 a 1904	174:340\$024	140:907\$470	34:863\$005	28:181\$494
De 1905 a 1909	176:477\$705	161:299\$669	35:295\$541	32:259\$934
De 1910 a 1914	291:130\$050	251:769\$989	58:226\$010	50:353\$997
De 1915 a 1919	418:379\$679	383:459\$235	83:675\$935	76:691\$847
De 1920 a 1924	1.184:416\$597	1.092:366\$183	236:883\$319	218:473\$236
De 1925 a 1929	3.501:570\$772	3.223:199\$534	644:639\$907	444:639\$907

Quanto ao crescimento e desenvolvimento, referente às receitas recebidas de diversas fontes:

O seguinte confronto da receita arrecadada e despesa effectuada, por períodos de cinco annos, demonstra, que até 1909 as finanças municipaes se conservaram em perfeito equilibrio, começando desde então a augmentar levemente de anno para anno até marcar em 1920 o inicio de uma franca e progressiva prosperidade que apparece inteiramente consolidada no ultimo período de 1925 a 1929.<sup>54</sup>

Quanto às rendas do município segundo repasse de verbas estaduais e federais, denota-se oscilações nos repasses a cada ano.

Quadro 2 – Quanto à renda do município<sup>55</sup>

Annos	R. Municipaes	R. Estadoaes	R. Federaes	Total geral
1920	161:445\$454	382:759\$777	88:247\$661	632:452\$892
1921	201:037\$314	357:249\$010	100:592\$635	658:878\$959

<sup>52</sup>LEAL, op. Cit. p. 135. As casinhas eram os locais alugados como se fossem peças comerciais, onde as pessoas colocavam seus produtos expostos para a venda.

<sup>53</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 33

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem, p. 39.

1922	222:814\$586	541:685\$428	89:650\$617	854:150\$631
1923	244:468\$562	544:366\$299	119:016\$071	907:850\$932
1924	354:650\$681	820:629\$667	195:360\$497	1.370:640\$845
1925	448:761\$385	1.266:076\$277	210:357\$713	1.925:195\$375
1926	551:267\$647	1.247:331\$677	213:597\$117	2.012:196\$441
1927	820:413\$544	1.033:483\$068	265:705\$516	2.119:602\$128
1928	737:155\$090	1.227:557\$462	349:154\$794	2.313:867\$346
1929	943:973\$106	1.954:232\$798	415:942\$883	3.314:148\$787
Totais	4.685:987\$369	9.375:371\$463	2.047:625\$504	16.108:984\$336

Para Cruz, um dos aspectos a enfatizar é a relação entre os municípios e a província, seguindo-se entre o município e o Estado, cujo sistema de dependência econômica interliga-se à política numa constante, como as coerções e cooptações por parte dos governantes. A coalizão conservadora entre a oligarquia rural e a província, depois da implantação da república no Rio Grande do Sul, é importante entender-se por que os interesses econômicos mais dinâmicos não conduziram a uma política de representação de interesses mais definidos.<sup>56</sup>

Na Região Serrana, em Cruz Alta, a escolha de Firmino de Paula para substituir José Gabriel assentava no pré-requisito da lealdade partidária e nos serviços prestados na etapa de instalação dos republicanos no poder. Inserir-se, também, na política iniciada por Castilhos na montagem de sua própria máquina político-administrativa em substituição à existente.

Firmino de Paula, manteve seu prestígio consolidado na região serrana durante toda a República Velha, participou da Revolução Federalista e da Revolução de 1923. Levou consigo muitos admiradores, entre eles Bráulio Oliveira que se afastou do poder em 1916 por ter apoiado Firmino em sua decisão contra a candidatura senatorial de Hermes da Fonseca. A partir da década de 20, Firmino de Paula começa a delegar o poder regional para Victor Dumoncel, seu genro, que já na Revolução de 1923 é nome reconhecido.

Durante a Primeira República a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do ‘coronelismo’ e, ainda hoje, em menores proporções continua a desempenhar essa missão. Com a República, passamos a ter duas justiças: a federal, de organização e processo da competência legislativa da União e a local organizada pelos Estados, que também legislavam sobre o respectivo processo.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> CRUZ. Op. cit., p.106.

<sup>57</sup> LEAL. Op. cit., p. 201.

Ao designar-se o delegado de polícia de uma facção e o intendente de outra procurava-se estabelecer uma espécie de compensação de poderes. Havia uma política deliberada de Borges em fomentar as dissidências locais, colocando-se sempre acima delas.<sup>58</sup> Desta forma, o governo estadual jogava constantemente com os coronéis de menor importância, retirando-lhes o poder de acordo com suas conveniências.

### 1.5 - Um sistema de dominação chamado coronelismo

O despotismo do proprietário sobre uma população local não é exclusivo da história do Brasil. Encontra-se presente em todas as sociedades onde se registra um predomínio do rural sobre o urbano, onde há maior concentração da propriedade fundiária e aonde as relações de produção capitalista não chegam a se implantar ou a se desenvolver completamente.<sup>59</sup>

Comprovadamente, os coronéis do império eram incontestavelmente os da fronteira, com nítido acento caudilhista, militar e com influência da região do Prata, enquanto que os da Serra, na República, eram cooptados pelo governo republicano e asseguravam suporte de legitimidade para o isolacionismo gaúcho, em relação ao resto do país, sendo este isolacionismo patrocinado pelo regime autoritário borgista. O que ocorreu na transição do século foi uma alteração do eixo de importância em relação ao poder central do Estado, quando da preeminência do coronel da fronteira, da Campanha, típico do séc. XIX passou-se para a preeminência do coronel serrano do Planalto, sustentáculo do poder do PRR até a reação de retomada que representará a Revolução de 1923.<sup>60</sup>

O coronelismo é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, não se caracterizando apenas a sobrevivência do poder privado, mas sim, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do poder privado coexistem com um regime político de extensa base representativa.

Pode-se, então, definir o coronelismo por uma ascendência política, econômica e social, primeiramente em nível local, podendo ir aumentando sua influência a círculos cada vez mais

---

<sup>58</sup> FÉLIX. Op. cit., p.130.

<sup>59</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo uma política de compromissos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992, p. 17

<sup>60</sup> FÉLIX. Op. cit., p. 49.

amplos. Nem todos os coronéis tinham acesso ou participação nas decisões das oligarquias governantes. Os pequenos coronéis limitavam-se a gerir a política do lugarejo e seguir sempre o situacionismo no plano estadual e federal.<sup>61</sup> A sustentação e manutenção política dos coronéis no poder fica afirmada a partir do voto do eleitorado rural, que ainda apresenta sinais de dependência, caracterizando o mandonismo, filhotismo, falseamento do voto, e a desorganização dos serviços públicos locais.

Loiva Félix entende por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitem aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Tem sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal, e algumas vezes, regional, geralmente, devido o poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários.<sup>62</sup>

Para Victor Nunes Leal, o bem e o mal que os chefes locais estão em condição de fazer aos seus jurisdicionados, não poderiam assumir as proporções habituais sem o apoio da situação política estadual para uma e outra coisa.<sup>63</sup> As correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas, o que pretende é obter as preferências do governo do Estado; não se batem para derrotar o governo no território, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista: batem-se para disputar entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.<sup>64</sup>

A ascendência do coronel sobre o roceiro vem pela frágil aparência de viver bem do fazendeiro, pois este apesar de hipotecas bancárias possui um enorme bem-estar em suas propriedades, tal como, luz elétrica, água encanada, boa alimentação, etc., o roceiro vê no coronel um homem rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores.<sup>65</sup>

Para conservar sua liderança política, o chefe local realizava serviços de utilidade pública que muitas vezes só dependiam do seu empenho e prestígio político. Em Santo Angelo, o

---

<sup>61</sup> JANOTTI. Op. Cit., 48.

<sup>62</sup> FÉLIX. Op. cit., p.15-16.

<sup>63</sup> LEAL. Op. cit., p. 44.

<sup>64</sup> Idem, p. 48.

<sup>65</sup> Idem, p. 25.

Coronel Bráulio Oliveira cede em 1919, gentilmente, a força de uma cachoeira em sua propriedade para trazer luz para a cidade, em pontos comerciais e privados.

A falta de autonomia legal dos chefes municipais sempre foi compensada com ampla autonomia extralegal. Sua opinião prevalece nos conselhos do governo em tudo quanto diz respeito ao município, mesmo em assuntos que são da competência privada do Estado ou do governo Federal, como por exemplo, a nomeação de certos funcionários, entre os quais delegados e coletores.

É justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do coronelismo. Neste ponto, misturam-se os interesses públicos e privados do coronel, especificamente Bráulio Oliveira. É incontestável que os coronéis da República Velha se utilizaram da máquina pública para auferir vantagens, mas também é inevitável dizer que o crescimento econômico de Santo Ângelo foi intenso e constante neste período, como veremos adiante, mesmo que parte de uma política de colonização borgista.

Para favorecer aos amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa do legal e do ilícito, ou penetrar em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária ainda é mais forte. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque em política, no seu critério, só há uma vergonha: perder.<sup>66</sup>

Sem embargo, uma das formas de se manter no poder, era o voto de cabresto que se organizava em currais eleitorais mantidos pelos coronéis, permanentemente com as redes de favores e que faziam a diferença nos pleitos. O voto neste período era aberto, os homens acima de 21 anos poderiam votar. Não votavam analfabetos, mendigos, praças, religiosos e sem dúvida, também as mulheres.<sup>67</sup>

O auge da ação coronelística no Brasil ocorreu na Primeira República, chamada República Velha ou República Oligárquica. Mesmo o esforço pela modernização do país, a partir da Revolução de 1930, não logrou eliminar totalmente da vida política nacional a figura do coronel. Este teve seu papel reduzido.

---

<sup>66</sup> LEAL. Op. cit., p. 39.

<sup>67</sup> A eleição durante a República Velha levava em conta as relações entre os coronéis e seu curral eleitoral e destes com outras esferas de poder através da política dos governadores. Ver também TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*, São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

A modernização das estruturas econômicas, sociais e políticas do país, e a implantação de procedimentos eleitorais menos suscetíveis de manipulação, o voto secreto e a implantação da Justiça Eleitoral, criaram dificuldades à ação do coronel, mas não o extinguiram. Ainda hoje sua presença pode ser percebida com surpreendentes demonstrações de força, principalmente nas regiões mais pobres e isoladas do país.

Evidente que estes remanescentes não dispõem, contemporaneamente, do seu principal sustentáculo, o povo oprimido do mundo rural. Hoje, depois de toda uma modernização econômica que levou às cidades massas humanas, e que também aí tiveram seus momentos de manipulação, parece que o papel típico do “coronel”, aquele que informa em quem votar, é exercido pela grande imprensa, moderna em tecnologia, retrógrada em democracia.

No Rio Grande do Sul, as patentes militares estavam geralmente associadas à participação do seu portador em alguma ação bélica. O posto representava a posição real que o indivíduo ocupava na estrutura hierárquica da Brigada Militar, do Regimento Provisório, do Corpo Auxiliar ou das Colunas e Piquetes das forças oposicionistas.

O mandonismo político manifestou-se de forma intensa na região das novas colônias. O General Firmino de Paula, por exemplo, foi chefe político da região de Cruz Alta, Santo Ângelo, Palmeira, Ijuí, e Júlio de Castilhos. Fiéis ao princípio positivista-castilhista da centralização política, os chefes locais não ousavam candidatar-se ou indicar candidatos a qualquer cargo sem antes ouvir o Exmo Presidente do Estado, Borges de Medeiros.

Estabelecia-se longa cadeia de compromissos, na qual competia a cada um dos beneficiados deveres e direitos. Os governadores garantiriam a eleição, para o Congresso nacional de representantes dóceis ao Presidente da República. Por sua vez, os governadores escolheriam candidatos de sua confiança para compor as Assembléias. O poder se dava de forma hierárquica e em cadeias.

Um exemplo claro disso é Firmino de Paula, chefe político da região, que tinha imediatamente abaixo de si, na cadeia hierárquica, chefes municipais como o coronel Bráulio Oliveira em Santo Ângelo, coronel Antônio de Barros (coronel Dico) em Ijuí, e dezenas de outros coronéis, majores, capitães e tenentes, de menos ou nenhuma expressão política.

Cabe-nos agora analisar, mais detidamente, as características do poder político exercido pelo coronel Bráulio Oliveira em Santo Ângelo, a fim de diagnosticar as regularidades de sua

atuação no conjunto do sistema borgista, assim como, suas particularidades, que como querer-se mostrar, a este conferiram uma condição única.

## Capítulo 2

### A política em Santo Ângelo

Santo Ângelo, um dos maiores municípios do Rio Grande do Sul, situado no Noroeste do Estado, no início do século XX, tinha grande parte do seu território coberto por matas. Foi um dos municípios em que mais esteve presente a política de colonização do governo de Borges de Medeiros. Politicamente, Santo Ângelo esteve durante quase todo o período da Primeira República, sob o domínio do Coronel Bráulio Oliveira, chefe local do PRR, sendo intendente municipal entre 1900-1916 e 1920-1924.



Figura 1 -Rio Grande Sul em 1873, destaque para o município de Santo Ângelo<sup>68</sup>

<sup>68</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Evolução municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996*. Porto Alegre: 2001, p. 22.

Segundo Otacílio Timm, Santo Ângelo foi fundado pelos jesuítas, em 1707. Sob a administração de Cruz Alta e por efeito de lei provincial, era em 1837, criada instituição neste território. Antonio Manoel de Oliveira e Antonio Gomes Pinheiro Machado, no ano de 1859, aproveitam o local da antiga redução jesuítica para sede da paróquia. Em 1873, o 5º distrito de Cruz Alta, era elevado à categoria de vila. Foi seu primeiro intendente, o então Coronel Firmino de Paula, nomeado pelo governo do Estado e empossado em 10 de setembro de 1892, o qual governou o município até o ano de 1900.<sup>69</sup>

A instalação do poder político em Santo Ângelo da primeira câmara municipal até a ascensão de Bráulio Oliveira é assim descrita por Beatriz Cruz:

As câmaras, eleitas por período determinado, exerceram a administração do município em Santo Ângelo. A primeira Câmara Municipal instalou-se em 31 de novembro de 1874. A última Câmara dissolveu-se após a Proclamação da República, por ato do governo do Estado, de 24 de fevereiro de 1890, e, nessa ocasião, foram nomeados os cidadãos Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, João Antonio Rodrigues e Ernesto Krueel para, conjuntamente, administrarem Santo Ângelo. Esse colegiado era denominado Junta Municipal. A atuação iniciou em 21 de março do referido ano, estendendo-se até 1892. Firmino de Paula, foi o primeiro intendente nomeado por ato governamental, de 27 de agosto de 1892. Em 3 de julho de 1900, elegeu-se intendente o Coronel Bráulio Oliveira, reeleito sucessivas vezes.<sup>70</sup>

José Olavo Machado, em sua obra sobre a história de Santo Ângelo, nos indica alguns dados populacionais que evidenciam o crescimento do município:

Santo Ângelo, 1890, tinha uma população de 15.377 habitantes num território de 11.632 Km<sup>2</sup>. Em 1900 a sua população era de 20.925 almas, povoando o mesmo território. Em 1920, ainda no mesmo território, Santo Ângelo, possuía uma população de 42.925 habitantes. Obscuro distrito do município de Cruz Alta, é de presumir que bem apagada fosse a vida política e partidária, de Santo Ângelo.<sup>71</sup>

Na realidade há de se discordar da opinião de Machado, pois com o crescimento apresentado no município de Santo Ângelo é inconcebível que este território fosse ‘obscuro’. Talvez sua colocação se daria no período em que Santo Ângelo ainda era distrito de Cruz Alta,

<sup>69</sup>TIMM, Otacílio; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit., p. 598.

<sup>70</sup>CRUZ. Op. cit., p. 103-104.

<sup>71</sup>MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo: das Missões aos nossos dias*. Santo Ângelo, 1981, p. 20.

mesmo assim, apresentou grande crescimento, pois em 30 anos teve sua população multiplicada de 15.377 para 42.925 habitantes.

Para se vislumbrar o crescimento de Santo Ângelo, no período, é necessário observar alguns dados do cotidiano da população. O primeiro clube da cidade, nasceu sob a denominação de Sociedade Literária, inaugurada em 02 de fevereiro de 1902. Logo depois o nome foi trocado para Clube Gaúcho. Outra sociedade que surgiu foi o Clube Comercial.

Durante algum tempo, quando a cidade começou a se expandir para o norte da atual Rua 25 de julho, antiga 14 de julho, esse setor de nossa *urbe* era conhecido pela denominação de ‘Alemanha’, pois predominava uma população, em sua maioria, de teuto-brasileiros.<sup>72</sup> Surgem mais dois clubes, o Deustcher Club e o Club 28 de Maio. O primeiro foi fundado em 23 de março de 1924, o outro foi fundado em 28 de maio de 1926.

Nos esportes, a primeira sociedade esportiva organizada em Santo Ângelo foi o Elite Clube Desportivo, fundado em 30 de setembro de 1921, sob a presidência de Helmuth Schnepfleitner. Não tinha campo nem sede e seus jogos, por essa época, realizavam-se na praça Rio Branco. Constituído por elementos residentes na parte da cidade denominada ‘Alemanha’, era amparado pelo forte e sólido comércio dessa zona da cidade.

Como réplica, na parte velha da cidade, foi organizado sob a liderança de Clotário Oliveira, filho de Bráulio Oliveira, o Grêmio Santo-Angelense, fundado em 12 de outubro de 1921. Era composto de rapazes novos que iniciavam carreira de amadores, e com o tempo, conseguiram formar um time respeitável. Era o alvi-verde a enfrentar o seu adversário – o rubro-negro.<sup>73</sup>

Em Santo Ângelo, como em outras cidades da região, por muito tempo quem realizava a função de banqueiro eram os comerciantes. Emprestavam dinheiro, recolhiam safras e efetuavam cobranças dos agricultores. Em 1916 inaugurou-se a primeira agência do Banco Pelotense. Posteriormente também se instalaram o Banco Nacional do Comércio e Banco da Província do Rio Grande do Sul. E ainda, o Banco Popular e o Banco Pfeifer.

O primeiro jornal que se publicou foi *A Paz*, sob a direção do advogado João Carlos de Araújo. Ainda sob a direção deste, de 1921 a 1924, foi publicado um jornal com tendências políticas, intitulado *A Voz do Povo*.

---

<sup>72</sup> MACHADO. Op. cit., p. 45.

<sup>73</sup> Idem, p. 46

Em 1919 fundou-se o jornal *A Semana* que circulou até 1924, sob a direção de Serafim Dias Ferreira e que em seus últimos tempos, foi órgão oficial do Partido Republicano. Em 1923 e 1924 circulou o semanário *A Luz*, dirigido por Udalino Fernandez e, em 1926, foi dado à publicidade *O Missioneiro* de feição independente e sob a direção de Ricardo Becker Júnior.<sup>74</sup>

Por volta dos anos 1900 até 1910, já existiam escolas no município nas localidades de Inhacorá, Colônia Municipal, Entre-Ijuís, Giruá, Cadeado, Santo Cristo e Santa Rosa.

Em 1913 a rede de estabelecimentos de ensino escolar estava distribuída em quatro escolas estaduais, funcionando, respectivamente uma nos subúrbios desta vila, uma em Santa Rosa, uma no distrito de Coimbra e outra na Linha República, Colônia Guarani, enquanto o município mantinha dez escolas, assim distribuídas: 5 nesta vila; 2 no terceiro distrito e mais uma em cada um dos 2º, 4º e 5º distritos.<sup>75</sup>

Já nas décadas de 20 e 30 a situação era diferente. Com muitas escolas e um número cada vez maior de alunos. Abaixo está demonstrado o quadro geral das escolas existentes no Município, com a respectiva matrícula e frequência média durante o ano de 1930.

Quadro 3 – Matrícula e frequência dos alunos<sup>76</sup>

Nº	Categorias	Alumnos matr.	Frequência media
01	Collegio Elementar	468	327
02	Grupos Escolares	372	280
02	Escolas Isoladas	76	57
04	Escolas Estadoaes Sub. Pelo Mun.	266	199
09	Escolas Part. Sub. Pelo Mun. E Com. De Terras	322	242
15	Esc. Part. Subv. P. Mun.	708	610
37	Escolas Mun. sub. P. Estado	1946	1492
62	Escolas Municipaes	2659	2025
63	Escolas Part.	2006	1605
Total:			
195		8823	6837

Se relacionarmos o número de escolas e alunos com as décadas anteriores, os dados abaixo comprovam o crescimento econômico da sede e dos distritos. Isso não significa que todas as crianças em idade escolar tinham direito de frequentar a escola. Muitos trabalhavam nas

<sup>74</sup> MACHADO. Op. cit., p. 61.

<sup>75</sup> Idem, p. 62.

<sup>76</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 92.

pequenas propriedades rurais com os pais, mesmo muito jovens. Ressalta-se que para os imigrantes, os filhos eram mão-de-obra disponível. Segue um demonstrativo do número de escolas, matrícula e frequência no município, durante o período de 1925 a 1930.

Quadro 4 – Demonstrativo do número de escolas<sup>77</sup>

Anno	Nº Escolas	Matricula	Freq. media
1925	113	4659	3579
1926	110	5309	4278
1927	129	6046	5351
1928	154	7664	6520
1929	169	8025	6644
1930	195	8823	6837

Na década de 1920, com o progresso trazido pela estrada de ferro, começaram a vir para esta região, muitos médicos, dentistas e profissionais liberais como um todo. Tinham o objetivo de instalar-se em Santo Ângelo e crescerem. Antes disso, os doentes da vila e do próprio município eram atendidos por João Henrique Licht e por Aniceto Gomes Castanho.

Conforme Relatório a seguir, a construção da estrada de ferro era de grande necessidade para o crescimento de Santo Ângelo, pois sem essa estrada acabou sendo impulsionado o crescimento de Ijuí, que era mais próximo, com estradas mais acessíveis e com estrada de ferro já constituída.

Este sonho tão longínquo, está prestes a ser uma realidade e me é grato recordar que contribuí com minha quota para a solução de tão magno problema, conforme vereis pelo tópico do meu relatório apresentado ao Conselho em 1905: - Estrada de ferro. – Tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento desse Conselho e do Município que em breve será uma realidade a construção do ramal que partindo de Cruz Alta vae á foz do rio Ijuhy.<sup>78</sup>

Com a chegada do trem na década de 1910, a elite santo-angelense começa a ganhar forma, conforme os quadros a seguir, que refletem a industrialização, as atividades liberais e o comércio que foi organizando-se na vila e nos distritos. Antes a elite era agrária e rural, agora

<sup>77</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 95.

<sup>78</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão ordinária de 18 de julho de 1916 pelo intendente Cel Bráulio Oliveira, p. 7.

ganha uma forma mais cidadina. O comércio que era até então, basicamente de secos e molhados, começa a ganhar serviços específicos como casas de jóias e de saúde.

Quadro 5 – Estrutura do comércio<sup>79</sup>

Designação	1915	1920	1925	1929
Alfaiaterias	4	14	23	27
Açougues	4	8	16	22
Armazéns	0	0	3	14
Armarinhos	0	0	0	3
Ag. Automóveis	0	0	2	16
Barbearias	3	5	10	16
Bazares	0	0	0	2
Bancos	0	0	6	18
Barracas de exp.	0	0	0	6
Chapelarias	0	0	0	1
Casas de pensão	0	0	0	7
Cocheiras	0	0	0	1
Comis. E construção	0	0	3	10
Cortumes	3	3	5	7
Cafés, confeitarias	0	0	0	5
Casas de saúde	0	0	0	7
Casas de jóias	0	0	0	1
Casas de bebidas	0	0	0	3
Cinemas	0	0	2	6
Dep. Cereais	0	0	0	23
Dep. Fumos	0	0	0	15
Dep. De madeiras	0	0	0	16
Dep. Mat. Const.	0	0	0	2
Ferrarias	10	33	48	49
Casas de ferragens	0	0	2	3
Casas de fazendas	0	0	0	209
Casas de secos e molhados	120	125	240	244
Funilarias	0	2	5	8
Garagens	0	0	0	18
Hotéis	3	15	18	20
Lojas de calçados	0	0	0	1
Livrarias	0	0	2	2
Marc. E carpint.	12	34	53	70
Local jogo de bolão	0	0	0	11
Marchantes	0	0	0	4
Officinas mechanicas	0	0	5	16
Ouriversarias	0	0	0	2
Padarias	2	7	10	15
Pharmacias	2	8	8	19
Photographias	0	0	0	4
Pedreiras (explor.)	2	2	2	2

<sup>79</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 61.

Restaurantes	0	0	3	8
Relojoarias	1	1	3	5
Rinhadeiros	0	0	0	1
Sapatarias	5	2	4	5
Sellarias	2	1	8	18

Essa mudança de perfil econômico está ligado à chegada do trem em Santo Ângelo e a conseqüente expansão comercial na região, mas também deve-se a uma política expansionista do PRR e conseqüentemente de Borges de Medeiros, implementada por Bráulio Oliveira na fundação de colônias em áreas na encosta do Rio Uruguai, onde mais tarde (1931) foi fundada a cidade de Santa Rosa e outros municípios menores.

Outro ponto relevante que comprova esse crescimento nesta região é o quadro impresso a seguir com demonstrativos das indústrias existentes no município e suas especificidades quanto a função.

Quadro 6 – Quadro indústria <sup>80</sup>

Especificação	1915	1920	1925	1929
Fabricas de caramellos	0	1	0	3
Fabricas de carroças	2	2	6	26
Fabricas de café	0	0	3	3
Fabricas de cerveja	5	10	16	13
Fabricas de farinhas	0	0	15	31
Fabricas de fumo, cigarros	0	52	17	21
Fabricas de gasosa	2	9	10	14
Fabricas de gelo	0	0	0	2
Fabricas de herva-mate	5	12	13	11
Fabricas de licores	0	0	1	1
Fabricas de massas	0	1	1	2
Fabricas de mosaicos	0	0	0	1
Fabricas de móveis	0	0	2	8
Fabricas de sabão	0	0	1	2
Fabricas de salame	0	1	0	1
Fabricas de vinhos	0	10	16	34
Serrarias a vapor	15	30	51	71
Serrarias hydraulicas	1	16	16	14
Moinhos a vapor	1	27	28	12
Moinhos hydraulicos	11	15	20	15
Typographias	0	2	2	3
Engenhos de aguardente	35	48	71	75
Atafonas hydraulicas	5	10	4	8

<sup>80</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 61-62.

Descascadores de arroz	0	4	4	5
Olarias	6	15	8	11
Total	88	265	305	387

Enquanto que na maioria das fábricas o crescimento é gradativo entre 1915, 1920, 1925, 1929, existe um salto de produção nas fábricas de carroças, evidenciando o crescimento e desenvolvimento econômico do município, conseqüentemente, nas serrarias à vapor que de 15 sobe para 71 em 1929; e também de vinhos e aguardente, muito consumido pelos alemães e italianos emigrantes nessa região.

Quanto à religião é de se considerar o grande número de capelas e igrejas que existiam. Nos relatórios, não há demonstração de rivalidades entre as Igrejas Evangélicas e a Igreja Católica. Do culto protestante existem na sede do município uma igreja evangélica, a igreja luterana em 14 de julho e a matriz evangélica em 3 de Maio, além de várias casas de oração dispersas pelos distritos, conforme mostra o seguinte quadro:

Quadro 7 – Quadro de igrejas evangélicas<sup>81</sup>

Nº	Denominação dos edificios do culto	localização	districto	Data const.	Pessoas que comp.
1	Capella metodista	Villa de S. Angelo	1º	1903	400
2	Casa de Oração de S. João	L. 23 de julho	5º	1922	370
3	Casa de Oração São Pedro	L. 8 de agosto	5º	1922	170
4	Casa de Oração São Pedro	Girúá	11º	1923	280
5	Casa de Oração São Pedro	Boa Vista	10º	1923	150
6	Casa de Oração São Pedro	L. Republica	5º	1923	140
7	Casa de Oração São Pedro	L. Federação	5º	1923	150
8	Casa de Oração Dr. M. Luthero	L. 15 de Novembro	5º	1923	400
9	Casa de Oração Evangélica	L. 13 de Maio	5º	1923	100
10	Casa de Oração de S. Paulo	L. M. Abrantes	5º	1923	200
11	Casa de Oração de S. Luccas	L. Dr. P. Toledo	5º	1923	150
12	Casa de Oração Evangélica	L. Silva Jardim	5º	1924	300
13	Casa de Oração da Paz	L. Timbauva	5º	1925	150
14	Egreja Lutherana	14 de julho	6º	1926	500
15	Matriz Evangélica	3 de Maio	7º	1922	300
16	Casa de Oração Evangélica	Lag. Lambeder	7º	1922	150
17	Casa de Oração Evangélica	L. Manchinha	7º	1926	100
18	Casa de Oração S. João	L. S. João	7º	1923	100

<sup>81</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 107.

Pode-se depreender que os cultos evangélicos são organizados pela grande quantidade de imigrantes alemães que vieram para a região, principalmente na colônia 14 de julho, posterior município de Santa Rosa.

Quadro 8 – Quadro de igrejas católicas<sup>82</sup>

Nº	Denominação dos edifícios do culto	localização	districto	Data const.	Pessoas que comp.
1	Egreja Matriz de S. Ângelo	Villa de S. Angelo	1º	1868	500
2	Capella de S. Antonio	Rio Branco	2º	1919	250
3	Capella de N. S. Dos Navegantes	C. Municipal	1º	1920	300
4	Capella de S. José	C. Burity	1º	1916	300
5	Capella de S. Marcos	C. Victoria	3º	1926	200
6	Capella de S. Luiz	Restinga Secca	1º	1927	200
7	Capella de S. Miguel	S. Miguel	3º	1918	200
8	Matriz de Santa Rosa	14 <sup>de</sup> julho	6º	1919	500
9	Capella de S. Roque	Est. Do Uruguay	6º	1921	300
10	Capella de S. Marcos	Est. Do Uruguay	6º	1922	250
11	Capella de N. S. Da Saúde	Linha Uruguay	6º	1923	200
12	Capella Santo Antonio	Bello Centro	6º	1922	300
13	Capella de S. Pedro	Santa Rosa	7º	1922	300
14	Capella de N. S. De Lourdes	Santa Rosa	6º	1922	300
15	Matriz de S. Antonio	3 de Maio	7º	1923	750
16	Matriz da Ascensão	Santo Christo	10º	1918	400
17	Matriz de N. S. do Rosário	Campinas	9º	1920	500
18	Capella de S. Pedro	Linha Pacca	9º	1920	200
19	Capella de N. S. Do B. Conselho	Porto Lucena	9º	1923	300
20	Capella S. João	S. João	3º	1923	150
21	Capella S. Antonio	C. S. Antonio	2º	1920	200
22	Capella Santa Thereza	G. S. Thereza	2º	1929	200
23	Capella S. Roque	Campinas	9º	1920	200
24	Capella de Orações	L. Candido Godoy	9º	1926	250

Não é possível utilizar a religião como parâmetro na sociedade da época. Depreende-se que quanto à religião, a maioria da população era católica, sendo que os evangélicos eram um pouco mais que a metade dos católicos. Outro fator relevante é que deveria haver outras religiões, não expostas neste relatório, pois a população na década de 30 era em torno de 40.000 habitantes e muito menos do que isso aparece na soma das capelas.

<sup>82</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 106.

Quanto à segurança no município, os relatórios deixam claro que a cadeia municipal, embora não fosse tão espaçosa, estava saturada de presos, sendo que os guardas dormiam e trabalhavam de forma irregular.

Devido ao avultado numero de presos, constantemente recolhidos, tornam-se insufficiente os três compartimentos térreos do edificio da Intendência, servindo de alojamento para presos processados, correcionaes, alienados, etc. A Guarda Municipal não tem alojamento, dormindo as parcas no corredor. Nestas condições torna-se indispensável, a construcção de um edificio que sirva para cadeia e quartel. Nos fundos da Intendência existe o prédio pertencente a Loja maçônica, cuja associação está disposta a permutar com a Intendência o edificio, por outro de iguaes proporções em logar apropriado.<sup>83</sup>

Na verdade, as pessoas que estivessem ‘vadiando’, ou seja, que não tivessem paradeiro ou trabalho fixo eram recolhidos para a cadeia municipal. Juntando-se ainda com o restante dos criminosos que ali se encontravam. Outro fato relevante é a permuta de prédio com a Loja maçônica que mais a frente será revista de forma mais detalhada.

Pelo exposto, fica demonstrado, que a punição do vagabundo, por meio do trabalho, nas ruas e estradas, não só redonda em beneficio do cofre municipal como também regenera o individuo creado ao abandono, carregado de vícios, devido a falta de instrucção. O caboclo serrano que nasceu, creou-se e vive na sombra de uma triste choupana em ruínas, gosando das dilicias que lhe proporciona as frondosas mattas do nosso rico município, considerava-se superior á tudo e a todos, tendo uma boa escopeta ao hombro e uma afamada colhera de viadeiros ou anteriores, garbosamente amarrados por um siposinho de São João ou Guaimbé, passando dias e dias, entregue a caça e pesca; hoje, porém os costumes estão desmudando-se, e o caboclo já occupa uma grande parte do tempo, na cultura de suas posses, não por amor ao trabalho, mas receiando uma imprudente visita da policia, administrativa ou judiciária, visitas estas, que já deram como beneficio resultado, o augmento de mais de 50% sobre a produção e exportação do fumo, herva, caxaça, feijão e outros.<sup>84</sup>

Ao que parece, o cidadão necessitava produzir e não somente para o seu consumo, mas para exportar e fazer sua parte no crescimento do município, sob pena de receber a visita da polícia judiciária ou administrativa.

Com relação à ponte sobre o Ijuhysuinho, Santo Ângelo e Ijuí tiveram uma rixa por muitos anos. Segundo as informações do jornal *A Semana*, o município de Ijuí foi criado às custas do município de Santo Ângelo, primeiro, porque levou grande quantidade da extensão

<sup>83</sup> Relatório do período decorrido de 3 a 31 de outubro de 1920. Apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 3 de novembro de 1920 pelo intendente Cel. Bráulio Oliveira, p. 9.

<sup>84</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal dia 03 de outubro de 1904. Parte introdutória, p. 6.

territorial, e segundo, porque a construção da ponte sobre o Ijuisinho que desenvolveria Santo Ângelo demorou mais de 11 anos para ser concluída, justamente porque o engenheiro da obra era Augusto Pestana, um dos primeiros intendententes de Ijuí.

Sobre este fato o jornal *A Semana* publica uma série de reportagens, questionando a demora.

Entre os grandes problemas que directamente interessam ao desenvolvimento commercial de quase toda a região missioneira, é sem duvida o que se refere á construcção de uma ponte sobre o rio Ijuhysinho, a duas léguas d'esta villa e na estrada geral que d'aqui segue para a fronteira. Firmes no nosso posto de tratar e discutir os assumptos de interesse geral, não trepidamos em afirmar que este é um d'aquelles problemas, cuja solução se impõe como medida immediata e de grande alcance econômico, não só para os habitantes dos municípios que abrangem quase toda a vasta e rica região de Missões, como também para o commercio em geral que vê trancadas, nas íngremes e quase intransponíveis barrancas do Ijuhysinho as portas para o seu amplo desenvolvimento.<sup>85</sup>

É importante ressaltar que o jornal foi publicado em 1919, e em 1906 os pedidos da ponte e verbas já estavam sendo feitos. Todos os anos os ânimos se exaltavam, pedindo ao Presidente do Estado a conclusão da ponte e nada se resolvia.

Em 1906, sendo chefe da secção da viação terrestre do Estado o illustre Ildefonso Fontoura, o governo attendendo ás reclamações dos habitantes d'esta importante região, levadas ao seu conhecimento pelo então intendente d'este município, cel. Bráulio Oliveira, é considerando a construcção de uma ponte sobre o Ijuhysinho como um complemento da ponte do Ijuhhy Grande, n'esse tempo construída, autorizou os primeiros estudos para o projecto e orçamento da referida ponte.<sup>86</sup>

Um pouco da indignação da elite santo-angelense é demonstrada nesta parte da reportagem. Com toda certeza, o crescimento que deveria ter vindo à Santo Ângelo, para acelerar sua produção acabou potencializando o município de Ijuí, na corrida pelo desenvolvimento do comércio e escoamento da produção.

Compreende-se que Augusto Pestana, no louvável esforço de tornar grande a terra onde exercia a sua proficua administração, procurasse estender os seus domínios, aproveitando a complacencia dos municípios que generosamente cederam, como o nosso, uma boa parte do seu território, mas não se comprehende que s. ex. por motivos ignorados, para não admittirmos um despeito que nada honra os seus méritos de homem

<sup>85</sup> Jornal *A Semana* Vol 6, de 14 de agosto de 1919.

<sup>86</sup> Idem. Ponte sobre o Ijuisinho.

publico, não tivesse dado cumprimento ás ordens que havia recebido do governo, isto é, contractar a aquisição de madeiras para a ponte que seria o primeiro passo para a sua effectiva construção.<sup>87</sup>

Na verdade, a ponte sobre o rio Ijuisinho só saiu depois da separação administrativa de Ijuí, o que comprova que este município através de suas redes de relações com o governo do Estado conseguiu manter por muitos anos o crescimento em seu território e só liberar a construção da ponte quando já possuía sua independência administrativa.

Ainda nesta perspectiva do crescimento, temos as estradas, que quando abandonadas, também tornavam difícil o acesso dos distritos até a sede. Os colonos não conseguiam vender seus produtos e muitas vezes nem sair do distrito. Conforme a reportagem do jornal *A Semana*, citada a seguir:

Há já uma boa meia dúzia de annos que pelos nossos ouvidos passava o som atordoador das continuas reclamações contra o péssimo estado da estrada que liga esta villa á sede da Colônia Guarany. Não sabemos se as péssimas condições de transito a que chegou a estrada durante algum tempo eram de exclusiva responsabilidade do director, ou se a verba destinada a reparações lhe foi cortada a titulo de economia, como frequentes vezes se tem observado. Poderia mesmo dar-se o caso de a estrada ter sido mal construída ab initio, com obras de arte indispensáveis que não foram feitas e que por isso a estrada, em pouco tempo e n'alguns pontos, se tornou intransitável. O que é certo, porém, é que houve motivo para reclamações. Os colonos effectivamente não exportavam os seus productos, porque a estrada estava em mau estado e impedia quase inteiramente o transito de vehiculos.<sup>88</sup>

Neste ponto existe a contradição de punir quem não produz, sob pena até de prisão por vadiagem, mas, ao mesmo tempo, produzir e não ter estradas transitáveis para escoar a produção e obviamente, o prejuízo destes colonos era também uma punição.

Motivado pela política expansionista de Borges de Medeiros, as fontes demonstram que para Bráulio Oliveira o grande investimento foi a criação de uma colônia, hoje localizada na cidade de Santa Rosa, mas que foi o distrito *14 de Julho* até a década de 30.

Tendo em vista alliviar da pressão que se fazia sentir nos moradores da villa pelos exagerados preços dos gêneros coloniaes, sobrecarregados ainda de desproporcionados fretes, devido á distancia dos centros productores, que então eram Gruarany e Ijuhy, intentei a formação de um núcleo productor que nos emancipasse dessa dependência,

<sup>87</sup> Jornal *A Semana*, Vol 17, de 30 de outubro de 1919.

<sup>88</sup> Idem. Estrada de Guarany.

creando a Colônia Municipal, em terrenos do Estado, distante três léguas apenas da villa.<sup>89</sup>

Bráulio Oliveira fez o possível para desenvolver uma região que, mesmo distante da sede, fazia parte de sua propriedade, um total de 2.500 hectares que este tinha comprado na região onde hoje é o bairro Cruzeiro, em Santa Rosa.

Foi meu maior empenho formar o núcleo com elemento puramente nacional e me é, penoso dever confesar-vos que me illudi completamente em minhas esperanças. Das fundadoras existem apenas 25 famílias genuinamente nacionaes que perseveram; o restante cedeu seus lotes á famílias de outras colônias, estrangeira ou de origem. Como sois testemunha, a Colônia Municipal, tornou-se o celleiro da villa e caracteriza-se desde há alguns annos pela franca exportação de seus variados productos, em que se destacam o fumo em folha e a banha.<sup>90</sup>

Na verdade, a escolha pela região de Cruzeiro para se tornar o celeiro do município deveu-se à estrada de ferro que terminava nesta localidade, e que fez, essa região crescer mais rapidamente do que outros distritos do município, como é o caso de Buriti, que acabou estagnando seu crescimento. Tinha a facilidade de ser mais perto da sede, mas devido ao difícil acesso, das estradas, a preferência ficou com Cruzeiro.

## 2.1 A emergência de Bráulio Oliveira

Um dos fatores que justifica as disputas políticas no interior do PRR em Santo Ângelo, é o crescimento econômico, que necessariamente não significa qualidade em aspectos sociais para a população em geral, mas que determina as características<sup>91</sup> da atuação de Bráulio Oliveira, já que tal população ensejava um controle político importante no contexto do continuísmo do próprio Borges de Medeiros na presidência do Estado, especialmente porque agora era diferente do período imperial, quando existiam somente dois partidos – Conservador e Liberal. Os votantes deveriam estar distribuídos entre essas duas facções partidárias, que possuíam reduzido

<sup>89</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão ordinária de 18 de julho de 1916 pelo intendente Cel Bráulio Oliveira, p. 9.

<sup>90</sup> *Idem.* p. 10.

<sup>91</sup> Algumas das características do governo de Bráulio Oliveira são: estrutura coronelística, utilização da imprensa, redes de relações com elite local e estadual, falta de discernimento entre o público e o privado.

número de eleitores, pois para a época, a atividade política era limitada pela Lei Saraiva, ou seja, para o alistamento eleitoral o voto era censitário.

Bráulio Oliveira natural de Santo Ângelo, nascido no 2º Distrito – Santa Cruz, a 10 de outubro de 1862. Era filho de Joaquim Tibúrcio de Oliveira, que ao final da Guerra do Paraguai, na qual tomara parte, com o posto de tenente, decidiu estabelecer-se com a família em Posadas, na Argentina.



Figura 2 – Foto Bráulio Oliveira

Foi na vizinha república platina, em Posadas, que Bráulio Oliveira iniciou seus estudos. Na cidade ocupou seu primeiro emprego no escritório de importante casa comercial, a partir de 1878. Em 1881, já como gerente associado e agente de *vaporis* da filial da mesma casa comercial, transferiu-se para Ituzaingó. Foi só em dezembro de 1885, acometido por enfermidade, que voltou a Santo Ângelo. Apenas em 1887 recuperou-se de seus problemas de saúde tratando então de dedicar-se, novamente ao comércio. Em 1888 casou-se com Belmira Moraes, filha do capitão José Pedroso de Moraes Neto e de Maria Castilhos de Moraes.

Na opinião de Ciliane Engroff, as relações familiares de Bráulio ajudam a compreender sua trajetória:

Foi provavelmente esse casamento o fator determinante do rumo que haveria de tomar a vida de Bráulio Oliveira, levando-o a tornar-se o poderoso diretor da política republicana santoangelense durante as três primeiras décadas do século XX. Mais do que uma possível herança fundiária trazia-lhe a esposa laços de parentesco que, se naquele momento, nos últimos anos de Império aparentemente pouco representavam, muito significativos iriam tornar-se com o advento do regime republicano.<sup>92</sup>

Belmira Moraes ligava-se através de sua mãe, à família Castilhos, o que a fazia parente próxima de Júlio de Castilhos. O fato das esposas de Firmino de Paula e Bráulio Oliveira serem parentes foi, com certeza, a base da profunda amizade e irrestrita lealdade que se estabeleceu entre estes políticos republicanos. Lealdade, que após a morte de Castilhos, levou Bráulio Oliveira a se dedicar de tal forma a Firmino de Paula que não titubeou, quando da dissensão entre Firmino e Borges de Medeiros, colocar-se incondicionalmente ao lado do coronel Firmino de Paula.

Segundo Joseph Love, homens jovens e politicamente ambiciosos podiam atingir posições elevadas juntando-se tão somente a uma facção dominante e, mesmo assim, tinham de contar com protetores poderosos. A maneira mais simples de ascender, era o casamento com a filha de um chefe. Este caminho franqueava certa mobilidade social a homens de origens obscuras, contanto que tivessem o indispensável grau de ensino superior.<sup>93</sup>



Figura 3 – Família de Bráulio Oliveira

<sup>92</sup> ENGROFF, Ciliane. *O coronelismo na região missioneira*. Mimeo. DCS, Unijuí, Ijuí: 2001, p. 30.

<sup>93</sup> LOVE. Op. cit., p. 145.

Considerando que as informações sobre o envolvimento de Bráulio Oliveira com a propaganda republicana são posteriores à notícia do seu casamento, é de supor-se que ele tenha sido atraído às lidas políticas pelos seus novos parentes. A carta de 18 de junho de 1889, citada a seguir encontrada na documentação da família de Bráulio Oliveira, demonstra a participação deste no Partido Republicano e sua propaganda.

Hoje saiu daqui o meu sobrinho Francisco Annes, que veio com a família visitar-nos, e combinamos fazer uma reunião republicana no dia 14 de julho. Por esse motivo faço esta muito às pressas, prevenindo-lhe que no dia 13 esteja sem falta em Santo Ângelo, para esse fim, e que convoque a todos os nossos correligionários para se acharem presentes no dia. Será de muita conveniência que convide para essa reunião mesmo aqueles que não sendo eleitores presentemente, sejam maiores de 21 anos e reúnam as condições de serem eleitores com o alargamento do voto, etc., etc., convém muito darmos ao nosso partido uma organização mais enérgica. Portanto, envide os esforços para comparecerem todos os nossos companheiros.<sup>94</sup>

Para comprovar a fidelidade de Bráulio a Firmino de Paula, o fato que explicita isso mais especificamente é a carta de 15 de outubro de 1915, dirigida ao Gen. Salvador Pinheiro Machado, onde afirma:

Fui companheiro do Gal. Firmino nos tempos ditosos da propaganda, sempre estive ao seu lado nos amargos dias de sacrifícios em que nossas vidas perigavam pela Pátria; depois nas amenas épocas da paz fui e tenho sido seu servidor dedicado; ele sempre honrou-se e distinguiu-me com a sua confiança ilimitada, nos seus exemplos de civismo eu me eduquei e aos seus gestos e ação me identifiquei. Seria um desleal, ingrato e traidor, não acompanhando a quem tão somente devo as posições que tenho ocupado e de quem sou amigo deveras.<sup>95</sup>

Segundo Janoti a solidariedade política sedimentava-se na solidariedade familiar, o coronel preferia repartir equitativamente os cargos públicos e os votos entre candidatos pertencentes à sua parentela, pois estaria assegurando assim, a estabilidade de sua permanência na chefia política.<sup>96</sup>

O primeiro cargo público desempenhado por Bráulio Oliveira foi como delegado de polícia de Santo Ângelo em novembro de 1889. No ano seguinte assumiu a função de escriturário

<sup>94</sup> RODRIGUES, Ulysses. *Vida e obra do Coronel Bráulio Oliveira*. Santo ÂNGELO: Edição Fac-Simile, 1962, p. 12. Ulysses Rodrigues tinha relações de parentesco com Bráulio Oliveira. Talvez a isso se deva o fato de ter escrito a obra recém citada. Era advogado, genro de Bráulio e seu sucessor na política santoangelense como intendente de 1928-1932 e também dentro do PRR.

<sup>95</sup> RODRIGUES. Op. cit., p.16.

<sup>96</sup> JANOTI. Op. cit., p. 64.

da colônia Guarani, cargo do qual afastou-se em 1893, com a deflagração da Revolução Federalista. Neste mesmo ano, incorporou-se a Brigada comandada pelo então coronel Firmino de Paula, sendo-lhe dado o posto de major assistente. Assumiu o comando do 2º Corpo desta Brigada em 1894. Com o fim da Revolução retoma sua antiga função.

Em 20 de setembro de 1896 foi eleito membro do Conselho Municipal de Santo Ângelo, para o quadriênio de 1896-1900. Em 3 de outubro de 1900, Bráulio Oliveira foi eleito pela primeira vez intendente do município de Santo Ângelo.

A investidura de Bráulio nos postos mais elevados da política municipal coincidiu com a transferência e promoção política de Firmino de Paula, que foi deslocado por Júlio de Castilhos para Cruz Alta, onde iria substituir a chefia política do coronel José Gabriel, e de onde passou a dirigir a política de toda a Região Serrana. Para substituí-lo no plano municipal em Santo Ângelo, o general Firmino indicou o Coronel Bráulio Oliveira.

Inicialmente, na qualidade de representante do Gen. Firmino de Paula, que era o chefe político da Região Serrana, e depois, por designação do chefe do Partido, Bráulio Oliveira exerceu por longos anos a chefia unipessoal do Partido Republicano nesse município - Santo Ângelo - continuando como membro da Comissão Executiva, quando este organismo partidário substituiu as chefias pessoais.

Assim, Bráulio Oliveira ascendeu à condição de chefe do poder Executivo Municipal e de diretor da política republicana no município como chefe local do PRR. Com esse duplo credenciamento que irá ocupar diretamente a administração do município, em função de sucessivas reeleições durante 20 anos: 1900-1904, 1904-1908, 1908-1912, 1912-1916 e 1920-1924. Sua influência, no entanto, foi marcante mesmo nos períodos em que não ocupou o cargo de intendente.

O jornal *A Semana*, na posse do ano de 1920, seu último mandato, faz referência ao período em que Bráulio assumiu o município, destacando:

Passou depois s.s. a referir se ao estado de penúria em que recebera o município em 1900, quando pela primeira vez, fora eleito intendente, dizendo que a nossa villa era ornamentada de unhas de gato, com sua praça principal feita potreiro, sem arborisação, sem illuminação de espécie alguma; com suas ruas cobertas de guanchuma e cruzadas de valetas e com uma edificação que denunciava ao forasteiro abandono e decadência; o commercio asphyysiado, sem vias de communicação e nem siquer se cogitava de telegrapho; a nossa principal industria, a pastoril, dos 1º, 2º e 5º districtos, vivia a mingua,

tendo pela frente o eterno phantasma das enchentes a entrar-lhe o transitio, constituindo a passagem do Ijuhy o terror dos nossos tropeiros.<sup>97</sup>

Considerando-se que antes de Bráulio Oliveira o intendente era Firmino de Paula, a fonte demonstra que o trabalho do intendente anterior foi desmerecido. Mas também pode-se concluir que o município estava neste estado de ‘penúria’ pois a região de Firmino de Paula era grande para administrar, deixando ele Santo Ângelo, de lado.

Podemos citar algumas ponderações do governo de Bráulio apresentadas no Relatório ao Conselho Municipal, no ano de 1904:

Por esse balancete e pelo resumo de trabalhos realizados, em via de execução e projectados, vereis que a falta de competência já manifestada em anteriores relatórios apresentados á illustre Conselho, foi substituída por uma dedicação e lealdade que não deve desconhecer toda a pessoa que de perto tenha acompanhado a vida municipal e necessariamente feito um confronto entre a administração transacta e a actual.<sup>98</sup>

Segundo Sebastião Perez, em 1904 Firmino de Paula indicou Bráulio para ocupar uma vaga na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Aceita a indicação foi o Coronel eleito para a Legislatura (1905-1908). Ao que parece, porém, sua passagem pela Assembléia foi rápida e inexpressiva, pois não há nenhum licenciamento em seu governo, apenas alguns dias ele foi substituído pelo vice-intendente. Aparentemente sua vocação era para a política municipal.<sup>99</sup>

Terminando a sucinta exposição dos negócios confiados ao meu governo, cabe-me a grata satisfação de congratular-me comvosco, pela ordem exemplar que reina no município, donde, não obstante, o estado precário da população que vive exclusivamente da agricultura e acha-se a braços com a miséria, devido a secca, etc, etc, desmando de ordem alguma se tem notado, a propriedade continua escrupulosamente respeitada e a vida dos habitantes garantida. – E’ digno de menção igualmente a harmonia reinante entre este municipio e os limitrophes, Cruz Alta, Palmeira, Julio de Castilhos, São Luiz e Povinho, tanto na administração municipal como na Judicaria.<sup>100</sup>

<sup>97</sup> Jornal *A Semana*. Volume 62. De 25 de agosto de 1920.

<sup>98</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal dia 03 de outubro de 1904. Parte introdutória.

<sup>99</sup> PEREZ, Sebastião. *Coronéis e Colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos*. Mimeo. PUC, 1994.

<sup>100</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal do exercício de 1º de julho de 1905 a 30 de junho do fluente e apreciação do projeto de receita e despesa para o exercício de 1906 a 1907, p. 8.

Entretanto, em que pese a estabilidade política aqui evidenciada, outros fatores especialmente externos ao município, condicionaram a ocorrência de algumas rupturas na harmonia política no âmbito do PRR, refletidas também na política local de Santo Ângelo.

## 2.2 - Entraves políticos em Santo Ângelo (1916-1920)

O afastamento de Bráulio entre 1916-1920 deveu-se à oposição por ele adotada na candidatura senatorial de Hermes da Fonseca, em face da atitude de Firmino de Paula, como comprova a carta a seguir:

A lealdade manda declarar a V. Exa. que eu sentir-me-ia diminuído e desleal se votasse ou convidasse um só eleitor, quebrando assim a solidariedade que venho mantendo com o General Firmino, desde os saudosos tempos da propaganda republicana e amargos dias de sacrificio na defesa das nossas instituições.<sup>101</sup>

Ulysses Rodrigues cita em sua obra, a justificativa de Bráulio Oliveira que em solidariedade ao Gen. Firmino de Paula, e não ao partido e a Borges de Medeiros, incorrera em grave falta de disciplina partidária, pelo que, como disse ‘ficara marcado na paleta’.<sup>102</sup>

Quando foi lançada a candidatura senatorial do Marechal Hermes da Fonseca em 1915, com o apoio do PRR, Firmino de Paula que dirigia a política serrana não concordou em apoiar seu nome. Bráulio não desejou ir contra as recomendações de Firmino de Paula, a quem sempre acompanhou politicamente, ligado por estreitas relações de parentesco.

Existia um ranço da maioria das lideranças do Rio Grande do Sul com a figura de Hermes da Fonseca, pois a eleição deste para o Senado era um compromisso de Pinheiro Machado e não de todo o PRR.

Primeiro chefe político do interior a ser consultado por Borges de Medeiros quanto á indicação do marechal como candidato ao Senado, Firmino de Paula rejeitou-o com veemência. Imediatamente, manifestaram-se da mesma forma outros pró-homens do PRR: Ramiro Barcelos, João Francisco, Pedro Osório, Isidoro Neves da Fontoura, os irmãos

<sup>101</sup>Carta de Bráulio Oliveira a Borges de Medeiros. Santo Ângelo, 23 de agosto de 1915. In RODRIGUES. Op. cit..

<sup>102</sup>RODRIGUES. Op. cit., p.17.

José e Carlos Barbosa Gonçalves, além de diversos chefes locais mais ou menos expressivos, como foi o caso do Coronel Bráulio Oliveira.<sup>103</sup>

Mais do que ser contra a candidatura de Hermes da Fonseca eram esses líderes contra a atitude autoritária de Pinheiro Machado impondo seu nome. Rodrigues informa ainda que, no arquivo particular de Bráulio foi encontrado o rascunho da carta ou telegrama, escrito de seu próprio punho, na qual prestava os devidos esclarecimentos:

Dando cumprimento ao vosso pedido em telegrama de 12, cumpre-me dar-vos os seguintes esclarecimentos: autorizei ao meu secretário em meu nome responder vosso telegrama, concordando com a candidatura Hermes. Passados alguns dias, soube pelos jornais que o Gen. Firmino não votaria e nem convidaria o eleitorado por intermédio das direções políticas dos distritos, pedindo a estes que me cientificassem qual a atitude assumida pelos eleitores, obtendo a resposta de que o eleitorado solidário com a atitude pelo Gen. Firmino não concorreria às urnas.<sup>104</sup>

Num sistema coronelístico de poder, baseado na submissão e reciprocidade como era o caso, lealdade e gratidão eram virtudes básicas e indispensáveis. E Bráulio procurava mostrar-se como portador extremado de tais virtudes. É por tal razão que o Coronel Bráulio Oliveira, procura passar a imagem de um homem de bem, dedicado à comunidade, utilizando-se de sua boa imagem e seu prestígio para se manter no poder e controlando seu eleitorado.

Ocorre que simultaneamente à questão Hermes da Fonseca, aconteceriam às eleições no Estado e posteriormente as intencenciais. Quando a eleição para sucessão da Presidência do Estado começou, Borges mandou para Santo Ângelo uma comissão para ficar a frente do Partido. Com medo de revanche pensou que Bráulio utilizaria seu poder político para ir contra sua candidatura.

Não tinha, pois, o Dr. Borges confiança na disciplina partidária do Cel. Bráulio e, certamente, por esse motivo, organizou uma comissão executiva para dirigir o Partido em Santo Ângelo, da qual, entretanto, continuou ele (Bráulio) a fazer parte.<sup>105</sup>

Bráulio Oliveira tinha plena consciência de que sua sobrevivência política naquele momento dependia do respaldo que lhe dava Firmino, e este, responsável pelo cargo que ele

<sup>103</sup> PEREZ. Op. cit., p. 27.

<sup>104</sup> Carta de Bráulio Oliveira a Borges de Medeiros. Santo Ângelo, 23 de agosto de 1915. Relatório do Arquivo Histórico de Santo Ângelo. In: RODRIGUES. Op. cit., p. 14.

<sup>105</sup> RODRIGUES. Op. cit., p. 17.

ocupava. Seu lugar era ao lado do General, ainda que fora do PRR, do que permanecendo no PRR sem Firmino.

Com o afastamento de Firmino de Paula, que passa o poder para seu filho, Bráulio teria que provar para Borges de Medeiros que, embora se colocasse em posição de mero representante de Firmino de Paula em Santo Ângelo, também dispunha de prestígio perante os republicanos do município.

Tratando deste delicado momento político na trajetória de Bráulio Oliveira, Ciliane Engroff interpreta:

Ao mesmo tempo em que os chefes das facções republicanas santo-angelenses procuravam afirmar-se perante Borges de Medeiros, as notícias da luta pelo poder naquele município ultrapassavam suas fronteiras, dando conta da existência, ali, de um clima de intranqüilidade e violência. Tais notícias, cuidava Bráulio de desmenti-las ao chefe estadual do PRR, que além de negar os fatos requeridos indicava a condição de um dos seus mais ferrenhos opositores republicanos.<sup>106</sup>

O confronto decisivo não chegou a ocorrer. Ao que tudo indica, no momento em que Bráulio foi afastado do poder, quem governava interinamente era Protásio Alves. Mas precisou ser feita a intervenção de Borges de Medeiros, e para este era a forma mais confortável de contornar o problema e se impor frente ao confronto que se articulava.

A saída de Bráulio em 1916 é muito mais profunda do que divergências de opinião entre este e Borges, mas acirramentos de opiniões dentro do PRR em todo o estado, envolvendo personalidades significativas no Estado e país. Como a nível estadual se organizava uma oposição à Borges, ainda sobre a questão Hermes da Fonseca, se Bráulio fosse bem sucedido nesse enfrentamento com o Chefe, era possível instigar os ânimos e outros grupos buscarem mais poder no Estado.

Em âmbito local este acirramento se dá entre braulistas e damistas. De certa forma, é necessário que Borges tome medidas preventivas com relação ao caso de Santo Ângelo, antes que a indisciplina partidária o tire do governo do Estado. No município, Bráulio era da oposição e Damaso da situação. Dentro dessa perspectiva que os ânimos se exaltam e a dissidência do PRR, damistas, ganham mais poder, com o apoio do Presidente do Estado.

Segundo Sebastião Perez, procuravam os dissidentes estabelecer uma distinção entre Bráulio indisciplinado, pois se negara a votar em Hermes da Fonseca, e Damaso, disciplinado e

---

<sup>106</sup> ENGROFF. Op. cit., p. 38.

obediente incondicional a Borges de Medeiros. A dissidência considerava-se vitoriosa por ter retirado Bráulio Oliveira do poder. Para a Liga Pró-Damaso era só uma questão de tempo para este ser eleito intendente.<sup>107</sup>

A eleição de 1916 foi suspensa por decreto de Borges de Medeiros sob a alegação de não haver sido publicado, pela Intendência de Santo Ângelo, isto é, por Bráulio Oliveira, no prazo devido, o projeto de reforma da lei eleitoral do município, segundo a qual iria transcorrer a eleição municipal de 3 de julho de 1916.

Ocorre que, simultaneamente à eleição do novo intendente, deveria ocorrer o pleito para os novos membros do Conselho Municipal. Como a lei eleitoral municipal em vigor, não contemplava a representação da minoria, fazia-se necessário reformá-la, como já estava nos planos estadual e federal. A medida tomada por Borges de Medeiros evitou que se desse o confronto eleitoral entre Bráulio Oliveira e a dissidência local do PRR.<sup>108</sup>

Segundo Sebastião Peres, o poder não estava mais com Bráulio Oliveira, pois ele havia sido afastado da intendência e da Chefia do Partido, no entanto, o poder não estava ainda com Damaso de Castro, estava nas mãos de um representante de Borges de Medeiros que devia utilizá-lo com todo cuidado.<sup>109</sup>

Esta foi uma tentativa de reduzir o poder de Bráulio Oliveira, retirando-o, com bases sólidas do poder do município. Não demorou muito para isto ter se convertido em erro, conforme os enfrentamentos dentro do partido e pela tomada do poder e preferência de Borges de Medeiros. Mas numa jogada inteligente, Bráulio contorna a situação dizendo que já tinha decidido se afastar do poder, e na qualidade de presidente do PRR, indica outro candidato.

É provável que Borges tenha temido uma oposição, pois ainda pairava o ranço da situação causada pelo não apoio ao Marechal Hermes da Fonseca. Talvez seja esse o motivo pelo qual Borges nunca ameaçou Bráulio, nem Firmino, da destituição de seus cargos, pelo contrário ao que parece, eles é que o ameaçavam com a possibilidade de afastarem-no da chefia política no estado.

Para demonstrar que desejava se redimir e para mostrar que ainda detinha o poder político em Santo Ângelo, Bráulio envia telegrama a Borges em 10 de dezembro de 1916:

---

<sup>107</sup> PERES. Op. cit. 76

<sup>108</sup> Idem, p.39.

<sup>109</sup> PERES. Op. cit. 77

De acordo amigos obedientes minha direção política, a fim de harmonizar interesses partido este Município, resolvi declinar honrosa investidura chefe maioria pessoal vosso Delegado Álvaro Silveira que assim agirá plena liberdade. Espero minha desprendida resolução mereça vosso acolhimento. Saudações cordiais.<sup>110</sup>

Ao que Borges responde em 14 de dezembro:

Reorganizando direção política de acordo situação local, não me era lícito fazer sem estrita observância proporcional, conforme novo regime eleitoral dominante todo Estado. Nessa conformidade vos competia representar maioria republicana ficando minoria representada Damaso Castro, que apenas terá direito indicar poucos candidatos para vagas se abrirem, atendendo, porém ao que expuseste em carta e telegrama, aceito alvitro ficar intendente Álvaro Silveira investido direção maioria, visto declinardes desse cargo. Renovo segurança apreço pessoal, reconhecimento cívico, longos serviços haveis prestado Município, Partido. Saudações.<sup>111</sup>

Borges de Medeiros sondava ânimos para ver se realmente o melhor candidato no município era mesmo Damaso de Castro. A grande pressão de Bráulio para que fosse outro nome, menos o do Capitão Damaso era porque essa oposição tentava diminuí-lo, nas não conseguiria derrotá-lo. Existia, nessa época, uma disputa entre Bráulio e Damaso cada qual oferecendo-se como o melhor candidato para Santo Ângelo.

Bráulio viu-se encurralado, e entendia que o chefe estadual agia cuidadosamente no sentido de promover seu desprestigiamento frente ao eleitorado, o que só poderia acontecer paulatinamente. Bráulio percebeu que Borges de Medeiros utilizava-se de Damaso para enfraquecê-lo, mas não pretendia, de fato, torná-lo chefe político local.<sup>112</sup>

Ao que tudo indica, as pretensões de Damaso em assumir a direção política santoangelense sufragaram pela forma afoita como este buscava o poder. Na verdade, Damaso tinha um mentor que redigia sua correspondência e tinha uma expressão social melhor sucedida que Damaso, que somente era líder da minoria no PRR local.

Um dos principais mentores intelectuais da Liga e do próprio capitão Damaso era justamente Clínio Mayrinck Monteiro de Andrade, o juiz distrital, sendo dele, seguramente, muitos dos conceitos e opiniões assumidos pelo chefe da dissidência. Bráulio Oliveira tinha contra si, então, não um chefe menor do PRR local, mas um

---

<sup>110</sup> RODRIGUES. Op. cit., p.20.

<sup>111</sup> Idem. p.21.

<sup>112</sup> ENGROFF. Op. cit., p.45.

grupo relativamente articulado que aproveitava-se da política de fomento de dissidências de Borges de Medeiros.<sup>113</sup>

Depois de uma prévia das eleições e da justificativa de Damaso que não podia ‘montar a cavalo’, ficou provado que este não tinha conseguido colher votos suficientes. Talvez o erro mais grave de Damaso foi ter escrito carta tentando demonstrar sua capacidade de arregimentação de votos inclusive do Partido Federalista.

Assim é que diante dessa e outras circunstâncias, eu ante via que deixaria de concorrer às urnas, de 800 a 1000 Federalistas que estavam de acordo com o meu nome. Infelizmente, verifiquei que deixaram de ir às urnas não 1000, porém acima de 1900, fora uns 150 a 200 que em 3 seções votaram sem estarem presentes.<sup>114</sup>

Por ingenuidade política, o erro fatal foi ter admitido que o seu eleitorado pouco numeroso era basicamente de Federalistas. Damaso de Castro abria precedente justamente para o grupo oposicionista no estado o qual Borges tentava excluir.

No relatório anual apresentado ao Conselho Municipal de Santo Ângelo em 18 de julho de 1916, Bráulio Oliveira anunciava aos conselheiros “pela 16ª e última vez venho apresentar-vos sucinta exposição dos negócios do Município, confiados à minha direção”.<sup>115</sup>

E segue expondo sua opinião sobre o processo de cisão política no município,

Vós, meus companheiros sempre leais, sabeis que jamais emprestei meu nome, que zelei sempre honrado, para acobertar desmandos de quem quer que fosse, fui tolerante forçado pelas circunstâncias, mas nunca desci a baixeza. Não evitei a cisão, desliguei-me do compromisso, hipotecando, porém, a meus amigos o prestígio a que me dão direito 30 anos de contínuos serviços à causa republicana. Lamento sincera e profundamente que essa cisão não se pudesse evitar e que um republicano convicto e de bons serviços ao Partido, como o capitão Damaso de Castro, se deixasse levar pela exploração de adversários, de adventícios aventureiros sem o menor título que os recomende sequer à consideração dos seus comunicipes, e de alguns companheiros transviados e emprestasse seu nome para divergência no seio do nosso Partido.<sup>116</sup>

Bráulio tentava demonstrar reciprocidade com o chefe do estado, mas lavava as mãos quanto à cisão, que ao que parece ele, como chefe unipessoal do PRR e intendente, teria evitado.

<sup>113</sup> PERES. Op. Cit. ,p 79

<sup>114</sup> Carta de Damaso de Castro a Francisco Rolim de Moura Sobrinho. Santo Ângelo, 22 de março de 1917. apud PERES, p. 83-84.

<sup>115</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Bráulio Oliveira. Santo Ângelo, 18 de julho de 1916, p. 3.

<sup>116</sup> Idem. p. 5.

Segundo Julliard, num país democrático, a arte de governar pode ser sintetizada como uma arbitragem permanente entre o desejo de tomar a melhor – que não é sempre a mais popular – decisão em termos dos interesses do país e a tentação de tomar a decisão que favorecerá mais a reeleição dos líderes.<sup>117</sup>

Pode-se observar que o Partido Republicano Rio-Grandense, não é um partido monolítico e sim, cheio de dissidências e desacordos que só terminam com a separação de alguns grupos com idéias divergentes das de Júlio de Castilhos, como é o caso de Assis Brasil no estado e Damaso de Castro no Município.

No dia 15 de dezembro de 1916 Bráulio dirigiu manifesto ao Partido Republicano o qual, pela relevância, citamos por completo:

Ao Partido Republicano de Santo Ângelo

Aos meus amigos

A aurora de um novo dia se desenha no horizonte político de nosso caro Santo Ângelo, atirando de vez as agitações anarquizadoras de uma política sem ideal, para ceder a uma paz fecunda de prosperidades que nos encaminhe ao progresso a que tem direito uma população progressista, laboriosa e pacífica por índole, como a nossa.

Indivíduos alheios ao nosso convívio, que nunca tiveram noção do que fosse desprendimento, encontrando fraqueza da minha parte onde só poderiam ter divisado patriotismo, arremeteram, fascinados pela sede do mando, contra o Baluarte Republicano da Região Serrana; por inesperado, o golpe aturdiu meia dúzia de companheiros menos disciplinados, abrindo uma insignificante dissidência, a ela se aliaram adversários pouco escrupulosos e a agitação foi tomando vulto, alimentada principalmente por minha tolerância que lhes nutria as absurdas pretensões.

Diminutos no número e na força só lhes restava o recurso de espediente menos honestos e a eles se aferraram, porque qualquer galho serve a qual a torrente arrasta. A agitação penetrou os umbrais sagrados da justiça e passamos pelo dissabor de ver nossos fieis companheiros de administração vilmente perseguidos e processados, repercutindo tão lamentáveis desvios no ânimo do nosso povo e quase levando o desânimo no seio do partido. As mentiras mais crassas foram impressas em boletins subversivos da ordem, inculcando a dúvida no eleitorado, jogando, sem o menor escrúpulo, com o nome honrado do Excelentíssimo Dr. Borges de Medeiros.

Me impulsionasse petulância ou vaidade e a agitação teria sido abafada no nascedouro. Convicto porém da nobresa do meu procedimento, não só pensei a maldade do despeito de nossos desleais adversários que encontrou na simplicidade e boa fé dos nossos bons comunicípes campo vasto para infiltração do veneno subtil da hipocrisia mais refinada.

Meus amigos, pela terceira vez o bem-estar, a paz, a prosperidade do nosso município me batem à porta apelando para meu despreendimento; não serei como nunca fui surdo aos apelos do ideal sagrado de uma república grande até na abnegação de seus filhos.

Meu exemplo vos sirva de Norte; minha retirada da chefia é reclamada por circunstâncias criadas pelo desvio de alguns companheiros de jornada e, apesar do pomposo e tão cobiçado título de chefe, a vaidade, meus amigos, nunca abafará em mim os impulsos de um coração afoito a sentimentos delicados.

Foram estas as considerações, tendentes a aportar cada vez mais e mais os laços no nosso glorioso partido que me levaram à resolução de acordo com meus caros

<sup>117</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 263-284.

correligionários e amigos, de propor ao nosso acatado chefe Dr. Borges de Medeiros que a direção política do Município ficasse afeta ao distinto cidadão Álvaro Silveira, espírito esclarecido e reto a quem o egrégio chefe do partido confiou provisoriamente a direção administrativa e policial do nosso Município.

Partido disciplinado, o de Santo Ângelo, parte integrante de um Município progressista e ordeiro, não desmentirá jamais a honrosa tradição que o cognominou em dias bem difíceis para o nosso Estado, de Baluarte do partido Republicano na Região Serrana.

Cerrai fileiras, em torno ao nome do Sr. Álvaro Silveira, delegado pelo caro chefe Dr. Borges de Medeiros para trazer a paz na família republicana de Santo Ângelo e tereis contribuído cada um com sua quota para a felicidade de um dos mais belos torrões do nosso amado Rio Grande.

Santo Ângelo, 15 de dezembro de 1916.

Vosso correligionário o Amigo

Bráulio Oliveira<sup>118</sup>

Demonstra que a agitação no seio do Partido aconteceu com a infiltração de idéias hipócritas que dispersaram os republicanos. Para que se avalie da sua inabalável convicção política, basta lembrar uma divergência que tivera com o Dr. Borges de Medeiros, a qual não o afastou das fileiras do partido, pois nessa ocasião afirmava o Cel. Bráulio: “estou dentro do Partido, que não é propriedade de ninguém. E assim permaneceu recebendo, mais tarde aplausos do Dr. Borges, que o recomendou aos sufrágios para a eleição intencional de 1920”.<sup>119</sup>

Nessa ocasião, Bráulio demonstra que os votos que arregimentava nas eleições eram para si e não para o partido, demonstrando assim sua influência no município. Ao que Borges recomendava que Bráulio era representante da maioria do PRR santo-angelense e não chefe do partido.

Borges de Medeiros, sempre agiu com cautela com relação à política em Santo Ângelo, tomava suas decisões, mas não desautorizava por completo Bráulio Oliveira. O exemplo disso é ter nomeado como interventor no município Álvaro Silveira, uma figura, até então apagada dentro do PRR e da política local, em contraposição ao nome que mais despontava que era de Damaso de Castro. Não era o candidato de Bráulio, mas também não era o de Damaso.

Concluído em 3 de outubro de 1916 o mandato de Bráulio Oliveira, assumiu a intendência o sub-intendente do 1º Distrito o major Frederico Beck. Em 22 de novembro, porém, Borges de Medeiros nomeou Álvaro Silveira intendente provisório de Santo Ângelo, cargo em que o mesmo foi empossado a 4 de dezembro.

Com a indicação de Álvaro Silveira, Bráulio fez o possível para se aliar ao novo intendente, ao que este havia frustrado, pois tentava se manter longe das disputas entre as duas

<sup>118</sup> Manifesto ao Partido Republicano. In: RODRIGUES. Op. cit., p. 21-22.

<sup>119</sup> RODRIGUES. Op. cit., p. 13-14.

facções do PRR local, braulistas e damistas. Se Bráulio não tinha conseguido chamar a atenção de Álvaro, muito menos Damaso que por nomeação de Borges de Medeiros conseguiu o cargo de Delegado de Polícia, exercido até 1922 quando se aliou com Assis Brasil.

Em sua despedida, citada acima, Bráulio Oliveira afirma que não eram as absurdas pretensões dos adversários, mas o bem-estar, a prosperidade do município que o levavam a abdicar do poder em nome de Álvaro Silveira, e reconhecer o interventor nomeado por Borges como agente capaz de garantir o progresso desejado para Santo Ângelo que era, justamente, o ponto central da estratégia de Bráulio Oliveira. O coronel procurava evitar, claramente entrar em confronto com o intendente provisório.

O grande inimigo de Bráulio foi, na verdade, Damaso Gomes de Castro e não Álvaro Silveira. Damaso comandava a Liga Pró-Damaso dentro do PRR, que considerava uma vitória o afastamento de Bráulio do poder local. Num manifesto assim afirmavam:

Está decididamente fora do prumo mental, está sofrendo de terrível obnulação intelectual denunciando-se por ofuscamento da consciência e perturbações de orientação, isso talvez motivado pela piramidal repulsa que o povo lhe fez ver, pegando-o pela gorja e atirando-o de cabeça para baixo, do alto da direção política e administrativa deste esgotado município, recentemente terreno explorado pela sua ambição anti-republicana, pela sua vaidade indisciplinada e pelo desleixo a que deixou entregues os mais vitais interesses da população.<sup>120</sup>

Segundo a Liga Pró-Damaso, toda a população quisera a queda de Bráulio o que não condiz com as fontes. A prova maior disso é sua nova eleição, agora maciça para o mandato de 1920-1924. O poder do Coronel Bráulio no interior do partido e entre a elite municipal sempre foi majoritário, mas nunca foi unânime, no entanto, os setores minoritários da elite do PRR ficavam abafados pela maioria que apoiava Bráulio Oliveira.

### 2.3 – O governo de Álvaro Silveira

Álvaro Silveira, embora eleito com votos do PRR de Santo Ângelo continuava a agir - como interventor - como representante de Borges de Medeiros. Não utilizava o poder a ele

<sup>120</sup> Liga Pró-Damaso. Santo Ângelo, janeiro de 1917. Apud ENGROFF. Op. cit., p. 48.

conferido como intendente, aumentando significativamente a crise no município. Por suas ações sem precisão seria tirado do poder, mesmo se não tivesse pedido afastamento por tempo indeterminado. Em contrapartida, Damaso incorporava mais poder do que tinha, demonstrando em muitas de suas ações como Delegado o abuso de poder.

Na documentação histórica de Santo Ângelo, no que se refere a Álvaro Silveira, excluindo o Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917, onde demonstra suas ações enquanto intendente, não existe nenhum documento que figure o seu nome, constam apenas referências superficiais de sua administração. Há de se acrescentar ainda, que Álvaro Silveira não consta sequer no Álbum Ilustrado do Partido Republicano. É como se não tivesse existido.

Quanto a seu governo que fora breve, depois de eleito permaneceu somente 5 meses no poder, muito do que fez foi tentar desmascarar o poder de Bráulio que por 16 anos teve poder incontestável. Os documentos a seguir dão uma breve imagem da estatura política de Álvaro Silveira, além de permitirem a contraposição com o governo de Bráulio.

Jamais cogitei, e muito menos, me inculquei candidato ao elevado cargo em que me encontraes. Outro intuito não me anima além do desejo de corresponder a confiança que em mim depositou o egrégio chefe exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros e della me tornar digno. Distinguido por s. excia. Com a nomeação de intendente provisório ex-vi do decreto n. 2.221, de 22 de nov. de 1916, assumi, em 2 de dezembro as funções desse cargo que exerci até 24 de outubro vigente. Proclamado eleito pela respectiva junta apuradora em sessão de 15 de outubro, perante vós prestei o compromisso solemne exigido pela lei.<sup>121</sup>

Além de colocar que não queria a função a ele outorgada, no mesmo Relatório, procura esclarecer fatos que ocorriam no governo de Bráulio e que não eram fiscalizados, ou pelo menos deixa claro sua austeridade administrativa.

Como o laureado Julio de Castilhos repito: Não cortejo a vã popularidade, não dou abrigo aos artificios usuas dos que illudem ou disvirtuam o publico sob as apparencias de um devotamento fallacioso; não sou aspirante a qualquer função que possa estimular a cúbica dos ambiciosos e atrahir a disputa effervescente. Conquistar o poder, apossar-se delle, perdel-o e retomal-o – eis no que consiste o áureo e eterno sonho de muitos. O seu ideal é a ambição desmedida e cega. Para alcançal-o tudo fazem. O anno financeiro municipal, pela organização anterior, começava em julho e findava em junho do anno seguinte. Destarte não coincidia com o anno civil. Tendo em vista o systema do direito administrativo brasileiro proroguei até 31 de dezembro a lei orçamentária do exercício anterior, por acto de 30 de junho, no qual ficou prefixado o período deste município – (1 de janeiro a 31 de dezembro). No período decorrido de julho a setembro – 1º semestre da administração do meu antecessor, a receita foi de 11:410\$080 e a

---

<sup>121</sup> Relatório de Álvaro Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 28 de dezembro de 1917, p.3.

despesa de 16:156\$600; de outubro a novembro em que esteve em exercicio o sub-intendente a receita realizada foi de 5:641\$600 e a despesa de 8:659\$218; e de dezembro a junho sob minha direcção a receita foi de 51:086\$780 e a despesa 41:221\$300, attingindo a 82:319\$946 o total da receita e a 66:026\$990 o da despesa, verificando-se assim um saldo de 16:292\$956.<sup>122</sup>

Tenta demonstrar neste Relatório que o caixa do município, na gestão anterior não fechava com balanço positivo, diferente do seu que tinha deixado bom resultado financeiro. Quanto à distribuição e venda das colônias, bem como arrecadação de seus valores, os documentos sugerem que existiram fraudes no governo de Bráulio. Ressalta-se que pelas fontes serem oficiais, deve-se colocar em dúvida as arrecadações do governo e Bráulio, pois é a única denúncia de má administração de recursos financeiros que encontramos.

Segundo esse relatório foram vendidos e cedidos gratuitamente 157 lotes colonias. Havendo 20 devolutos, os quaes sommados áquelles perfazem o total de 177 lotes. No quadro demonstrativo da venda dessas terras, figuram 150,5 lotes de 25 hectares vendidos e  $\frac{3}{4}$  de lote cedidos a sociedades: para 157 cedidos e vendidos faltam 5 lotes e  $\frac{1}{4}$ . O município quando adquire por compra fica sujeito as regras de direito commum. No caso, vae adquirir por titulo oneroso bens do domínio privado do Estado. Não pertencem ao município essas terras e, menos, aos pobres colonos, que já fizeram entradas de varias quantias em dinheiro ao ex-intendente mediante recibos provisórios. O ex-intendente nenhuma informação prestou sobre o destino que deu as importâncias recebidas anticipadamente dos colonos, cuja situação é, quiçá, desfavorável diante da incertesa de rehaverm o dinheiro empregado ou as terras. E certo que de 1914, em diante, parte da renda das terras foi lançada em livros da thesouraria, mas outra parte, não.<sup>123</sup>

A denúncia feita por Álvaro Silveira não pode ser provada, pois nos relatórios anteriores a este e posteriores a ele não figuram informações de pertinência sobre o fato. Talvez Bráulio não tenha feito as devidas anotações sobre a venda de terras a colonos. Mas quando assume de 1920 a 1924 novamente a intendência cuida para que sejam feitas as devidas anotações sobre despesas e receitas. Conforme livro de impostos da época, existem anotações por distrito dizendo da arrecadação de impostos, não se pode concluir que todas as atividades comerciais contribuísem com a intendência pagando impostos, mas os registros de muitas transações estão arquivados.

Quanto ao trabalho de organização administrativa, protocolo e secretaria:

Os livros da repartição todos gratuitos, sem valor algum, foram por mim abertos e rubricados por ocasião de assumir o cargo de intendente provisório. Aos poucos e de accordo com as necessidades praticas vão sendo corrigidos os defeitos encontrados.

<sup>122</sup> Relatório de Álvaro Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 28 de dezembro de 1917, p. 4.

<sup>123</sup> Idem. p. 5-6.

Falta o livro ‘caixa’ que não era adoptado pela administração anterior. Estabeleci a folha de pagamento dos funcionarios, a publicação dos balancetes mensaes desta repartição. Nesse se póde estudar múltiplas questões, deliberar, e executar no lapso de um anno incompleto de luta e responsabilidades, que o diga quem administrou durante decennios de inalterável paz. É deveras cômico o ver-se indivíduos quase analphabetos, que desconhecem o papel que occupam na sociedade, se julgarem aptos para apreciarem questões que escapam á sua intelligencia e médiocre preparo, e, revestidos de grotesca e emphatica “pose”, exclamarem nos logares onde se exhibem: “a administração do município vae retrogradando”. Deixemol-os entregues aos labores da indigesta critica.<sup>124</sup>

No dia 16 de março de 1918, cerca de cinco meses após ser empossado como intendente eleito de Santo Ângelo, Álvaro Silveira licenciou-se do cargo por tempo indeterminado, desaparecendo completa e definitivamente do cenário. Assumiu o cargo de intendente o major Joaquim Rolim de Moura, conhecido como major Quinzote, que havia sido nomeado vice-intendente.

Segundo Wilmar Campos Bindé, depois da leitura do relatório intendencial, na reunião do conselho, em 1917, Álvaro Silveira pediu licença do cargo de intendente, a fim de atender ao convite que recebera de Borges de Medeiros, para exercer uma ‘comissão reservada’ no governo estadual, ou seja, um cargo de confiança.<sup>125</sup>

Na verdade, a questão da saída de Álvaro Silveira ainda permanece um mistério. Para comprovar o seu desaparecimento da vida política em Santo Ângelo, temos a seguir a imagem da galeria dos prefeitos de Santo Ângelo, onde não existe nem sequer a foto deste intendente.

## 2. - Galeria de Prefeitos



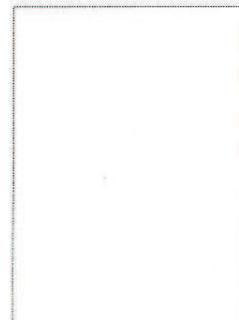
Paulo de Paula e Silva  
1892-1896



Vidal Rolim de Moura  
1896-1900



Bráulio Oliveira  
1900-1916 e 1920-1924



Álvaro Alves da Silveira  
1916-1918

<sup>124</sup> Relatório de Álvaro Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 28 de dezembro de 1917, p. 11.

<sup>125</sup> BINDÉ, op. cit. 231.

Figura 4- - Galeria de prefeitos de Santo Ângelo sem a foto de Álvaro Silveira<sup>126</sup>

Ao que tudo indica, os planos de Joaquim Rolim de Moura, Major Quinzote, eram os mesmos de Álvaro Silveira. Queria suplantar as disputas entre Bráulio e Damaso e afirmar-se como terceiro nome possível para a política santoangelense. Como a maioria dos intendentes deste município, ele também não tinha a pretensão de governar o município, mas lhe coube essa árdua tarefa.

Quando o intendente municipal Álvaro Silveira houve por bem lembrar-se de meu obscuro nome para seu substituto legal, aceitei, com desvanecimento, essa nomeação, como quem aceita um cargo honorífico, nunca supondo que, algum dia, viesse recair sobre mim, o peso da responsabilidade do governo municipal.<sup>127</sup>

Segue alguns feitos de Joaquim Rolim de Moura segundo o Jornal *A Semana*:

#### Estradas e pontes

Um município que não for cortado de estradas, em boas condições de trânsito e que não tiver pontes nos lugares preciosos e convenientes, pode dizer-se um município morto para o comércio, para as indústrias e para o trabalho produtivo. O nosso município, felizmente, graças ao zelo que tem havido por parte dos seus administradores, é talvez um do Estado que tem maior número de estradas e pontes em regulares condições de trânsito, sobretudo se atendermos a sua extensão territorial e ao grande número de núcleos coloniais n'ele existentes, razão porque o vemos enfileirar-se ao lado d'aqueles que formam a guarda avançada do progresso.<sup>128</sup>

Quanto ao colégio e a luz que ainda eram muito precários em Santo Ângelo:

#### Luz e Collegio

Vamos ter luz e iremos ter Collegio, o que equivale a dizer que Santo Ângelo sacudido pelas fustigadas do progresso, desperta finalmente do pesadelo de tantos annos e se agita, pelo esforço conjugado de seu povo, para sahir das trevas que lhe vedavam os esplendores da luz com todo o seu brilho. Se queremos avançar e progredir, a par d'aqueles povos que se emanciparam da tutela de uma politicagem bastarda e seguem triumphantes para as conquistas da civilização e de raios vivos se espalhe por toda a parte, nas ruas e nas praças, para mostrar áquelles que nos visitam, que a nossa villa, mesmo de noite, conserva toda a belleza dos seus encantos, que já lhe veem apregoando o título de formosa princesa da serra. Se queremos ainda dissipar as trevas que são o manto do crime, precisamos também de luz. O Sr. Major Joaquim Rolim de Moura,

<sup>126</sup> BINDE. Anexos.

<sup>127</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo vice-intendente Joaquim Rolim de Moura. Santo Ângelo, 1 de novembro de 1918. p. 3 apud PERES p. 102.

<sup>128</sup> Reportagem Jornal *A Semana* de 24 de julho de 1919. n° 3 Ano 1

vice-intendente, em exercício, adquiriu já, por conta do município, todo o material necessário. Dentro de poucas semanas a instalação de luz eléctrica n'esta villa será um facto. Para isso seja-nos licito citar o nome do Coronel Bráulio Oliveira, que gratuitamente cedeu à administração municipal a sua cascata, sita nos arredores d'estas villa, para ser aproveitada a sua força hydraulica no accionamento do dynamo gerador, concorrendo assim, como incançável propugnador pelos interesses municipaes, para este importante melhoramento.<sup>129</sup>

A reportagem dá ênfase ao auxílio dado por Bráulio Oliveira, tão bondosamente para o município de Santo Ângelo. Segundo o Otacílio Timm quando se refere ao período em que Bráulio se retirou da Intendência, assim argumenta.

O Sr. Joaquim Rolim de Moura, tendo sido eleito vice-intendente do município, exerceu as funções de intendente, a contento geral, pelo espaço de três annos, e mezes, em virtude de ter o intendente eleito, Álvaro Silveira, se licenciado por tempo indeterminado. O tenente-coronel Rolim de Moura dedica-se á industria agrícola e pastoril e ao beneficiamento de madeiras, possuindo, no 2º Districto, um bem montado engenho. Actualmente é elle proprietário da empreza de Força e Luz da villa uma das obras mais importantes do Município.<sup>130</sup>

Por mais que as reportagens do jornal *A Semana* tragam informações consistentes sobre Major Quinzote, este foi visto por Bráulio, quando da passagem do governo em 1920, como um 'homem simples e bem intencionado'<sup>131</sup>, sem experiência política. Para Damaso este se transformou num traidor pois procurava manter a política da boa vizinhança, assim como se aproximar do grupo majoritário do PRR santo-angelense, os braulistas.

## 2.4 - Eleições em 1920

Como se aproximava o dia das novas eleições, vem até Santo Ângelo Euribiades Dutra Vila, credenciado por Borges de Medeiros para ouvir dos republicanos, os nomes para sucessão do Intendente. Borges tem muita cautela para escolher o novo candidato em 1920, tendo em vista as acirradas posições entre membros do PRR e o pouco número de votantes recrutados por Álvaro Silveira.

<sup>129</sup> Jornal *A Semana*. Vol 43. 20 de maio de 1920.

<sup>130</sup> TIMM, op. cit, p. 598.

<sup>131</sup> PERES. Op. cit.,124.

Major Quinzote e Damaso Gomes de Castro indicam Alexandre Martins da Rosa. O representante de Borges tinha como referência ouvir antes de qualquer decisão, o próprio Bráulio e seus partidários. Mas estando Bráulio em viagem, e tendo ouvido a maioria dos representantes do PRR, entre eles seu sucessor político Ulysses Rodrigues, Bráulio é proclamado candidato à Intendência para quadriênio de 1920-1924. Os registros demonstram que ele é surpreendido por tal decisão, mas as fontes demonstram que este não era homem de ser pego de surpresa.

Conforme jornal *A Semana*, sobre a sucessão intencional:

Como sabem os eleitores, aproximando-se o dia da eleição para intendente municipal no quadriênio 1920-1924, o exmo Dr. Borges de Medeiros, acaba de enviar a esta localidade emissário. Sendo ouvido, a respeito, o exmo Dr. Borges de Medeiros, este optou, ao que nos consta, pela candidatura do Cel. Bráulio Oliveira.<sup>132</sup>

Devemos, contudo, olhar criticamente as reportagens do Jornal *A Semana*, pois este era órgão oficial do Partido Republicano em Santo Ângelo. No exemplar de 22 de julho de 1920 existe uma grande aceitação do nome de Bráulio para a continuidade do poder santoangelense:

A questão política municipal, que há quatro longos annos sofreu os embates de uma agitação tremenda e que agora se achava entregue à mais somnolenta das incertezas, teve a solução que naturalmente estava indicada e a que mais convinha aos interesses collectivos. A candidatura do Cel Bráulio Oliveira, velho soldado do partido republicano que mercedamente gosa de real prestigio no nosso meio político, apresentada por um grupo de partidários seus, verdadeiros representantes da vontade popular nos diversos districtos, impunha se de facto, no actual momento, porque ella representa a vontade soberana do povo harmonisa perfeitamente os interesses do partido com os interesses do município. A unificação do partido era, portanto, uma medida de character geral que necessariamente se impunha e que será o primeiro passo para a solução dos vários problemas económicos que directamente nos interessam. Assim o entendeu o Benemérito Chefe do Partido, Dr. Borges de Medeiros, e assim o entenderam também os dirigentes da política local, que uma vez manifestada a vontade do chefe, quanto aos motivos que prevaleciam a favor da candidatura do Cel. Bráulio Oliveira, n'um gesto todo digno de louvor, lhe hypothecaram o seu incondicional apoio, não obstante os leves commentarios que se fizeram a respeito. Dessa forma a candidatura do Cel. Bráulio Oliveira ao cargo de intendente d'este município, no quadriennio 1920-1924, satisfazia plenamente a expectativa geral, porque nelle se cumpria aquele duplo objectivo que era, affectivamente, a base para qualquer preferênciã, n'uma collisãõ de interesses. Um homem progressista e trabalhador, como é o Cel. Bráulio Oliveira, merece absolutamente toda a confiança do povo, porque elle fará abrir para Santo Ângelo os horisontes de uma nova era.<sup>133</sup>

<sup>132</sup> Jornal *A Semana*. Vol. 50. 15 de julho de 1920.

<sup>133</sup> Jornal *A Semana*. Vol. 51. 22 de julho de 1920.

É tão importante essa retomada de Bráulio que na edição nº 52 de 29 de julho de 1920, o Jornal *A Semana* publica todos os telegramas que Bráulio recebeu com congratulações pelo resultado da eleição intencional.

Segundo Jornal *A Rua* assim figurou na capital a indicação de Bráulio:

Se é verdade que as intrigalhas políticas conseguiram, por instantes, demover a autoridade política de Bráulio Oliveira, não menos é, que S.S., que sempre assentou o edifício de sua personalidade política e social, sobre bases de alvenaria, sólidas e boas, nunca poderia ruir.<sup>134</sup>

Os anos de intervenção haviam demonstrado a importância do coronel Bráulio como catalisador dos votos dos “coronéis distritais”, a dissidência havia enfraquecido o PRR local, e o número de alistamento de eleitores havia baixado sensivelmente durante os anos de 1916-1920.

No ano de 1917, quando Álvaro Silveira era interventor, o número de eleitores inscritos para as eleições federais era de 77, no ano de 1920, ano do retorno do Coronel Bráulio Oliveira, e aparente reunificação do partido, o número de inscritos sobe para 1455<sup>135</sup> já em 1921 o número cai para 1218, mas nem podem ser comparados aos inexpressivos 77 eleitores de 1917. Deve-se ressaltar que essa questão não é vista com profundidade, podendo os braulistas terem coagido os eleitores a não votarem, enfraquecendo o governo de Álvaro Silveira, para engrandecer Bráulio Oliveira.

Os dados retirados do Jornal *A Semana*, falam sobre a “Sucessão Intencional” demonstrando os resultados por distritos:

Resultado da eleição (1920)

1ª districto -----	449 votos
2ª districto -----	108 votos
3ª districto -----	152 votos
4ª districto -----	101 votos
5ª districto -----	385 votos
6ª districto -----	236 votos
7ª districto -----	177 votos
8ª districto -----	58 votos
9ª districto -----	320 votos
	Total 1986 votos

<sup>134</sup> Jornal *A Rua*, 24 de julho de 1920. In: RODRIGUES. Op. cit., p. 25.

<sup>135</sup> FERREIRA, Dias S. *Estudos de Estatísticas*. Intendência Municipal de Santo Ângelo, 1930.

Dentre os velhos republicanos que compunham a velha guarda dos pioneiros da República no Rio Grande do Sul, destacava-se, no rico município de Santo Ângelo, a figura distinta do Cel. Bráulio Oliveira, uma das mais fortes afirmações da grandeza do velho e valoroso Partido Republicano do Estado.<sup>136</sup>

Logo após a eleição, Bráulio segue para Porto Alegre a fim de conversar com Borges de Medeiros, no seu retorno convoca os eleitores a se alistarem para o pleito nacional, a fim de votarem no candidato do governo.<sup>137</sup>

A figura de Bráulio Oliveira era tão expressiva na sociedade santoangelense que todos agora queriam estar ao seu lado, principalmente depois da eleição. Alguns dissidentes foram indicados e perseguidos, pois teriam sido contra sua candidatura e o restante o apoiou. O *Jornal A Semana* dedica um volume inteiro em homenagem a esta figura tão contraditória e sua posse:

#### Homenagem

O nosso homenageado que há vinte annos deu começo á espinhosa empresa de trabalhar incessantemente pelo progresso d'este município, ao assumir de novo as rédeas do governo, terá occasião de continuar a sua grande obra que foi e será, aos olhos do povo, o seu maior e mais dignificante titulo de nobresa. Trabalhar para a felicidade do povo, proporcionando-lhe os melhores meios de desenvolver a sua actividade e augmentar a sua riqueza, foi o ideal que sempre presidiu aos seus actos e pelo qual luctou como um gigante, conservando-o sobranceiro aos interesses particularíssimos dos ambiciosos que nada valem e nada representam. Desenvolver e augmentar a riqueza pelo progresso é preparar a felicidade pelo trabalho. As nuvens de despeito e ambição que se ergueram nos horisontes da sua vida política, para empanar-lhe o brilho do seu prestigio, foram sacudidas para longe sem deixarem, sequer, um leve signal da sua passagem desastrada e infeliz. O povo, sim; esse teve de supportar-lhe o peso das conseqüências, enquanto não lhe foi permittido manifestar a sua vontade soberana pela voz altisonante das urnas. N'um movimento de reconhecida gratidão e n'um transporte de verdadeiro enthusiasmo duas mil boccas entoaram o hynno do triumpho que foi a affirmação mais eloqüente da sua incontestável autoridade como chefe que sabe impor-se á estima dos seus concidadãos. O Coronel Bráulio Oliveira que traz ligadas ao seu nome tradições nobilitantes e que sempre fez pautas os seus actos pelas normas do dever e da honra, foi novamente collocado, á testa da administração d'este município, porque no decorrer de um quatriennio, durante o qual esteve affastado dos negócios administrativos, todo o município sentiu a falta da sua acção enérgica e do seu braço forte para movimentar a gigantesca machina do progresso que elle próprio havia construído.<sup>138</sup>

O jornal, efetivamente um instrumento do PRR local abre espaço para que ele exponha sua opinião e seus feitos em Santo Ângelo, literalmente:

Amparado, então pelo nobre e dedicado amigo general Firmino e auxiliado pelo esforço desinteressado do grande amigo desta terra Dr. Pestana, congregava em 1904 todos os

<sup>136</sup> *Jornal A Semana*. Vol 54. 12 de agosto de 1920.

<sup>137</sup> COSTA. Op. cit., p. 60.

<sup>138</sup> *Jornal A Semana* Vol 62. 6 de outubro de 1920.

seus esforços, todas as suas energias para que a industria pastoril daqueles districtos, até ali tão desfavorecida, pudesse gosar de franca liberdade, tendo caminho desimpedido para Tupacertan e Fronteira. Impunha-se para isso a construcção de uma grande ponte sobre o rio Ijuhy e a esse fim foi à capital entender-se com o preclaro chefe Dr. Borges de Medeiros, a quem expôz a situação angustiosa dos nossos criadores que, não podendo invernar seus gados, por causa da péssima qualidade dos campos daquela zona, viam seus interesses perecerem por falta dessa ponte. Propoz-se então, encarregar-se da extracção da madeira e de auxiliar na direcção dos serviços e S. Ex. sempre solícito em attender as necessidades dos municípios, mandou construir a ponte que hoje ahi está offerecendo transito livre e libertando-nos da morosa e archaica balsa. Proseguindo, disse S. S. que existiam em todo este vasto município apenas 6 pontes e essas mesmas em eminente estado de ruína, e ao terminar seu mandato, contavam-se 26 pontes e 27 pontilhões, feitas administrativamente e com grande economia para o erário publico; Disse que recebera o municipio com a insignificante renda de 24:000\$000rs, e o entregára, sem sobrecarregar seus co-municipes de impostos, com a de 70:000\$000, com 800Km de estradas sulcando-o em todas as direcções, com pontes e pontilhões zombando das inconstantes variações athemosphericas Referindo-se s.s. a estrada de ferro disse que para tal fim também envidára seus esforços, não recuando até ante a idéia de um empréstimo e de romper com alguns amigos dedicados, pois encontrava forte opposição no Conselho quando propuzera ao governo federal entrar o municipio com os dormentes necessários até esta villa, mas sua perseverança, alliada aos constantes esforços do saudoso Senador Pinheiro e outros amigos que occupavam posição de destaque, triumphou, e a estrada de ferro é hoje essa maravilha que nos trouxe este progresso de 4 annos que a todos parecia de admiração. Construiu 130 Km, de linha telephonica que vinham favorecendo as relações commerciaes, administrativas e sociaes do nosso povo e diffundira a instrução publica por 25 escolas, das quaes 21 municipaes.<sup>139</sup>

Em 1920, Bráulio organizou uma feira de produtores, como forma de superar a crise, os problemas econômicos e se garantir politicamente como liderança do PRR. No entanto, Bráulio não nomeou, nem o governo do Estado o fez, nenhum membro da minoria para ocupar cargos mais relevantes na administração local, resultando na continuidade da pressão política sobre o Intendente.<sup>140</sup>

Damaso de Castro juntamente com Pedro Arão e a minoria dissidente do PRR organizaram um protesto com colonos no ano de 1921, reclamando dos altos impostos municipais. Segundo Engroff, Bráulio cobrava altos impostos da circulação de carroças, o que inviabilizava as negociações entre moradores do meio urbano e rural na época.<sup>141</sup>

Segundo Rodrigues,

abriu-se uma cisão política no vizinho município de São Luiz Gonzaga, cujos dissidentes, procurando estende-la ao nosso, aqui vieram encontrar transviados do Partido Republicano. E moveram uma campanha de fundo político, mas disfarçada

<sup>139</sup> Jornal *A Semana* Vol 62. 6 de outubro de 1920.

<sup>140</sup> COSTA. Op. cit., p. 60.

<sup>141</sup> ENGROFF. Op. cit., p. 75.

como de protesto contra a taxaço de impostos consignados na lei orçamentária, cuja revogaço insuflavam aos contribuintes só seria possível com a presença de todos na sede do município para, em massa, pedir ao intendente a sua revogaço.<sup>142</sup>

Mais ou menos umas trezentas pessoas, em sua maioria colonos, participaram do movimento, o caráter popular do movimento parece estar indicado tanto pelo número, quanto pela condição dos colonos. A idéia de não pagar impostos como forma de resistir ao poder coronelístico de Bráulio Oliveira foi assumida por uma parcela considerável da população do município, cuja maioria absoluta, mais de 85% era residente na zona rural.<sup>143</sup>

Segundo Rodrigues,

iludindo assim o povo, conseguiram o comparecimento de umas 300 pessoas, em sua maioria colonos que, tendo à frente um prócer político (Pedro Arão) de São Luiz, realizaram uma passeata pelas ruas, gritando (...) Abaixo os impostos! Abaixo a ditadura!<sup>144</sup>

Com relação à crise política e administrativa que Bráulio enfrenta, na cisão do partido e na oposição formada com a ajuda de Pedro Arão, refere-se assim o relatório de 1921:

Antes de entrar na exploração dos negócios administrativos, em meus diversos aspectos, seja-me permitido fazer algumas considerações sobre os tristes acontecimentos desenrolados neste município em junho e novembro do corrente ano, os quais, como é do vosso conhecimento, concorreram diretamente para o desequilíbrio orçamentário que se verifica do balancete de receita e despesa, hoje submetido ao vosso exame e apreciação, pela intensa campanha que se faz contra o pagamento dos impostos municipais, o que perfeitamente de impatriótica e até certo ponto criminosa semelhante atitude dos promotores de tais acontecimentos, nos quais se pretendeu dar uma disfarçada aparência de protesto popular contra a minha chefia política e direção administrativa.

Referindo-me a esses acontecimentos, cujas causas precedem da duvidosa orientação política seguida por alguns elementos transviados das boas normas republicanas, deve reproduzir aqui as palavras que em 1916 dirigi ao Conselho Municipal, então reunido, as quais podem hoje repetidas com perfeita aplicação aos sucessos referidos. Falando da cisão política que naquela época se abriu no seio do Partido Republicano local, dizia eu: “Lamento sinceramente que essa cisão não se pudesse evitar.”<sup>145</sup>

<sup>142</sup> RODRIGUES. Op. cit., p.29.

<sup>143</sup> ENGROFF. Op. cit., p. 70.

<sup>144</sup> RODRIGUES. Op. cit., p.30.

<sup>145</sup> Relatório apresentado pelo Intendente Bráulio Oliveira ao Conselho Municipal em 14 de dezembro de 1921. In: RODRIGUES. Op. cit., p. 32-33.

No seu retorno, com a eleição de 1920, Bráulio encontrou um panorama totalmente novo com relação ao que tinha vivido nos seus primeiros mandatos (1900-1916). Existe agora uma oposição formada contra ele e comandada, principalmente, por Pedro Arão e Damaso de Castro.

Pedro Alberto de Mello, conhecido como Pedro Arão, filho de Arão de Mello, era ex-capitão da Brigada Militar, cujas fileiras integrara durante a Revolução de 1893. Foi membro ativo do PRR em São Luiz Gonzaga, onde morara até 1919. Naquele ano, em decorrência da grave crise política naquele município, migrou para Santo Ângelo, onde se estabeleceu como agricultor de pequeno porte. Homem que gozava junto à região de grande respeito e admiração, ao ser procurado por Bráulio para juntar-se ao governo, havia recusado dizendo: “É hora de a gente se levantar em armas contra esse governo que dura 20 anos, e, está se tornando despótico”. A referência era ao governo de Borges de Medeiros no Estado e sua continuidade nos municípios.<sup>146</sup>

Pedro Arão era simpático a Assis Brasil, e teve a missão de chefiar os assististas na região missioneira no caso de uma revolução contra Borges de Medeiros. Antes, porém, em 1921, foi um dos líderes do movimento contra o pagamento de impostos. Em 1924, apoiou o movimento liderado por Prestes. A partir de Santo Ângelo, integrou com todos os seus dependentes, a Coluna Prestes até a passagem para Santa Catarina. Entendia que sua luta era contra Bráulio Oliveira, em Santo Ângelo, e Borges de Medeiros no Estado.<sup>147</sup>

No ano de 1921, o jornal *A Semana*, passa a ser órgão oficial do Partido Republicano. O título nem precisava tantos louros, pois o perfil dos dirigentes do jornal era republicano-castilhistas.

É com júbilo cívico que comunicamos aos nossos subscriptos e, especialmente, aos republicanos deste município, que, de acordo com expressa autorização do egrégio Chefe do nosso glorioso Partido Exmo Dr. Borges de Medeiros, o nosso prestigioso amigo e acatado director da política de Santo Ângelo, Sr Cel. Bráulio Oliveira, acaba de investir “A Semana” de orgam do partido que S.S., com sabia orientação dirige. O nosso modesto jornal se sente honrado, sobremaneira, com tão distinta confiança. De hoje em diante, porém, sua orientação será determinada pelo illustre director político local e nossa actuação, na política republicana do município, será pautada rigorosamente pelo programma do nosso partido e pelos sábios conselhos e ensinamentos recebidos do Egrégio Chefe Supremo, o benemérito Dr. Borges de

<sup>146</sup> ENGROFF, Op. cit., p. 71.

<sup>147</sup> Idem. P. 71-72.

Medeiros. Congratulamo-nos com os nossos correligionários e saudamos nossos colegas de imprensa.<sup>148</sup>

A guerra civil de 1923 alterou significativamente a correlação de forças no Estado e, conseqüentemente, as oposições conseguiram arrancar importantes vitórias no campo político-jurídico e, gradualmente, o PRR passou a ceder parte do poder aos grupos descontentes da oligarquia estadual. Apesar desta maior flexibilidade, o poder no Estado permaneceria nas mãos do PRR e em Santo Ângelo nas mãos dos braulistas, por vários anos.<sup>149</sup>

A vida econômica do município já vinha embaraçada por movimentos de massa, desde o princípio de minha gestão, neste quadriênio, quando rebentou a revolução que, então, o entorpeceu. Logo que irrompeu o movimento revolucionário, Passo Fundo, nos primeiros dias de janeiro, determinou o benemérito Governo do estado a criação de uma Brigada nesta Região, cuja organização e comando foi confiada ao bravo General Firmino de Paula que, apesar de seus 78 anos de idade, sentia ainda o entusiasmo sempre moço da sua inabalável convicção republicana e nas veias se lhe retemperar o sangue do herói de 93.<sup>150</sup>

Apesar das mudanças ocorridas na estrutura do coronelismo, com a saída de Borges em 1928, por mais enfraquecida que estivesse, a estrutura continuava funcionando. Isso fica provado com a vitória do candidato apoiado por Bráulio na eleição de 1924, Carlos Krueh. A eleição de 1928 demonstra a continuidade de sua influência, quando seu genro Ulisses Rodrigues obtém 87,17% dos votos para intendente.

Com isso posto, passaremos a analisar as relações de poder em Santo Ângelo, o campo de análise trata a forma como este poder se cruzou, que tipo de relações permaneceram e em que áreas elas permaneceram, se consolidando na sede da intendência e fazendo a região crescer como um todo. Assim, no período de dominação do Cel. Bráulio Oliveira em Santo Ângelo houve muitos conflitos com grupos dissidentes locais e mesmo entre ele e o Presidente do Estado, Borges de Medeiros.

<sup>148</sup> *Jornal A Semana*. Vol 99. 23 de junho de 1921.

<sup>149</sup> COSTA. Op., cit., p. 72.

<sup>150</sup> Relatório encaminhado pelo Intendente Bráulio Oliveira ao Conselho Municipal em 3 de novembro de 1926. In: RODRIGUES. Op. cit., p. 33-34.

## Capítulo 3

### Cruzamentos e permanências do poder

Segundo a ideologia positivista marcante no Rio Grande do Sul, através da política castilhista, a permanência no poder deveria ser de um grupo, o mais bem preparado, com pessoas que poderiam pensar pela maioria da população.

De 1889 a 1897, o Estado foi governado por dez presidentes e, com exceção de Julio de Castilhos e João Abbott, todos os outros não foram elementos ligados diretamente ao PRR. Esta sucessão de presidentes é um bom indicador da difícil posição em que se encontrava o PRR nos primeiros anos de regime. Quando o presidente não pertencia ao partido, enfrentava uma constante pressão para pôr em prática as políticas planejadas por este. Quando o presidente pertencia aos quadros do PRR, não conseguia manter-se no cargo, devido à situação crítica provocada pelas velhas forças monárquicas.<sup>151</sup>

No interior do Estado também era assim. Quando Bráulio Oliveira é retirado do poder em 1916 e nomeado para a intendência em seu lugar Álvaro Silveira, um político até então sem expressão, as forças do interior do partido começam a se mover na intenção de repor em seu lugar Bráulio ou um representante de sua política. Ao longo desse processo percebe-se que quem realmente fazia frente ao que politicamente queria Bráulio era Damaso Gomes de Castro. Álvaro Silveira foi utilizado somente para neutralizar a rixa dentro do PRR local entre braulistas e damistas.

Esta última parte da dissertação busca compreender de que forma as relações de poder se perpassavam e em qual esfera se davam estas relações.

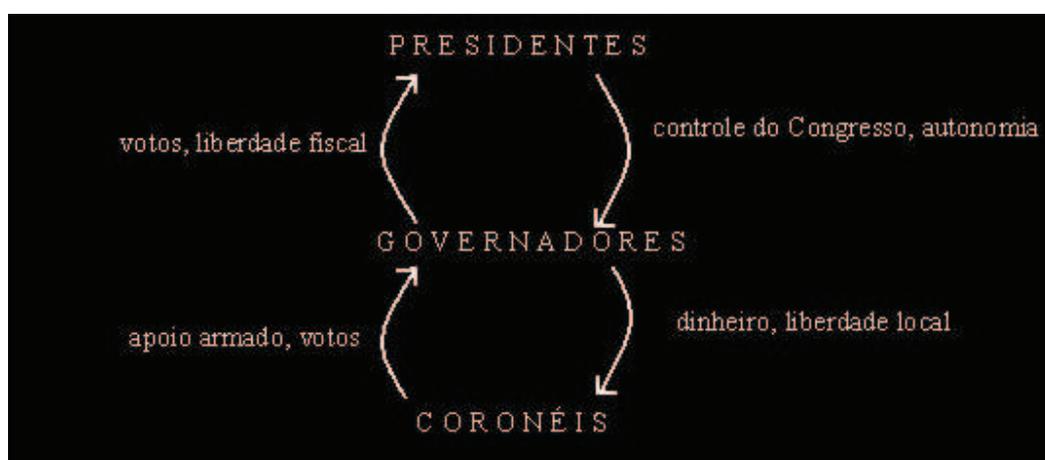
---

<sup>151</sup> PINTO. Op. cit., p. 16.

### 3.1 - Instrumentos de manutenção do poder em Santo Ângelo (1900-1924)

Para manter seu poder no município de Santo Ângelo, Bráulio Oliveira precisava de uma elite que o apoiasse e mantivesse currais eleitorais para manter também no poder, os seus representantes nos governos Estadual e Federal, como demonstra Love, abaixo:

A política dos governadores e o coronelismo



As elites rurais eram pouco democráticas. Os coronéis ou seus aliados urbanos (chamados de doutores) tinham as listas dos eleitores. Eles valorizavam a lealdade do eleitor mais do que o grau de alfabetização formal e outros requisitos. No dia da eleição, os coronéis e seus aliados proprietários de terra conduziam seus empregados aos locais de votação. Os votos eram dados oralmente e em público, de sorte que os coronéis pudessem estar seguros de que seus homens procediam da maneira como haviam sido instruídos.<sup>152</sup>

Explanaremos a partir de agora, os principais mecanismos de manutenção de poder que foram utilizados em Santo Ângelo no período de 1900-1924: estrutura coronelística, utilização da imprensa, redes de relações com elite local e estadual, falta de discernimento entre público e privado, no qual a imagem do intendente se confunde com a intendência e do qual estes se apropriam.

<sup>152</sup> LOVE Apud CONIFF, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 106.

A obtenção de um alto cargo e, por conseguinte, o ingresso na elite política não significava que o trabalho de um político estivesse concluído. Permanecer no cargo e obter a reeleição tornaram-se importantes tarefas contínuas. A derrota individual em uma eleição era a preocupação mais imediata dos que estavam no poder, requerendo, por isso, a maior variedade de proteções. Nos estados em que a organização política estava bastante avançada, a solidariedade grupal na forma de um partido representava provavelmente a defesa mais segura.<sup>153</sup>

O poder que uns e outros ostentam, embora possa apresentar aspectos exteriores semelhantes, é expressão, num caso, da força de um sistema escravista e patriarcal em seu apogeu e, no outro, da fragilidade de um sistema rural decadente, baseado na pobreza ignorante do trabalhador da roça e sujeito aos azares do mercado internacional de matérias-primas e de gêneros alimentícios que não podemos controlar.<sup>154</sup>

A formação da oligarquia militar no Rio Grande do Sul foi resultante de um processo imprescindível para assegurar o domínio da região fronteiriça, com o beneplácito do Governo Central, que, dela precisando, permitia a sua continuidade. Dependentes e liderados continuaram na vida cotidiana a ver no chefe militar o seu chefe civil, respaldando, psicologicamente, o mando efetivo.<sup>155</sup>

O ano de 1923 demonstraria a crise do modelo borgista de dominação e a necessidade de se reescrever o acordo poder local/estadual, mas nem 1930 conseguiria destruir a ossatura do poder local no Rio Grande do Sul. Isso viria a ocorrer só com Getúlio Vargas em 1937.<sup>156</sup> Esse modelo de coronelismo borgista se enquadra em torno da cooptação e coerção.

O voto passa a ter maior importância na medida que legitima o poder e as relações coronelísticas, como meio de manutenção da estrutura da República Velha.

Havia o vínculo governo/partido e o deste com os coronéis, mas respeitando-se as esferas próprias de ação que davam sentido ao jogo político e justificavam a necessidade da cooptação política das bases locais. Isto explica a constante interpenetração partido/estrutura coronelista, dando a tônica ao coronelismo gaúcho.<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> CONIFF. Op. cit., p. 111.

<sup>154</sup> LEAL. Op. cit., p. 57.

<sup>155</sup> FÉLIX. Op. cit., p. 29-30.

<sup>156</sup> Idem, p. 71.

<sup>157</sup> Idem, p. 117.

Todo o sistema eleitoral, e o próprio alistamento tinham como ponto de partida o município. Era nessa esfera que a participação minúscula dos currais eleitorais se avolumava mantendo o poder onde ele já se encontrava.

Para o alistamento era exigido um requerimento do qual constavam os dados pessoais do eleitor, preenchido caligraficamente pelo próprio interessado e com firma reconhecida. Esta última providência se constituía na prova da condição de alfabetizado exigida pela Constituição. A prova da condição de alistado e, portanto, com direito ao voto era o título de eleitor, que de acordo com a lei deveria ser entregue ao próprio interessado.<sup>158</sup>

É que nos municípios, dadas as relações sociais determinadas pela organização econômica, todas as pessoas – e não são muitas – com um mínimo de preparo para funções burocráticas são vinculadas à ação política. Funcionários nomeados ou designados, donos de função política eletiva e eleitores de um modo geral são os recursos humanos com que, no município, se contava para dar cursos ao processo eleitoral.<sup>159</sup>

Os trabalhos de contagem dos votos pelas mesas eleitorais locais eram o ponto de partida para o conhecimento dos resultados finais, e só elas manipulavam as cédulas depositadas. Após a etapa local de contagem dos votos dava-se a apuração geral, que se iniciava 30 dias depois da realização do pleito.<sup>160</sup>

Os votos para presidente e vice-presidente da República tinham sua apuração numa segunda etapa feita nas capitais dos Estados, a partir das atas, livros ou autênticas (cópias das atas) remetidos pelas mesas das seções ou das circunscrições distritais.<sup>161</sup>

Com relação às eleições municipais (vereadores e juízes de paz) numa primeira fase, a apuração final era tarefa das próprias Câmaras Municipais. Em 1899, a apuração das eleições para juízes de paz passa a ser feita por uma junta presidida pelo Juiz de direito da Comarca, mudança justificada pelo fato de serem os juízes de paz membros da organização judiciária do Estado.<sup>162</sup>

Dizer que a fraude foi a criação dos pleitos eleitorais da República Velha é evidentemente falso. É correto, porém, afirmar que no período o seu exercício foi intenso e se revestiu de variadas formas.<sup>163</sup>

<sup>158</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 25.

<sup>159</sup> Idem, p. 39.

<sup>160</sup> Idem, p. 51.

<sup>161</sup> Idem, p. 53.

<sup>162</sup> Idem, p. 56.

<sup>163</sup> Idem, p. 76.

Nem sempre, porém, a fraude conta com a participação do eleitor direta ou indiretamente, ou seja, não se imagina que ela só ocorra com a sua participação física ou em seu nome. O ‘bico-de-pena’ e o ‘voto-de-defunto’, são as formas mais referidas, pela frequência com que foram praticadas, sob o testemunho popular.<sup>164</sup> A ‘degola’ por exemplo, se dava distante dos pontos de atuação do eleitor, à qual era ele totalmente alheio, pois sua prática ocorria nos recintos das classes legislativas.

Janotti demonstra que a ‘degola’ também era uma forma de burlar as eleições. As Comissões de Verificação de Poderes atuavam, portanto, como expurgadoras dos candidatos indesejáveis, sob a alegação de fraudes ou irregularidades burocráticas, que impediam a sua posse. Esta atividade era conhecida como ‘degola’.<sup>165</sup>

Um mecanismo de manutenção do poder local, em Santo Ângelo foi a imprensa. O jornal *A Semana* era órgão do Partido Republicano desde 1921, embora sua publicação foi por tempo limitado (1919-1924), todas as idéias concernentes ao PRR eram expostas nele.

Outra forma de imprensa eram os panfletos, feitos para argumentar, muitas vezes, sobre uma situação ou político indesejado. Transcrito abaixo está um panfleto que foi divulgado no ano de 1917, contra o governo de Álvaro Silveira e contra, principalmente, Damaso Gomes de Castro que tinha se aproximado do outro líder do PRR para ter acesso ao poder.

#### Carta ao município de Santo Angelo (1917)

Está designado o dia 24 do corrente para a eleição municipal. É candidato da facção do Sr. Damaso de Castro, à intencional, o Sr. Álvaro Silveira. Essa attitude do Sr. Damaso, abrindo mão ‘patrioticamente’ da sua candidatura, cujo triumpho era mathematico, no dizer de seus amigos, seria mui louvável, si não fosse filha do consorcio da traição com o interesse. Não há aqui quem ignore quanto era sympathica a pessoa do Sr. Álvaro Silveira ao actual Delegado de Policia. “Burro petiço”, “cão”, “aventureiro político”, “terneiro mamão” eram os epithetos gentis com que o Sr. Damaso brindava o nosso provisório. Tal revolta lhe causava a candidatura então apenas provável, do Sr. Álvaro, que não vacillou o Sr. Damaso, ora directamente, ora por intermédio dos seus, de confabular com amigos do Coronel Bráulio, no sentido de evitar a eleição do “Provisorio” o que seria um assumpto liquidado, desde que fosse apresentada a candidatura do Sr. Eurico Moraes, como de conciliação. Tudo, menos o “índio burro”, gritava o Sr. Damaso aos nossos ouvidos, insistente e arrogantemente. O “burro petiço”, porém assentou de ir a Porto Alegre. Recrudescer o trabalho do Sr. Damaso no sentido de evitar que a Intendência se transformasse num carril ou numa internada; as suas propostas de alliança contra o “aventureiro político” se renovam. O Sr. Damaso e seus companheiros, como formigas, cavam o terreno onde pisava o Sr.

<sup>164</sup> TELAROLLI, Op. cit., p. 78.

<sup>165</sup> JANOTTI. Op. cit., p. 38.

Álvaro. O “índio burro” mais ladino que o “gaúcho águia”, consegue a nomeação deste para Delegado de Polícia e... o “Chefe” passou a ser cavalgado pelo “burro petiço”, o patriota abnegado curvou-se ante o “aventureiro político”; o gaúcho altivo acolherou-se ao “cão”, o guasca destemido prostrou-se ante o “terneiro mamão”. Menos traidor do que o Sr. Damaso não é sem dúvida, o Sr. Álvaro.

Recebendo das mãos do Coronel Bráulio o bastão de chefe, o Sr. Álvaro não occultava as contrariedades e os dissabores que lhe causavam os brutos ataques da gente do Sr. Damaso. A 29 de julho do corrente anno, não há dous mezes, portanto, o Sr. Álvaro era assim tratado, na columna de honra da “A verdade”, jornal do deputado Eurico Lustosa e organ do Partido Republicano de São Luiz. O provisorio Álvaro está tão avacalhado que não sabe mais onde metta a cara desvernizada. Agora mesmo meu amigo, elle foi chamado com urgência à Porto Alegre, onde irá tomar um grande sabão pela canalhice infame com que se tem portado nesta terra, onde ninguém o liga importância, porque com qualquer peteleco sahirá furando do nosso meio. Garanto-te, meu amigo, que dentro de pouco tempo esta terra estará limpa, bem limpinha, em ordem, em paz e embalando-se na mais doce felicidade. Digo-te isso porque sei muito bem de tudo, de todas as combinações políticas, e tu conheces que nós somos como formiga: vamos cavando por baixo e, quando o caboclo espera, está no chão, por falta de alicerce ... Sinto muito não te poder contar factos importantísimos, pois não estou autorizado para isso. Como não tenho frio no estomago, não te posso dizer nada ... Affianço-te, amigo velho, que a indiada vae saltar de contente e virá aqui saudar o começo patente da nossa victoria ...” Alerta legionários de Julio de Castilhos. Alerta, soldados disciplinados do Partido Republicano; alerta companheiros da velha guarda, a anarchia nos ameaça, erguei a frente altiva, que nosso acatado Chefe Dr. Borges de Medeiros não nos atirou ao abandono, como insinuam esses pigmeus. O organ do nosso glorioso Partido “A Federação” si disse que Álvaro Silveira, esse corvo que criamos para hoje pretender arrancar-nos os olhos, esse homem ingrato que hoje atira-se encarniçadamente sobre nós só porque intentamos a união do Partido, foi apresentado por Frederico Beck, João H. Licht, Damaso Castro, Arthur Oscar e Asterio Mello, também disse em suas columnas, no nº de 31 de agosto que o Major Joaquim Antonio Rodrigues foi apresentado pelo eleitorado do 2º e 7º districtos e mais tarde publicou a adhesão de outros districtos, é por conseguinte tão official a candidatura de Álvaro Silveira como a de Joaquim Antonio Rodrigues. E não era possível crer que o nosso caro Chefe Dr. Borges de Medeiros, espirito esclarecido e recto quizesse, como affirmam alguns beocios, impor uma candidatura que desmereceu a confiança de todos os elementos em que desgraçadamente se dividira a família republicana deste Município. Hoje mais do que nunca, nós soldados da Velha Guarda, devemos estar unidos para oppor uma barreira forte, inexpugnável, aos desmandos e as violências que nos ameaçam. O Coronel Bráulio Oliveira, o Chefe a quem há 16 annos estávamos habituados a obedecer, cuja orientação nos norteava, retirando-se da actividade política, com a alma enluctada e o coração sangrando, deixou-nos o campo livre e nos deu liberdade de acção. Não nos acobardam pois suas ameaças, como não nos illudem suas promessas, não imploramos favor, nas urnas, e é este o desejo de nosso caro Chefe Dr. Borges de Medeiros, nas urnas demonstraremos aos vendilhões da honra e da dignidade, a pujança dos elementos validos do Partido Republicano de Santo Ângelo. Santo Ângelo, 15 de setembro de 1917.<sup>166</sup>

O panfleto não tem assinatura, mas com toda a certeza foi escrito por membros do PRR braulistas que recorrem à violência verbal contra Damaso de Castro dizendo que Álvaro Silveira foi indicação para intendente do grupo dos damistas. Membros da velha guarda como recorre o

<sup>166</sup> Carta ao município de Santo Ângelo. Folheto avulso. MADAP. Pasta 05, História regional.

documento, ameaçando Álvaro Silveira, chamando-o de traidor mas que com qualquer ‘peteleco’, ou problema, sairá correndo do meio político. Coincidência ou não foi o que aconteceu, com 5 meses de governo Álvaro Silveira se licenciou do poder.

Tanta é a ira do documento que seu vocabulário com palavras de constrangimento ainda hoje, tantos anos depois, causa impacto nos leitores: índio burro, burro petiço, gaúcho águia, cão, aventureiro político, terneiro mamão... e assim por diante. Há de se demonstrar ainda que a não assinatura indica que a autoria poderia ser do PRR, grupo dissidente ou qualquer inimigo político.

### 3.2 - A política em Santo Ângelo no último quadriênio de Bráulio Oliveira

Segundo Marcos Vinícius da Costa, os anos de intervenção haviam demonstrado a importância do coronel Bráulio como catalisador dos votos dos coronéis distritais, a dissidência havia enfraquecido o PRR local, o número de alistamento de eleitores havia baixado sensivelmente durante os anos de 1916-1920. Essa capacidade de mobilizar dos chefes distritais, que por sua vez mobilizavam os eleitores seguramente pesou a favor de Bráulio quando Borges de Medeiros teve de escolher entre este e as dissidências.<sup>167</sup>

Fato comprovado disto é a tabela de alistamento eleitoral demonstrada a seguir:

Alistamento eleitoral<sup>168</sup>

Annos	Eleitores incluídos	Total
1917	73	73
1918	201	274
1919	244	518
1920	937	1455
1921	763	1218
1924	1848	4066
1926	623	4689
1927	909	5598
1928	590	6188
1929	5120	11308

<sup>167</sup> COSTA, Marcos Vinícius da. O coronelismo em Santo Ângelo. (1889-1930). Mimeo, DCS, Ijuí: Unijuí, 2002, p. 60.

<sup>168</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 81.

O quadro demonstra o número de eleitores incluídos no processo eleitoral de 1917 até 1929, que vai da gestão de Álvaro Silveira até Ulysses Rodrigues, e o total de eleitores na vila de Santo Ângelo.

O número de 73 votantes em 1917 é ínfimo se comparado aos próximos anos. É de se verificar que talvez Álvaro Silveira não tivesse utilizado todos os recursos políticos que estavam disponíveis pela máquina pública. Pode-se levantar a hipótese, sem comprovação, de que o grupo de Bráulio Oliveira poderia ter forçado estes eleitores à não votarem, pois a forma a única forma de legitimar um governo era através das urnas, e os eleitores não indo às urnas significava que não era bom o suficiente para permanecer no poder intencional.

Em 1920, Bráulio organizou uma feira de produtores como forma de superar a crise econômica da região. No entanto, Bráulio não nomeou, nem o governo do Estado o fez, nenhum membro da minoria para ocupar cargos mais relevantes na administração local, resultando na continuidade da pressão política sobre o intendente.<sup>169</sup>

Em entrevista ao Jornal *A Semana*, Bráulio Oliveira manteve assim sua postura:

Então o Sr. Cel. tens esperança no êxito de uma exposição municipal?  
E como não? Respondeu-nos, pois acha o jornalista que apesar do desgoverno do ultimo quadriennio, a iniciativa particular não prosperou e não fructificou grandemente? Pois é o que lhe digo ... Quando vim da Exposição Estadual de setembro ultimo, tomei a firme resolução de balancear as forças vivas do município que o povo entregava em minhas mãos para pilotear-o.; ora, nenhum meio me pareceu mais adequado a esse fim do que a Exposição, visto que a ella concorrerá tudo o que o município tem de sua lavoura, pecuária, industrias diversas, etc. em seguida iniciei a minha excursão pela zona colonial e fiquei verdadeiramente surprehendido em como no fundo desses viveiros de trabalho haja tanta vida, tanta riqueza, muita vez em zonas providas de más estradas e sem recursos. Mas, atalhamos: o Intendente, convencido como está do péssimo estado em geral das estradas, dismantelo das pontes, falta da instrução etc., como poderá convencer a essa boa gente do sertão e do campo das vantagens que lhe poderão advir com a Exposição de seus productos em um certamen nesta villa, quando para isso devam gastar alguns dias em detrimento de seus trabalhos? A obsecção parece forte, retrocou S. Ex. mas cahirá à medida que se expliquem ao povo a vantagem das exposições.<sup>170</sup>

Damaso Gomes de Castro e mais alguns membros da minoria organizaram um protesto em conjunto com os colonos na metade do ano de 1921, exigindo a redução de impostos municipais. Esse movimento ficou caracterizado por pressionar o Coronel Bráulio Oliveira, demonstrando o descontentamento de setores produtivos do município com o governo do Estado

<sup>169</sup> COSTA. Op. cit., p. 61.

<sup>170</sup> Jornal *A Semana*. Vol 73. 23 de dezembro de 1920.

e com a administração municipal. Após a intervenção pessoal de Bráulio no episódio, a manifestação foi dissolvida.

Mas esse movimento teve suas repercussões. Pois, no mesmo ano, Bráulio é chamado a Porto Alegre e, em seguida, Damaso Gomes de Castro é nomeado novamente delegado de polícia do município.

O Jornal *A Semana* noticia desta forma o acontecimento:

Política de Santo Ângelo

Sob esta epigraphe noticiou a nossa collega “A Manhã” de 20 do corrente, acharam-se na capital do Estado os Srs. Cap. Damaso Gomes de Castro, Alferes Joaquim Rolim de Moura, Ernestino Krueel, Major Affonso Cortes Tabora, Inocêncio Silva e Tranquilino Pinheiro Machado que foram solicitar uma conferencia ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado e apresentar-lhe um memorial sobre a situação política deste município que, segundo affirmam os Srs. da Commissão, é anormal e dizem ser delicada, e espera-se mesmo o desenrolar de graves acontecimentos e perturbações da ordem publica, caso não sejam tomadas providencias em tempo. Essa noticia, porém, com relação á anormalidade e delicadeza da nossa situação política e a receios de perturbação da ordem é de todo infundada.<sup>171</sup>

A notícia desmente a gravidade da situação em Santo Ângelo, e é de se esperar que fizessem críticas a uma minoria que queria retornar ao poder, mas, que segundo eles, não tinha feito nada quando esteve com todo o poder.

No desespero de sua ambição desmedida de se tornarem os dirigentes dos nossos destinos políticos e administrativos, esses senhores boateiros – que já em suas mãos tiveram as rédeas governamentais de S. Ângelo e nada fizeram, - espalham, com fins tendenciosos, essas noticias. Mas saibam que pelos meios illegaes jamais conseguirão suas intenções. A situação política e administrativa do município nada receia e a ordem e segurança publica hão de ser mantidas se pretenderem perturbal-os.<sup>172</sup>

Nesta ocasião, Bráulio enfrenta ex-republicanos dissidentes que não aceitam sua chefia unipessoal em Santo Ângelo. Em 1921, Bráulio Oliveira tentou implementar no município de Santo Ângelo a cobrança de imposto de Policiamento e Estradas. As justificativas do coronel para a necessidade deste imposto eram duas: por sua extensão, em boa parte coberto por matas, o município demandava um grande número de homens para seu policiamento; e o elevado custo deste aparato policial.<sup>173</sup>

<sup>171</sup> Jornal *A Semana*. Vol. 117. 27 de outubro de 1921.

<sup>172</sup> Idem..

<sup>173</sup> PERES. Op. cit., p. 125.

Na tentativa de abolir essa cobrança de impostos, a dissidência procurou reunir o maior número de pessoas possíveis, em torno de 300 colonos que gritavam pelas ruas: abaixo a ditadura! Como citação anterior afirma, esse acontecimento repercutiu em todo o Estado e acabou sendo desmentida pelos jornais republicanos. Para conter a expansão do movimento, Bráulio teria orientado a polícia para a violência e isso permite concluir, que a população tivesse mais medo das atitudes das autoridades policiais do que dos revoltosos que eram apenas colonos.<sup>174</sup>

Outro fator que desestabiliza o governo de Bráulio Oliveira e que justifica o desmantelamento do seu último governo é a Revolução de 1923, que alterou significativamente a correlação de forças no Estado e, conseqüentemente, nos municípios. As oposições conseguiram arrancar importantes vitórias no campo político-jurídico, e gradualmente o PRR passou a ceder parte do poder aos grupos descontentes da oligarquia estadual. Apesar desta maior flexibilidade, o poder no Estado permaneceria nas mãos do PRR e em Santo Ângelo nas mãos dos braulistas, por vários anos.<sup>175</sup>

A crise econômica de 1921 estabeleceu no Rio Grande do Sul, condições concretas para a atuação das oposições contra o domínio do PRR. Mas como apontou Gramsci. “a existência de condições objetivas – ou possibilidade ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário ‘conhecê-las’ e saber ‘utilizá-las’”. Nesse sentido, aprende-se a atuação das oposições rio-grandenses, lideradas por Joaquim Francisco de Assis Brasil, que incorporou à disposição de ação das oposições gaúchas na década de 1920 orientou e conduziu a luta partidária no RS para o desenvolvimento de novas formas de atuação política da classe dominante rio-grandense.<sup>176</sup>

A indicação de Borges de Medeiros para a reeleição à presidência do Estado, pareceu a decisão mais acertada para o PRR e apoiada por sua maioria, pois na iminência de revoltas no estado, queriam garantir o seu poder local.

Os grupos que compunham a oposição gaúcha e que se articularam para a campanha pró-Assis, eram três: democratas, dissidentes republicanos e federalistas. Tinham, entretanto, uma mesma base sócio-econômica, pois na sua maioria eram fazendeiros, e tinham objetivos comuns, como revisão da carta constitucional rio-grandense e combate à monopolização do

---

<sup>174</sup> Sobre essa temática ver Sebastião Peres, Op., cit..

<sup>175</sup> COSTA. Op. cit., p. 72.

<sup>176</sup> GRAMSCI apud, ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 11.

poder. Junto ao PRR, compunham a classe dominante rio-grandense, cuja base constituiu-se das atividades agromercantis.<sup>177</sup>

Contraopondo-se à atitude do governo estadual diante da crise econômica, os grupos da oposição foram indicando seu projeto para o Rio Grande do Sul. Em lugar de um desenvolvimento que, pretendendo a auto-suficiência, procurava expandir todos os setores da produção gaúcha, as oposições assistidas lutaram por um desenvolvimento a partir da pecuária, que, se expandindo, daria melhores condições para toda a área rio-grandense.<sup>178</sup>

Com o fim da apuração das eleições e a vitória do PRR, Borges de Medeiros começa o seu 5º mandato na presidência do Estado. O grupo assistista organiza forças de resistência contra esse governo, num movimento que se expande.

Uma das causas da revolução de 1923 foi essa permanência indefinida de Borges de Medeiros na presidência do Estado. Com auxílio da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, conseguiu manter-se no poder. Através do Pacto de Pedras Altas, que pôs fim a contenda em dezembro de 1923, ficou determinadamente proibida sua reeleição em 1928. Então, como seu sucessor, indica Getúlio Vargas, que aceitou o oferecimento e tomou posse em janeiro de 1928.<sup>179</sup>

A reconciliação da classe dominante rio-grandense começou em 1923, com o Pacto de Pedras Altas, e completou-se em 1929, com a formação da Frente Única, tendo em vista o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas para a presidência nacional.<sup>180</sup>

No município manifesta-se, após 1923, com a proibição de reeleição de Bráulio, uma acomodação no interior do PRR. Na eleição de 1924 disputam braulistas contra membros das dissidências. Em 1925 a lei eleitoral municipal é alterada para ficar em conformidade com a lei estadual. Entre as mudanças, apresentam-se como mais importantes as seguintes: os eleitores municipais seriam os mesmos alistados para as eleições federais, como de acordo com o Pacto de Pedras Altas. As eleições federais seriam fiscalizadas por representantes da União, o mesmo alistamento diminuiria as fraudes; ficava proibida a reeleição do Intendente, o vice-intendente seria eleito e não mais nomeado.<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> ANTONACCI. Op. cit., p. 73.

<sup>178</sup> Idem, p. 91.

<sup>179</sup> CRUZ. Op. cit., p. 113.

<sup>180</sup> ANTONACCI. Op. cit., p. 111.

<sup>181</sup> COSTA. Op. cit., p. 72.

A saída de Bráulio da administração municipal se deve a dois fatores importantes, o Pacto de Pedras Altas proibiu a reeleição dos intendentes e obrigou a eleição direta dos vice-intendentes. Legalmente, Bráulio ficava impossibilitado de concorrer. O aparecimento de novos setores sociais, o aumento demográfico no município, a crescente autonomia dos colonos, e o aumento da pressão sobre a administração, levaram Bráulio estrategicamente a se afastar do poder direto. No entanto o Coronel Bráulio Oliveira continuou a agir nos bastidores da política santoangelense e regional. Elegeu os seus sucessores Carlos Kruehl em 1924 e Ulysses Rodrigues em 1928.<sup>182</sup>

Nos primeiros dias de janeiro de 1923, logo após o irrompimento do movimento revolucionário entre assististas, isto é, partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que liderava o movimento à frente da Aliança Libertadora, contra os borgistas, ou chimangos, ou legalistas, que eram os partidários de Borges de Medeiros, presidente do Estado, o governo do Rio Grande do Sul providenciou na criação de uma Brigada na região, cuja sede ficara em Passo Fundo e a liderança coube ao general Firmino de Paula.<sup>183</sup>

Santo Ângelo contribuiu com um corpo de cinco esquadrões, que tomou o nome de 4º Corpo Auxiliar, cujo comando, inicialmente, estava nas mãos do tenente-coronel Joaquim Rolim de Moura. Este 4º Corpo Auxiliar integrou a 1ª Brigada provisória do Norte. Desses cinco esquadrões, três ficaram no município e dois foram para Passo Fundo, sede da 1ª Brigada do Norte.

Deu-se, nas proximidades do rio Passo Fundo, um choque do aludido grupo com um destacamento da força legalista, tendo sido os revolucionários desbaratados. Mas o grupo revolucionário mais atuante dentro do município, na Revolução de 1923, foi o de Entre-Ijuís, capitaneado por José Antônio Raimundo, mais conhecido pelo apelido de Juca Raimundo.<sup>184</sup> Esse revolucionário trouxe desassossego para toda a região de Entre-Ijuís, com um destacamento do 4º Corpo, fez um ataque ao povoado de Rio Branco, hoje cidade de Catuípe.

Tomando o povoado, Juca Raimundo usou de um estratagema destinado a aliviar a pressão que as forças do governo lhe faziam no seu reduto de Entre-Ijuís. Usando o telégrafo da

---

<sup>182</sup> COSTA. Op. Cit., p. 73.

<sup>183</sup> CRUZ. Op. cit., p. 125.

<sup>184</sup> MACHADO. Op. cit., p. 35.

estação ferroviária, forçou o respectivo telegrafista a comunicar à vila de Santo Ângelo que Rio Branco havia sido ocupado por elementos revolucionários de Palmeira. Com isso, visava e conseguiu o recolhimento à sua sede do destacamento legal que atuava no Entre-Ijuís.<sup>185</sup>

Durante uma revolução o ideal era que pequenas rixas municipais fossem deixadas de lado para lutar pela manutenção do poder estadual. Na região missioneira existia a preocupação constante da tomada do poder por parte de Juca Raimundo e os rebeldes. Isso é demonstrado através das correspondências trocadas entre Cel Bráulio e Cel Dico, intendente de Ijuí.

De Dico para Cel Bráulio

Avisei Cavalheiro hontem noite, agora Jeremias segue auto ali prevenir combinar pessoalmente. Cavalheiro entender-se directamente. Quinsote sobre armamento fardamento: cavalheiro deve ter mais cem homens continuarão ate segunda ordem. Saudações Dico<sup>186</sup>

Cel Bráulio

Santo Ângelo

Fui informado grupo Saldanha quinze a vinte noite passada saqueou Augusto Belchior e outros na costa do Ijuhysinho. Parece esse grupo separado de Juca Raimundo.

Ass. Dico

Correspondências do ano de 1923 comprovam que Cel Bráulio e o capitão Pedro Arão – que era líder dissidente na Revolução de 1923 – mantinham contatos, talvez não pessoais, mas por meio de emissários.

Major Quirino Nunes Pereira

Delegado Policia

Santo Ângelo

Capitão Damas aqui podemos amigo mandar uma pessoa de confiança na casa de Satyrui Vieira para este procurar pessoalmente Capitão Pedro Arão dizendo-lhe que mantenha seu pessoal dentro da ordem e calmo evitando qualquer facto desagradável com quem quer que seja até o Capitão Damas chegar a Casa de Arão pedi Coronel Bráulio que deixasse Pedro Arão e seu pessoal em tranqüilidade até amanhã. Peço ao amigo completa reserva e prestesa na comunicação a Pedro Arão que prestará assim um bom serviço á população de Santo Ângelo.

Abs

Coronel Bráulio - Rio Branco

]

Capitão Damas aqui seguirei com elle amanhã até encontrar Pedro Arão com quem nos entenderemos. Peço dar ordens a seus auxiliares deixarem Arão em tranqüilidade até a nossa palestra o que lhe communicarei pessoalmente. Vou dar conhecimento ao General

<sup>185</sup> MACHADO. Op. cit. p. 35.

<sup>186</sup> Museu Antropológico Diretor Augusto Pestana. Ijuí/RS Pasta 127, do ano de 1923. Correspondências avulsas.

Firmino dessa minha intervenção amistosa que estou certo será benéfica para todos. Capitão Damas está presente a redacção deste telegramma com o qual está de acordo. Saudações.

Santo Ângelo 28-1-923

Am. Cel. Dico

Desde hontem estou desconfiando do Arão, quase acreditando que elles não dissolveram. Venceslau ainda não voltou, mas foi a cavallo.

De hoje em diante não consinto que elles retirem-se da villa e vou desarmar. (...)

Estamos organisando uma guarda urbana para patrulhar esta sede.

É gente escolhida, da absoluta confiança. Estou com vigilância nas estradas suspeitas.

Cel Bráulio em Rio Branco

De Dico para Bráulio

Cheguei agora da Bugiganga onde fui dissolver a gente que estava com o Major Ozório. (...) Ozório esteve adiante do Baptista Prates sem encontrar vestígio de quem quer que seja, tendo Panciano Prates informado que a gente de Pedro Arão entrou pelo Buricá direcção à suas casas. Todos os chefes inclusive Pedro Arão recolheram-se num total de cinquenta mais ou menos. (...)<sup>187</sup>

O envolvimento com a revolução de 1923, na região missioneira foi intensa, isso é demonstrado pelas correspondências entre aliados e inimigos políticos locais. É relevante a comunicação entre estes durante a revolução.

### 3.3 – A população e a elite política em Santo Ângelo

Segundo Lied, a população nos anos de 1892-1897 era quase só de procedência alemã e destacam-se alguns nomes como os de Jorge Kassel, Matheus, Jacob e Frederico Beck, Pedro e Antonio Holsbach, Henrique Uflacker, Felipe Fuchs, Jacob Albrecht, João Henrique Licht, Cristiano Grass, Jacob Fuhr, Catarina Biermann, Julio Finger, João Konrad, Francisco Schoenwald, Jorge e Luiz Lenhardt, Jacob Ritter, João Timm, e Carlos Stiedel. A maioria dos nomes São tradicionais em Santo Ângelo, e se ligam intimamente à vida do município também através de seus descendentes.<sup>188</sup>

Já de procedência brasileira, podemos citar nomes como: João Carvalho, Francisco José dos Santos, Joaquim Pereira, José Mercau, Domingos Veríssimo, Pedro Pacífico, Guilhermino F. dos Santos, Vicente José Rodrigues, Bernardino Rodrigues, Otavio Lourega, Affonso Cortes Taborda, Belmarnino Cortes Taborda, Antonio Gomes, João Monteiro, Antonio Bovava, João

<sup>187</sup> Museu Antropológico Diretor Augusto Pestana. Ijuí/RS Pasta 127, do ano de 1923. Correspondências avulsas.

<sup>188</sup> LIED, Arlindo. Minhas reminiscências de Santo Ângelo. Fac símile, p. 8. Pelo excelente material empírico, utilizamos este autor que em sua análise demonstra eufemismo uma paixão pela cidade.

Pereira, Valério Nardes, Paulo Bovava, Diniz Rodrigues, Antonio Mello, Vicente M. de Deus, Ramão Carrera, Veríssimo Correia, José Martim, João Becho, João Gerunto, Florimundo Fernandes dos Santos e a família Rolim de Moura, Capitão Propício Correia e Bonifácio Pereira Gomes.<sup>189</sup>

Havia na cidade três sapateiros, um marceneiro e os ourives Domingos Veríssimo e João Carvalho. Em 1897 tinha como alfaiate Felipe Bandeira, posteriormente, em 1903 João Carlos Licht assume essa função. Em 1896 chega à cidade João Timm, agrimensor. E depois nessa mesma função vem Antonio Edler. Existiam muitos negros e caboclos na região. Estes geralmente faziam o trabalho mais pesado, já que não existe referência a eles em cargos da administração.

O pedreiro era o preto Emiliano que morava em um rancho de capim em meio ao matagal de unhas de gato que existia na quadra do ginásio Santo Ângelo. Seu sucessor de ofício foi Ramão Carrera que foi quem iniciou construção da igreja no local onde hoje se encontra a catedral. Presume-se ter sido ali o cemitério dos jesuítas das primeiras missões, a julgar pelos ossos humanos encontrados quando das escavações para assentamento dos alicerces.<sup>190</sup>

Estas citações de Lied demonstram a forma como o município foi expandindo sua atividade urbana, embora isso não signifique qualidade de vida para a população em geral. Para uma análise mais detalhada sobre esses aspectos é necessária uma busca mais profunda dos indicadores sociais

Mais tarde veio um padeiro para Santo Ângelo bem mais tarde, o senhor Puppe. O primeiro hotel da cidade pertencia a Zeferino Monteiro e se localizava no sobradinho da família Rolim. Em matéria de indústria pode-se citar um curtume de propriedade de Jacob Albercht na chácara dos coqueiros. Havia também a Cervejaria de Henrique Grass de duração efêmera porque seu proprietário resolveu voltar à profissão antiga, de barbeiro.

Pela saúde da população, zelavam os homeopatas João Henrique Licht, João Monteiro e o farmacêutico Carlos Stiedel. O homeopata João Henrique Licht e o comerciante Otávio Lourega instalaram uma pequena farmácia. Anos mais tarde é que veio o primeiro médico formado à vila, Alcides Guimarães. Mas somente muito mais tarde, já por volta de 1920 é que foi construído o primeiro hospital. Mas antes do primeiro hospital não poucas operações de

---

<sup>189</sup> LIED. Op. cit., p. 8.

<sup>190</sup> Idem, p. 9.

emergência foram levadas a efeito numa sala improvisada da antiga farmácia Licht, ainda na casa velha de Antonio Manoel.<sup>191</sup> Espartaco D. Vargas, irmão do ex-presidente Getúlio Vargas, foi o primeiro dentista a se estabelecer nesta terra.

O Judiciário contava com um representante, Venâncio Aires. Depois veio a Santo Ângelo, o Virgílio Correia, por muitos anos o único advogado do município, e ao qual se sucederam José Cezimbra e Eurico Morais.

O clero era representado pelo padre Francisco Rositi de Morano, mais conhecido por ‘Padre Chiquinho’. (...) Por outro lado, Padre Chiquinho, que além de ser ministro do senhor era também presidente do Conselho Municipal, aproveitava estas andanças pelo interior do município para fazer propaganda política, já que era amigo do coronel Bráulio. E no contato com seus fiéis, sua primeira pergunta geralmente era: “O Senhor é eleitor?” Caso a resposta fosse negativa ajuntava: “É preciso qualificar-se e votar com o coronel Bráulio, sem o que não terá nenhum direito”.<sup>192</sup> Isso se comprova no quadro elucidativo dos intendentess e Conselhos municipais deste período, onde demonstra os anos em que o Padre foi presidente do Conselho. Seu sucessor clerical foi o padre Serafim Dias Ferreira.

Abaixo observemos o quadro dos intendentess e respectivo conselho municipal de 1900 a 1924.

Quadro elucidativo dos intendentess e membros do Conselho Municipal

#### Quadro 9 - Quadro de intendentess e conselho municipal<sup>193</sup>

1900	Intendente e vice-Intendente
Eleito em 3 de julho de 1900.	Bráulio Oliveira
Nomeado em 7 de janeiro de 1901.	João Antonio Pinto
Conselho Municipal	
Francisco Rositi Morano (presidente)	
João Henrique Dam (Vice-presidente)	
João da Silva Monteiro	
Pacífico Correa Dornelles	
Anthero José de Bittencourt	

<sup>191</sup> Idem, p. 10.

<sup>192</sup> LIED. Op. cit., p. 10.

<sup>193</sup> A fonte para os quadros a seguir é o Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 25-29.

Jorge Zimmermann	
Bernardino do Nascimento e Silva	
1904-1908	Intendente e vice-Intendente
Reeleito em 3 de julho de 1904.	Bráulio Oliveira
Nomeado em 29 de dezembro de 1904.	João Antonio Pinto
Conselho Municipal	
Francisco Rositi Morano (presidente)	
João da Silva Monteiro (Vice-presidente)	
Julio Albrecht	
Valério Ribeiro Nardes	
João Carlos Licht	
Manoel Agostinho Schorn	
Pedro Correa Dornelles	
1908-1912	Intendente e vice-Intendente
Reeleito em 3 de julho de 1908.	Bráulio Oliveira
Nomeado em 5 de outubro de 1908	João Antonio Pinto
Conselho Municipal	
Francisco Rositi Morano (presidente)	
João Carlos Licht (vice- presidente)	
Zeferino Midon Ferreira	
Thomaz Borges Fortes Filho	
João Luiz de Queiroz	
Valério Ribeiro Nardes	
Bernardino do Nascimento e Silva	
1912-1916	Intendente e vice-Intendente
Reeleito em 3 de julho de 1912.	Bráulio Oliveira
Nomeado em 1º de janeiro de 1913.	Virgilio Manoel Pinto
Conselho Municipal	
Francisco Rositi Morano (presidente)	
João Carlos Licht (vice- presidente)	
Herculano de Medeiros	
Nicanor Beck	
Theodomiro Reis	
José Rafael Vianna	
Valério Ribeiro Nardes	
1916-1918	Intendente e vice-Intendente
De 3 de outubro a 4 de dezembro de 1916.	Frederico Beck
Nomeado intendente provisório pelo governo do estado em 22 de novembro de 1916 tomou posse em 4 de dezembro do mesmo ano. Licenciou-se em 16 de março de 1918, por tempo indeterminado.	Álvaro Silveira.

Conselho Municipal (1916-1918)
Theodomiro Reis (presidente)
João Henrique Licht (vice-presidente)
Godofredo Soares Pinto
Valério Ribeiro Nardes
Ernesto de Aguiar Krueel
Felix Chaves de Lima
Frederico Guilherme Rauber

1918-1920	Vice-Intendente
Nomeado em 27 de outubro de 1917.	Joaquim Rolim de Moura (vice-intendente)

1920-1924	Intendente e vice-Intendente
Eleito em 03 de agosto de 1920.	Bráulio Oliveira
Nomeado em 31 de dezembro de 1920.	Virgílio Manoel Pinto

Conselho Municipal
João da Silva Monteiro (presidente)
Julio Albrecht (vice-intendente)
Nicanor Beck
Octávio Reis
Godofredo Soares Pinto
Frode Johansen
João Henrique Licht

Segundo a consulta das fontes, observou-se que nem toda a população urbana pode ser considerada elite. As pessoas que viviam na cidade e foram exercendo atividades urbanas tinham uma condição diferente de quem exercia atividade rural, mas não tinham tanto poder assim. Isto é demonstrado no quadro abaixo, onde figuram alguns nomes que encontramos ora no Álbum do Partido Republicano, ora exercendo atividades segundo os Relatórios Intendenciais.

#### Quadro 10- Conselho segundo profissão

ELITE RURAL (exercendo atividades na industria pastoril)		ELITE URBANA (atividade urbana)
Bráulio Oliveira	Felix C. de Lima	João Carlos Licht (alfaiate)
João da Silva Monteiro	Virgílio Manoel Pinto	João Henrique Licht (homeopata)
Pacífico Correa Dornelles	Joaquim Rolim de Moura	Francisco Rositi Morano (padre)
Bernardino do Nascimento e Silva	Frode Johansen	
Júlio Albrecht	Manoel A Schorn	
Valério Ribeiro Nardes	Nicanor Beck	
Pedro Correa Dornelles	Frederico Beck	
Álvaro Silveira		

Os nomes que não figuram nesta lista são por que não foram encontradas referências a eles no material pesquisado. Percebe-se que a maioria dos conselheiros municipais e até vice-intendente eram pessoas ligadas a uma elite rural. O termo ‘neutro’ nesta observação era o padre Francisco Rositi Morano que por muitos anos foi presidente do conselho municipal, nos governos de Bráulio Oliveira. Essa participação do padre demonstra o apoio da Igreja Católica ao intendente municipal, uma forma de chamar a responsabilidade o eleitorado e também manter os ‘currais eleitorais’ sempre dispostos com o poder público.

Outro fato interessante é que o padre que posteriormente substitui o Padre Francisco Rositi Morano, Serafim Dias Ferreira, não participa do conselho municipal, mas se torna o editor do Jornal *A Semana*, em Santo Ângelo. Permanece o apoio velado da Igreja Católica.

Deve-se observar também que muitas pessoas de relevante influência no município não figuravam como membros dessa ‘elite política’, muitos pagavam impostos conforme consulta às fontes, mas nem todos pagavam. Talvez fosse essa forma de retribuição dada pela intendência ao grupo que não figura no poder político.

Outra forma de tentar mapear quem era essa elite política foi o ponto de vista étnico. Vimos que existem dois grupos étnicos bem definidos: os alemães e os brasileiros.

Quadro 11 – Conselho segundo procedência

BRASILEIROS		ALEMÃES
Bráulio Oliveira	João da Silva Monteiro	Jorge Zimmermann
João Antonio Pinto	Pacífico C Dornelles	Julio Albrecht
Bernardino do N e Silva	Anthero J de Bittencourt	João Carlos Licht
Virgílio Manoel Pinto	Valério Ribeiro Nardes	João Henrique Licht
Joaquim R de Moura	Pedro Correa Dornelles	Frode Johansen
João Luiz de Queiroz	Zeferino Midon Ferreira	Nicanor Beck
Herculano de Medeiros	José Raphael Vianna	Frederico Beck
Theodomiro Reis	Felix Chaves de Lima	Manoel A Schorn
Thomaz Borges F. Filho	Octavio Reis	João Henrique Dam
Álvaro Silveira		Ernesto de Aguiar Kruel

Denota-se que o ponto de vista étnico não é critério para mapear essa elite política. Em busca do cruzamento desses dados, surge um fator de relevância, a repetição dos sobrenomes durante este período: Reis, Dornelles, Nardes, Beck, Licht, Pinto, Kruel. Ao longo de cada quadriênio existem algumas modificações, mas muito poucas.

Sebastião Perez aborda com muita propriedade este tema, um exame não muito aprofundado da relação dos ocupantes apenas dos cargos de intendentes, vice-intendente e conselheiros de Santo Ângelo, entre 1874 e 1932, e utilizando como critérios apenas a coincidência de sobrenomes e notórios laços estabelecidos por matrimônio, permite constatar que, nestes 58 anos, um grupo de menos de 20 famílias dominou a política municipal e contribuiu com um sem número de funcionários públicos e oficiais dos Corpos Auxiliares.<sup>194</sup> Esta elite de alguma forma era beneficiada pela política existente, pelos mecanismos de poder exercido por Bráulio e seus sucessores até 1930.

Subentenda-se ainda que para participar do poder, era necessário ser membro ativo do Partido Republicano Rio-grandense e de preferência braulista. Citamos abaixo algumas informações dos nomes que mais despontam nos relatórios, tentando separar braulistas de damistas. Nota-se ainda que em alguns momentos damistas participavam do conselho, pois este não era nomeado por Bráulio, mas sim eleito.

Quadro 12 – Braulistas e Damistas

BRAULISTAS		DAMISTAS	
Ernesto Krueel	João Delfino Maycá	Joaquim Luiz de Lima	Joaquim de Moura
Serafim Dias Ferreira	Hortêncio Rodrigues da Silva	Teophilo Pereira dos Santos	Afonso Cortes taborda
Joaquim Antonio Rodrigues	Numas Pompílio Viñas	Clínio Mayrinck Monteiro de Andrade	Apolinário Espíndola
Frederico Beck	Pedro Albino da Rosa	Carlos Evaristo Hermel	Reynaldo Rodrigues
Raul Mello	Menivaldo Bittencourt	Clarimundo de Almeida Santos	Lúcio Aristimunho
Francisco R. Morano	Joaquim Costa	Joaquim Rolim de Moura	Ceciliano Machado
		Alexandre Martim da Rosa	Inácio Medeiros de Quadros
			Constantino Penska

É necessário um debate mais aprofundado sobre essa dissidência dentro do PRR. O quadro demonstra que nem toda a elite política se deixava comandar por Bráulio e sua forma de governar. Fato que comprova isso é o grupo dos damistas, ligados ao Partido Federalista, mais tarde se dissolverem do PRR, formando outros partidos.

<sup>194</sup> PEREZ. Op. cit., p. 107.

Um outro fato, sobre a elite política, merece consideração: a maçonaria. Sabe-se que alguns anos depois da emancipação de Santo Ângelo, já havia sido fundada ali a primeira Loja Maçônica. Outro fato é que esta loja foi chamada de Loja Venâncio Ayres, pela grande projeção desse jurista. Por não obter maiores informações sobre esse assunto, talvez as conclusões tiradas não correspondam a verdade dos fatos. Mas Bráulio faz referência em um dos seus Relatórios intencionais ao trocar de prédio com a loja maçônica.

Devido ao avultado numero de presos, constantemente recolhidos, tornam-se insufficiente os três compartimentos térreos do edificio da Intendência, servindo de alojamento para presos processados, correcionaes, alienados, etc. A Guarda Municipal não tem alojamento, dormindo as parcas no corredor. Nestas condições torna-se indispensável, a construcção de um edificio que sirva para cadeia e quartel. Nos fundos da Intendência existe o prédio pertencente a Loja maçônica, cuja associação está disposta a permutar com a Intendência o edificio, por outro de iguaes proporções em logar apropriado.<sup>195</sup>

Outro fato que comprova a relação desta elite política com a maçonaria é ao final das correspondências trocadas entre Bráulio e Dico, todo o período da República Velha, mas especificamente quando acontece a Revolução de 30, a saudação: Saúde e fraternidade, que são os pilares da maçonaria.

A hipótese que queremos provar é que para participar desta elite política em Santo Ângelo era necessário: ser de procedência brasileira, alemã ou italiana, exercer atividades agropastoris, ser filiado ao PRR e participar da maçonaria em Santo Ângelo.

Para o restante da população, que não participava da política, o crescimento da cidade chega a partir de 1910, com a chegada do primeiro trem.

Com os trens se sucedendo, de início dia sim dia não, e depois diariamente, a cidade continuava a crescer. E isso porque os produtos das colônias Guarany, Cerro Azul, (hoje Cerro Largo), Campinas e Santa Rosa eram trazidos todos para cá para serem embarcados, o que dava grande impulso ao comércio.<sup>196</sup>

Mas, segundo o Relatório da Intendência de 1930, intendência de Ulysses Rodrigues, esse crescimento se deu a partir de 1920.

---

<sup>195</sup> Relatório do período decorrido de 3 a 31 de outubro de 1920. Apresentado ao Conselho Municipal em sua sessão ordinária em 3 de novembro de 1920 pelo intendente Cel. Bráulio Oliveira, p. 9.

<sup>196</sup> LIED. Op. cit., p. 15.

N'esse anno possuía ella (a cidade) já 350 prédios, approssimadamente o dobro dos que contava em 1915, sendo 204 de material, 125 de madeira e 21 em construcção. Desde essa epocha, até fins de 1929, foi augmentada de mais 644 prédios, elevando, assim, quase ao triplo, o quadro da sua construcção urbana.<sup>197</sup>

Conforme observamos na tabela abaixo, esse crescimento da cidade e expansão econômica é nítido com o aumento gradual do número de prédios urbanos:

Quadro 13 – número de prédios urbanos<sup>198</sup>

Annos	Nº de prédios lotados
1920	203
1921	397
1922	427
1923	475
1924	533
1925	571
1926	635
1927	729
1928	772
1929	950

Quanto ao total de prédios da cidade:

Quadro 14 – Total de prédios da cidade<sup>199</sup>

Espécie	De material		De madeira		Totaes		Total geral
	Villa	Mun.	Villa	Mun.	Mater.	Mad.	
Casas térreas	588	772	377	10.662	1360	11039	12399
c. assobradadas	7	-	2	51	7	53	60
Diversas	-	-	-	-	-	-	1743
	595	772	379	10713	1367	11092	14202

<sup>197</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 29.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem. p. 30.

Quanto ao crescimento da população do município de Santo Ângelo segundo os recenseamentos procedidos nos anos de 1890, 1900, 1920 e 1927, os dados procedem desta forma:

Quadro 15 – Recenseamento da população<sup>200</sup>

Dist.	Recens. 1890	Recens. 1900	Recens.1920	Recens. 1927
1º	8.706	7.919	7.853	12.888
2º		4.729	3.095	2.877
3º	6.671	4.001	5.178	5.517
4º		4.276	2.233	1.823
5º			7.963	7.718
6º			7.664	7.575
7º			3.555	8.617
8º			3.233	2.937
9º			1.368	5.366
10º				6.893
Total	15.377	20.925	42.142	62.211

Observa-se não só o crescimento da sede, mas principalmente o deslocamento e crescimento para os distritos que mais tarde se tornam cidades independentes da sede. Outro dado que reflete o crescimento da cidade de Santo Ângelo é o quadro geral de registro civil no período de 1900 a 1929:

Quadro 16 – Casamentos, nascimentos e óbitos<sup>201</sup>

Annos	Casamentos	Nascimentos	Óbitos	Excesso de nasc. S/ óbitos
1900	88	169	100	69
1901	60	350	136	241
1902	76	402	133	269
1903	86	421	134	287
1904	122	373	103	270
1905	134	365	98	267
1906	101	270	94	176
1907	110	273	114	159
1908	153	424	132	292
1909	124	420	159	261
1910	166	409	84	325
1911	186	516	140	376

<sup>200</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p. 45.

<sup>201</sup> Idem. p.51.

1912	189	545	151	394
1913	197	558	161	397
1914	245	582	169	413
1915	229	957	133	824
1916	214	675	152	523
1917	213	868	186	682
1918	243	1.062	259	803
1919	311	1.019	361	658
1920	299	1.253	268	985
1921	326	1.442	267	1.175
1922	335	1.560	284	1.276
1923	275	928	309	619
1924	515	1.658	378	1.280
1925	473	1.866	461	1.405
1926	508	1.802	409	1.393
1927	477	1.727	393	1.331
1928	616	1.941	432	1.510
1929	539	2.138	390	1.748

Esse quadro evidencia o claro crescimento da população, talvez esse fato se deva a grande quantidade de mão-de-obra necessária, suprida muitas vezes pela grande quantidade de filhos.

Dos anos 1920-1930 pode-se demonstrar o seguinte quadro de profissões liberais:

Quadro 17 – Profissões segundo distritos<sup>202</sup>

DESIGNAÇÃO	DISCTRICTOS										
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	9º	10º	11º	Tota
Jornalistas	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Advogados	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Solicitadores	2	0	0	0	0	0	1	1	1	0	5
Médicos	7	2	0	1	1	3	3	1	1	2	21
Engenheiros	1	0	0	0	0	4	1	0	0	0	6
Agrimensores	1	1	0	0	0	2	0	0	2	1	7
Dentistas	4	1	0	0	1	2	2	1	2	1	14
Guarda-livros	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Pintores	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Construtores	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Pedreiros	14	1	0	0	2	4	3	1	2	1	28
Tropeiros	5	2	2	3	0	0	0	0	0	2	14

<sup>202</sup>Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Dr. Ulysses Rodrigues, p.61-62.

A sociedade santo-angelense começa a ganhar forma, conforme os quadros acima, na medida em que se reflete a industrialização na população como um todo, atividades liberais e comércio. Nota-se que não havia tanta abundância de serviços e funções como na década de 1920 em diante. Começam a existir atividades específicas na sede e distritos, como é o caso de advogados, médicos, guarda-livros e construtores.

Esses dados reafirmam que quando Bráulio assume no seu último quadriênio, em 1920, já existia uma abundância de funções sociais, uma organização dos serviços, diferente do quadro deixado por ele em 1916.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Grande do Sul, dentre os estados do Brasil, foi o que mais aproximou-se dos princípios do positivismo de August Comte. Mesmo assim, a idéia positivista passou por algumas adaptações até delinear-se no castilhismo-borgismo empregado pelo PRR, como prática política, até a Revolução de 1930.

Esse poder era exercido pela elite rural no Rio Grande do Sul através de uma estrutura administrativa voltada ao coronelismo autoritário e as redes de relações de poder.

Este trabalho demonstra que Bráulio Oliveira, quando chega ao poder em Santo Ângelo, talvez de forma ‘acidental’, por relações de parentesco, acaba por se perpetuar neste, como forma de enriquecimento e status social. Não se sabe ao certo o que movia, para a política, os homens deste período, se a vaidade ou sede de poder.

O certo é que Bráulio Oliveira, dessa forma, se perpetua, caracterizando modificações na sua forma de governar apenas no último quadriênio de seu mandato, onde enfrenta uma resistência organizada e grupos sociais modificados pelo crescimento e desenvolvimento de Santo Ângelo.

A proposta castilhista incorporada por Bráulio no local começa a perder força, aparentemente, depois de seu retorno em 1920, pois a nova classe de trabalhadores que emergiu – profissionais liberais urbanos – não se interessava em manter esta estrutura oligárquica.

A elite que manteve Bráulio no poder, embora nem toda ela pertencesse ao Conselho Municipal ou fosse uma elite rural, demonstra sua força em 1920, quando Bráulio é novamente indicado para a intendência municipal. Em decorrência disso, os damistas, grupo oposicionista de Bráulio Oliveira, sofrem forte represália dos braulistas, por que tinham investido em Álvaro Silveira, Major Quinzote e Damaso de Castro e novamente o presidente do estado indicava Bráulio. Sufragavam todas as tentativas de mostrar que a oposição no município era a melhor opção para o governo do PRR no estado, especialmente pela capacidade de mobilização eleitoral de Bráulio Oliveira.

Os fatos provam que o PRR não era um partido monolítico, com grupos dissidentes que se fortaleceram e desencadearam a Revolução de 1923. Foi possível também perceber o esgotamento do modelo castilhista-borgista, pois o próprio Borges de Medeiros, em vários

momentos se viu numa encruzilhada, principalmente quando sua oposição estava como situação no município em todos esses anos (1900-1924).

A questão política em Santo Ângelo, no período de 30, tem algumas peculiaridades típicas da região, como manutenção da estrutura coronelística compondo redes de relações de poder entre a elite local e estadual, utilização da imprensa, público e privado confundem-se embora os mecanismos de poder utilizados por Bráulio foram basicamente os mesmos que os outros coronéis do Brasil.

Depois da saída de Bráulio em 1924, assume o poder na Intendência seu genro Ulysses Rodrigues e seu correligionário Carlos Krueel. Talvez Bráulio tivesse a pretensão de retornar a cena política, na mesma condição, mas a lei eleitoral que impediu Borges de Medeiros de se reeleger, também o impedia de concorrer mais uma vez para o cargo que ocupava. Além disso, a morte de Pedro Arão, dissidente local do PRR, fora atribuída Numas Viñas, outro genro seu. Consumava-se, assim, a forma tradicional, mas não explícita de resolver as questões políticas sob o controle do braulismo em Santo Ângelo.

A elite política que dividiu o poder com Bráulio tinha algumas diferenças do restante da elite comercial santo-angelense: era do PRR e sua grande maioria, exercia atividades pastoris, participava da maçonaria e era composta de descendentes de imigrantes alemães, italianos e ‘brasileiros’, forma como eram conhecidos os luso-brasileiros. No que se refere ao papel da maçonaria, existe a necessidade de investigação mais profunda deste tema em trabalhos futuros.

Como contribuição ao conhecimento histórico, destacamos a sistematização de todos os estudos feitos sobre o assunto em Santo Ângelo, que são trabalhos produzidos há alguns anos ou até décadas. Trouxemos, neste sentido, uma abordagem atual sobre a temática, mas acima de tudo, preservando as fontes na sua integralidade, numa temática que já não desperta tanto interesse contemporaneamente.

Nosso trabalho insere-se no campo de pesquisa da História Política, pois demonstra a articulação política em uma intendência durante 24 anos, e também as vinculações que surgiram, para que outros municípios se tornassem independentes a partir do território de Santo Ângelo, numa abordagem que agregou referenciais mais atuais.

Concluimos, portanto, apresentando, não uma interpretação definitiva, mas agregando novos elementos para a já extensa discussão historiográfica sobre a forma, os métodos e os pouco ortodoxos mecanismos de controle político, levados a efeito, pelo PRR na República Velha

gaúcha. Santo Ângelo, como imaginávamos ao iniciar este trabalho, não foi imune às práticas que caracterizaram o castilhismo/borgismo, pelo contrário, neste município verificou-se a sua plenitude.

## FONTES

## A – ENTREVISTAS:

1. BINDÉ, Wilmar Campos. Entrevista. Julho, 2007.
2. FINOKET, Bedati. Julho, 2007.
3. NASCIMENTO, Pedro Osório do. Entrevista. Outubro, 2006.

## B- ARQUIVOS:

1. Museu Antropológico Diretor Augusto Pestana. Ijuí. (MADAP)
2. Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos. Santo Ângelo. (AHMACPS)

## C- MANIFESTOS:

1. Manifesto da Liga Pró-Damaso. Santo Ângelo, janeiro de 1917.
2. Manifesto de Bráulio Oliveira ao PRR. Santo Ângelo, dezembro de 1916.

## D – JORNAIS:

1. *A Semana*. Santo Ângelo-RS (1919-1921)

## E – RELATÓRIOS:

1. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Bráulio Oliveira. Santo Ângelo, 1904.
2. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Bráulio Oliveira do exercício de 1º de julho de 1905 a 30 de junho de 1906 e apreciação do projeto de receita e despesa para o exercício de 1906 e 1907. Santo Ângelo, 1905.
3. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Bráulio Oliveira. Santo Ângelo, 1916.
4. Relatório apresentado ao Conselho municipal pelo Intendente Álvaro Silveira. Santo Ângelo, 1917.

5. Relatório apresentado ao Conselho municipal pelo Intendente Bráulio Oliveira. Santo Ângelo, 1920.
6. Relatório apresentado ao Conselho municipal pelo Intendente Bráulio Oliveira. Santo Ângelo, 1921.
7. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Flores da Cunha, Interventor do Estado, em 31 de janeiro de 1930, pelo prefeito Dr. Ulysses Rodrigues. Santo Ângelo, 1930.

#### F – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Mercado Aberto, 1981.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A revolução de 1923: as oposições na republica velha*. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Evolução municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996*. Porto Alegre: 2001.

BINDÉ, Wilmar Campos. *Santo Ângelo: Terra de muitas histórias*. Santo Ângelo, Multicor, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História do poder, história política*. In: *Estudos Ibero-Americanos*, XXIII (1) – junho, 1997.

CICHOKI, Irene. *Vida e obra do Coronel Bráulio Oliveira*. DCS, Unijuí. Monografia de pós-graduação, SR, 1998.

CONNIFF, Michael. *A elite nacional*. In HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSTA, Marcos Vinícius da. *O coronelismo em Santo Ângelo. (1889-1930)*. DCS – TCC, Ijuí, Unijuí, 2002.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. *Santo Ângelo: um município em construção – das Missões até 1930 – Gráfica Santo Ângelo, 1986*.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquilles Côrtes; PAIM, Antônio. *Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro*. Vol. Partidos Políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ENGROFF, Ciliane. *O coronelismo na região missioneira*. TC Especialização. DCS, Unijuí, Ijuí, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Editora Mercado Aberto: Porto Alegre, 1987.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora globo, Porto Alegre, São Paulo, 1958. 1ª Vol.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Coleção Província: Editora Globo, 1988.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1999, 3ª ed.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. Editora Alfa-omega. São Paulo, 1978.

LIED, Arlindo. *Minhas reminiscências de Santo Ângelo*. Fac símile.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo (das Missões aos nossos dias)*. 1ª ed. Centro de Cultura Missioneira, 1981.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo, ed. UPF, 2005.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. Editora Senzala. São Paulo, 1977.

PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos*. PUC. Dissertação de Mestrado. Novembro, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre, Movimento IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: estado autoritário e economia*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PRETTO, Iondir Terezinha Schadler. *Major Santo Oliveira e o mandonismo local em Santa Rosa/RS*. DCS. Unijuí. Monografia de pós-graduação, SR, 1999.

PICCOLO, Helga. *A política rio-grandense no império*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um Projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930)* LPM. Coleção Univesidade Livre, 1986.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Ulisses. *Vida e obra do Coronel Bráulio Oliveira*, 1962. Fac-símile.

STREIT, Isléia Rossler. *Entre ditos e não-ditos: o coronelismo e a imigração*. Passo Fundo: UPF, 2003.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*, Editora brasiliense. 1982.

TIMM, Otacilio; GONZALEZ, Eugenio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas/RS* Livraria Selbach, Porto Alegre. 1934.

TRINDADE, Hélgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.